

Parte III

JOGO E GUERRA NOS ARREDORES DA BARRAGEM SANTA LÚCIA

Esta parte da escrita, composta por cinco capítulos, apresenta a descrição etnográfica do estudo, realizada por meio da pesquisa bibliográfica e documental, da fotografia, da observação em campo, da tabulação dos dados produzidos e da espacialização das informações. Cabe destacar que, embora o texto, mapas e fotos constituam elementos complementares desta grafia, os *mapas* foram realizados de maneira que possibilitassem a leitura do espaço e revelassem a densidade da observação por si.

Nos três capítulos iniciais (10, 11 e 12), descrevo o cenário das incursões nos arredores da Barragem Santa Lúcia, bairros, Morro e um trajeto circulação entre a casa e a escola, realizada por moradores do Morro. No capítulo 13, descrevo o cenário da Barragem Santa Lúcia, a fronteira entre os dois mundos, com destaque para as referências espaciais locais e usos que jovens e adultos faziam do espaço. No capítulo 14, focalizo na descrição e análise das cenas e dos espaços *com* crianças na Barragem Santa Lúcia.

De início, cabe um esclarecimento quanto ao tom da escrita adotado e as justificativas que levaram a essa tomada de decisão. Como se poderá perceber, à medida que a leitura deste tópico avançar, adotei uma posição de relativa distância com relação aos sujeitos, ou seja, a descrição das cenas não chega aos aspectos individuais e abrange apenas os aspectos coletivos da presença das crianças nos arredores da Barragem Santa Lúcia. Em outras palavras, o posicionamento assumido nesta escrita não é “colado nos sujeitos”, como já anunciado desde o início. Apesar de ter produzido dados suficientes para a realização de uma descrição etnográfica canônica – por exemplo, a realizada na Praça Jerimum –, neste estudo adotei um posicionamento distinto, nem tão de perto nem tão de longe, e exatamente pela proposta de estar nesse “meio de campo”, realizando um “etno-grafia” em movimento numa fronteira urbana *com* crianças – muitas delas bastante vulneráveis

–, tive de achar um posicionamento adequado para a descrição, sem perder a densidade e a complexidade presente.

Apesar de ter tido um contato próximo e recorrente com algumas crianças, especialmente com as *crianças da Barragem*¹⁹, ter produzido um nível de informação denso e possuir um perfil caracterizado de cada uma delas, nesta escrita, fragmentei e pulverizei a informação, justamente para impedir o reconhecimento das crianças e não vulnerabilizá-las ainda mais. Ou seja, propositadamente, fiz as descrições de forma a não identificá-las, especialmente aquelas com as quais tive um contato recorrente, que se tornaram “meus amigos” e cuja presença era mais visível no local.

O tom da descrição, portanto, não é resultado apenas do encontro recorrente com os sujeitos, mas também da sistematicidade da observação das cenas e da tabulação das informações. Como o objetivo do estudo era discutir as diferentes formas de presença na fronteira foi possível gerar esse nível de descrição baseando-me nesse tipo de posicionamento, por meio do que os sujeitos me informaram.

Além da circulação pela Barragem Santa Lúcia, foram observados três fluxos de circulação das crianças, explorados nesta pesquisa de formas distintas, ainda que espacializadas. É importante destacar que a observação desses fluxos foi realizada, nos limites possíveis para uma pesquisa feita por mim, especialmente caminhando a pé. Além disso, parti do pressuposto de que ao redor das escolas encontraria crianças circulando pelos espaços e, nesse sentido, procurei-as nos trajetos que ligam a Barragem Santa Lúcia a três escolas localizadas nos extremos do movimento pelo espaço realizado para esta investigação.

Nas análises desse conjunto de dados, esses fluxos foram assumidos como eixos condutores da organização e da análise das informações. Entretanto, foi somente no processo da espacialização das informações que me dei conta da quantidade e da

¹⁹ Grupo constituído de meninos e uma menina, entre 8 e 12 anos, todos moradores da Vila da Barragem Santa Lúcia, conforme referido.

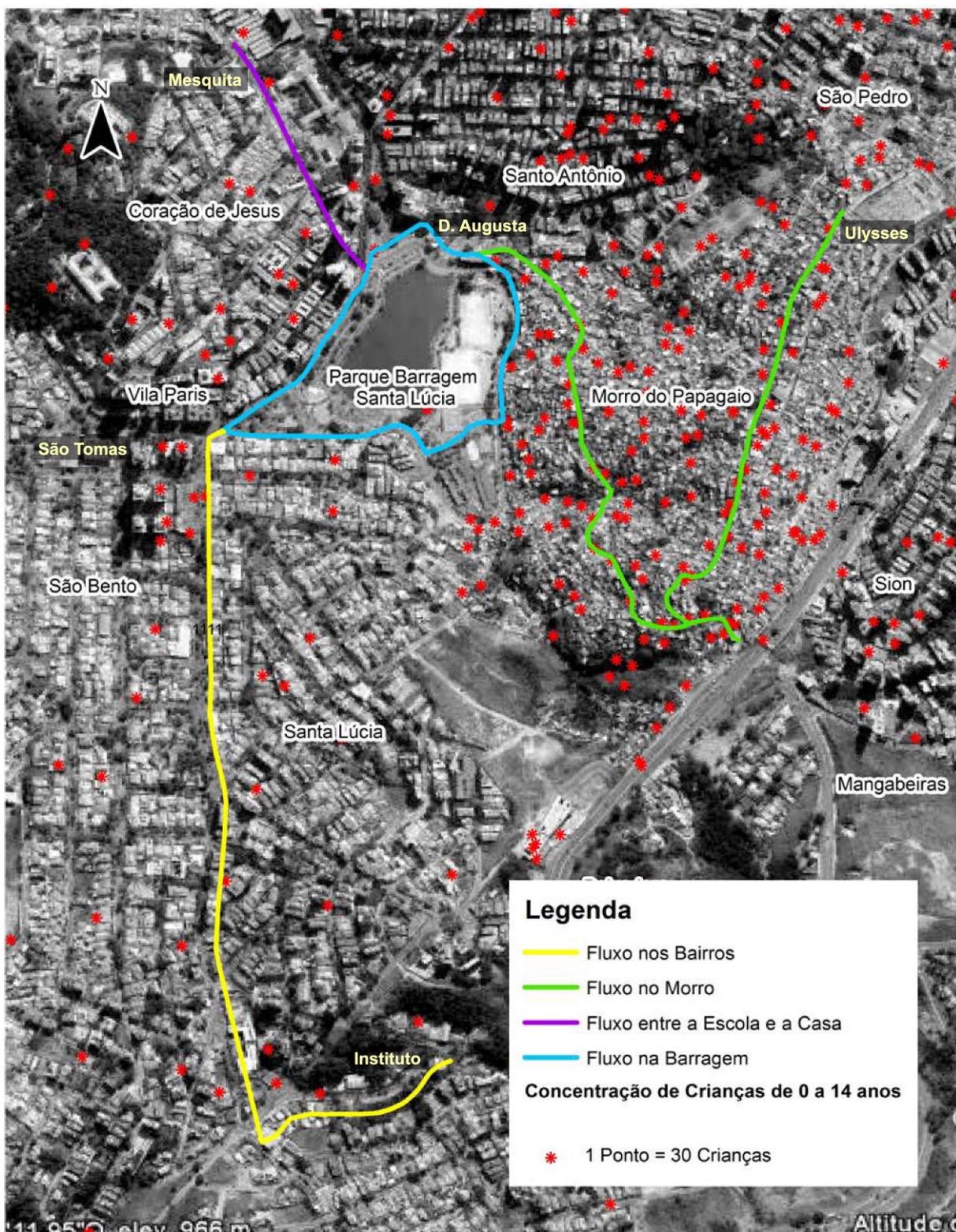


Figura 25 - Arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia com destaque para os fluxos da investigação. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.

densidade das informações levantadas. A adoção do recurso do mapeamento foi fundamental para esta tomada de consciência e permitiu ver meu lugar urbano a distância (FIG. 25). Foram utilizadas neste mapa as seguintes camadas: ao fundo, foto aérea extraída do *Google Earth* extraída em julho 2011, modificada para o contraste em preto e branco, com o objetivo de dar destaque às informações produzidas por esta pesquisa. Os pontos (asteriscos) vermelhos indicam a concentração de crianças, realizados no *Arcgis* com base em dados do Censo 2000. Cada asterisco representa 30 crianças. As linhas dos fluxos foram realizadas no aplicativo *Google Earth*.

No **fluxo amarelo**, entre a Barragem e o Instituto da Criança (referido como *Instituto* por alunos e funcionários) passando pelos bairros, as *crianças da Barragem* circulavam com autonomia em busca de recursos por meio da interação com os adultos. É ainda parte do caminho realizado a pé entre minha casa e a Barragem, circulação obrigatória por esse caminho toda vez que me dirigia ao campo. Como resultado, foram observadas crianças em locais não previstos inicialmente pela pesquisa, o que fez com que me detivesse um tempo maior na observação (a descrição das cenas observadas será apresentada no capítulo 10).

No **fluxo verde** em direção à Escola Municipal Ulysses Guimarães (“Ulisses” para as crianças), localizada no Morro, minha inserção foi bastante distinta, pois tal como nos bairros, o objetivo com a pesquisa não era realizar uma etnografia ali, mas apenas uma exploração à procura das crianças e das fronteiras. Nesse sentido, circulei a pé, de micro-ônibus (o “micrinho” segundo as crianças), acompanhado de meninas do Morro, desacompanhado, conversei com moradores, visitei casas de famílias e participei de eventos (descrição apresentada no capítulo 11).

O **fluxo roxo** liga a Barragem à Escola Estadual Prof. José Mesquita de Carvalho (o “Mesquita” para as crianças), localizada no bairro Vila Paris. Essa escola, as Obras Pavonianas e o Centro de Saúde Tia Amância formam o Polo Educativo Padre Pavoni (as “obras” para as crianças). Esse fluxo partiu da visibilidade marcante da circulação de meninos e meninas em tempo-espaço determinado: nos horários de entrada e

saída das escolas. A circulação de crianças pela Rua Iraí, entre a Escola e o Morro, passando pela Barragem, é bastante acentuada nesses horários. Em rua estreita, no meio de trânsito intenso, as crianças e seus acompanhantes tomam conta do espaço e brincam enquanto caminham. O movimento das crianças acompanhadas, entre pares e entre carros, nos passeios estreitos e esburacados, e as formas divertidas como tomam a rua, interagem com as pessoas e os elementos presentes chamam a minha atenção e a de quem passa. Essa rua, nesses horários, torna-se um lugar de circulação das crianças (ver descrição no capítulo 12).

Capítulo 10

O MUNDO DOS BAIRROS

Ao caminhar pelas ruas e passeios dos bairros Santa Lúcia e São Bento, mais especificamente entre a Barragem Santa Lúcia e o Instituto da Criança (fluxo amarelo FIG. 25), foi possível observar diversas pessoas circulando a pé, sejam trabalhadores que economizavam o que recebiam para o transporte; sejam os que desciam dos ônibus em direção às residências ou aos locais de trabalho; os que se exercitavam caminhando ou correndo a sós, entre amigos ou com cachorros; ou aqueles que circulavam em situações de compras no comércio local. Apesar do clima ameno, boa arborização, jardins e passeios largos, a quantidade de obstáculos que o pedestre enfrentava era grande. Em primeiro lugar, os obstáculos físicos do ambiente: o trânsito de automóveis em velocidade, passeios inclinados, estreitos, esburacados e em desníveis. Assim, o pedestre, muitas vezes, utilizava a rua, correndo riscos de atropelamento. Em outras palavras, o limite estabelecido pelo meio-fio era transposto. Em alguns casos, o motorista era quem precisava encontrar suas brechas para passar. Por outro lado, obstáculos de caráter simbólico, tais como os visíveis sinais de tentativa de privatização, segregação, isolamento e/ou normatização dos usos dos espaços.

A presença de obstáculos se distinguia dependendo da escolha que o pedestre fazia entre uma das três opções de caminho que ligava um espaço ao outro. O mapa apresentado a seguir (FIG. 26) mostra as possibilidades de circulação por três ruas diferentes, quando o pedestre circulava pelos bairros entre a Barragem Santa Lúcia e o “Instituto” que serão descritas a seguir.

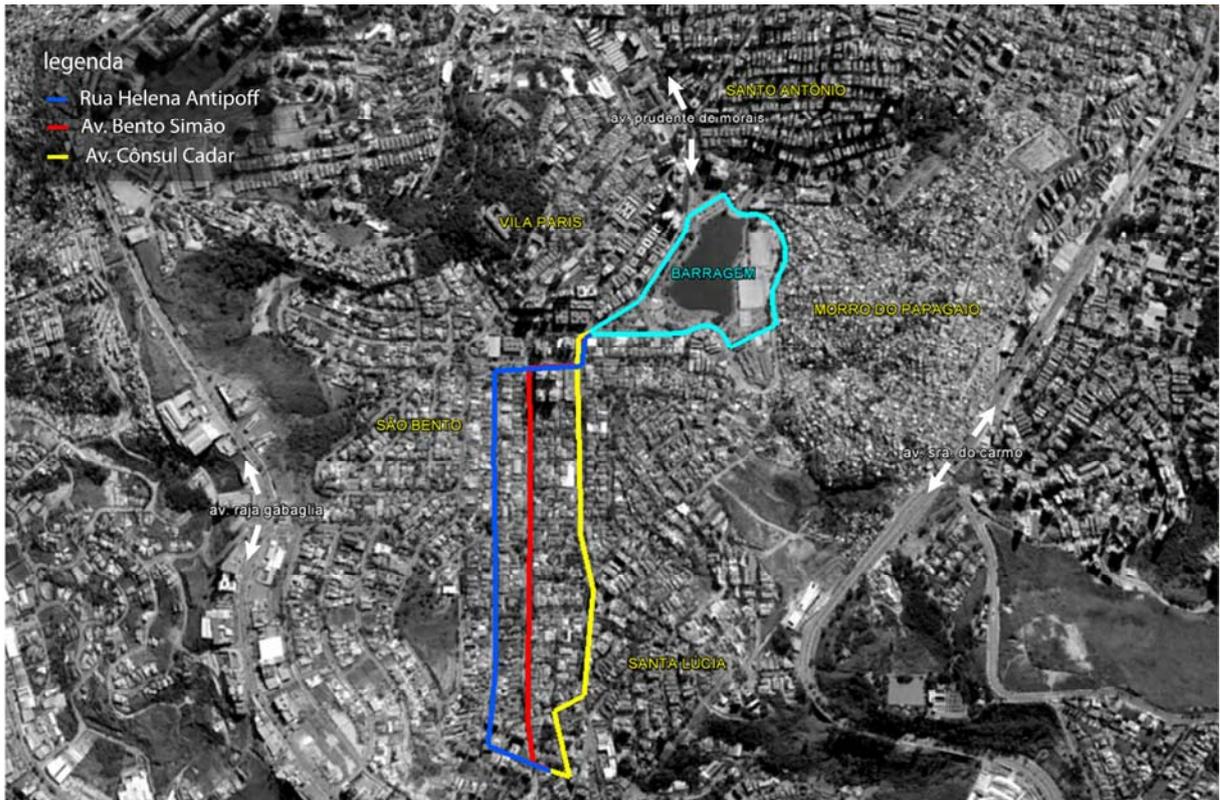


Figura 26 – Opções de caminhos para circulação pelos bairros entre a Barragem e o Instituto da Criança. Croquis do autor sobre imagem extraída do *Google Earth*, em maio de 2011.

Rua Helena Antipoff

Se a opção era pela Rua Helena Antipoff (FIG. 26 – caminho azul), caracterizada por residências unifamiliares “de luxo”, cercadas por jardins em topografia pouco inclinada, os muros altos impossibilitavam a relação visual entre os habitantes da casa e aqueles que passavam pela rua, que eram intimidados pela presença de grades, cercas elétricas e os avisos de segurança: *residência protegida 24 horas* (FIG. 27). Quase ninguém circulava a pé por ali, apenas os seguranças em suas guaritas (eram muitas). Distância, invisibilidade e intimidação eram algumas das características da “arquitetura do medo” – verdadeiras “casas/bunkers” (BAUMAN, 2007). As guaritas de segurança instaladas no passeio definiam território privatizado pelos moradores do local com justificativa de combater a violência. Ironicamente, Helena Antipoff foi uma pedagoga e pesquisadora russa que se dedicou à criança com necessidades especiais em Minas Gerais.



Figura 27 – Rua Helena Antipoff. Fotos do autor.

Conforme visto, diversos autores estabelecem relações entre a segurança e a conformação da paisagem urbana contemporânea. Soja (2000) cita a tentativa de intensificação do controle, da radicalização da privatização, do policiamento e da vigilância, em que a paisagem urbana contemporânea passa a ser caracterizada por modelos de espaços protegidos e fortificados, o que chama de “arquipélago carceral”. Nessa rua, podem ser observadas claramente algumas dessas características. Apesar de não apresentar barreira física nem controle na sua entrada, há, ainda, algumas características do que Caldeira (2000) chama de “enclaves fortificados”. Ou seja, a Rua Helena Antipoff não é fisicamente fechada, mas apresenta nítidas barreiras para usos de não moradores ou desconhecidos.

Num dos primeiros dias em campo, tive de correr para não ser atropelado por um carro que saía de uma garagem de ré em alta velocidade. Ao me dirigir ao senhor (que parecia médico, pois estava todo vestido de branco) com o intuito de lhe pedir mais cuidado, fui agredido verbalmente. Ele disse que *ali não era lugar de andar*. E realmente: quase ninguém anda por ali. É difícil encontrar pessoas, com exceção dos seguranças próximos às guaritas. Recentemente, observei que as casas passaram a exibir novas placas escritas “Rede de Segurança de Vizinhos”, em convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais.

Ao observar a presença das crianças nessa rua, concluí que eram caracterizados pela ausência, pela invisibilidade. Não brincavam nas calçadas (apesar de planas, largas e arborizadas) e não circulavam a pé pelo local.

Avenida Bento Simão

Na Avenida Bento Simão (FIG. 26 – caminho vermelho), ocorria algo distinto. Os passeios são parecidos com os da Rua Helena Antipoff, ou seja, são largos, bem cuidados, quase planos, ajardinados e apresentam degraus e desníveis. Ao redor, residências unifamiliares também “de luxo”, muitas delas com piscinas. Interessante observar que nessa rua não foram encontradas guaritas de segurança, os passeios em frente a essas casas ofereciam muitos obstáculos ao pedestre e foi demarcada no canteiro central uma pista de caminhada, que, ao subtrair o espaço dos automóveis, fomentava o uso da rua pelos moradores dos bairros, principalmente em atividades físicas – não para o trajeto cotidiano entre a casa, a escola ou o trabalho. Ali, sim, é *lugar de caminhar para fazer exercícios físicos*. Ou seja, não nos passeios, mas no ao canteiro central e na disputa de espaço com os automóveis. Como não existiam barreiras físicas entre carros e pessoas, apenas uma sinalização no piso, as pessoas acabavam correndo risco de atropelamento.

Foi possível considerar que a organização espacial e a construção desta pista expressavam a atração que os espaços públicos exerciam em alguns grupos pertencentes às classes médias, que se não chegavam ao Parque da Barragem Santa Lúcia, ainda assim, escolhiam as ruas para fazer exercícios e para o lazer, o que não refletia a escolha de outros grupos da mesma camada social.

Nesse local, pelas manhãs, uma das pistas era fechada para os carros, e só pedestres, “teoricamente”, podiam circular. O vendedor de água de coco colocava obstáculos nas esquinas sinalizando o fechamento da via, estacionava seu carro e abria o porta-malas, onde ficava instalada uma geladeira. Ao redor, espalhava alguns bancos e os disponibilizava aos fregueses. Alguns automóveis acabavam circulando por ali e alguns estacionam, mas de qualquer maneira, era o local para dar uma volta com os cães ou para atividade física dos adultos, especialmente moradores dos bairros próximos (FIG. 28).



Figura 28 – Avenida Bento Simão. Foto do autor.

O conjunto de equipamentos de ginástica instalado no canteiro central (barras e pranchas inclinadas para abdominais) era um ponto de encontro, pois reunia várias pessoas, entre jovens e adultos, homens e mulheres, tanto na parte da manhã quanto no final da tarde. Na parte da manhã, principalmente os adultos e os idosos; nos finais de tarde, os jovens e adultos. O papel desempenhado pela organização do espaço e pela presença dos equipamentos de ginástica era evidente quando se observava a interação entre as pessoas. A procura por tal equipamento pelos usuários criava ocasiões de convivência e encontro. Era difícil utilizá-lo sem participar da conversa das pessoas ou mesmo sem ser abordado com uma pergunta ou comentário proveniente de pessoas desconhecidas. Mediante um contato inicial desse tipo, a conversa podia ser breve ou se prolongar. Quando esses encontros se repetiam, as pessoas passavam a se cumprimentar e algumas relações de amizade iniciavam-se a partir dali. Foi possível observar alguns grupos que caminhavam

diariamente e se encontravam e com o tempo passavam a caminhar juntos, aproveitando o tempo para um bate-papo.

Mas, mal caminham uns 200 passos e lá vem uma parada para tomar uma água de coco. Quem está subindo, interrompe a caminhada de quem desce com cumprimentos, bate-papo, histórias e muita gozação mútua [...] Quando eu quero caminhar de verdade vou à Barragem Santa Lúcia (BAIRROS..., p. 32).

Não era preciso puxar conversa com as pessoas que circulavam ou mesmo entrevistá-las para conhecê-las um pouco. Bastava caminhar de ouvidos abertos. Num dos primeiros dias de campo, um feriado pela manhã, ao caminhar ao lado de três senhores brancos, de cabelos, tênis e meias também brancos, escutei um comentário a respeito de uma propriedade de um deles: *Ali dá um empreendimento muito bom!* (DIÁRIO de Campo, 1º de maio de 2009).

Ao analisar a dialética entre o valor de uso e o valor de troca com base em Marx, Harvey (1973) afirma que tanto o solo quanto as benfeitorias realizadas foram, ao longo do tempo, constituindo-se como mercadorias cujo valor de troca se impõe, e não o valor de uso. No entanto, não são mercadorias quaisquer, por uma série de aspectos, dentre os quais o fato de o solo não poder se deslocar e, assim, sua localização “confere privilégios de monopólio à pessoa que tem o direito de determinar o uso nesta localização” (p. 135). Outro aspecto que o distingue como mercadoria seria o fato de não ser dispensável, ou seja, “não posso existir sem ocupar espaço” (p. 135). Além disso, “é permanente e a probabilidade de vida das benfeitorias é muitas vezes considerável. O solo e as benfeitorias, e os direitos de uso a elas ligados, propiciam a oportunidade de acumular riqueza” (p. 137).

A propriedade do solo está baseada no monopólio, por certas pessoas em porções definidas do globo, como esferas exclusivas de sua vontade privada com exclusão de outras... O uso deste poder depende inteiramente das condições econômicas, que são independentes de sua vontade... (MARX *apud* HARVEY, 1973, p. 153).

Harvey (2006, p. 193), em texto mais recente, reitera:

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento econômico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político.

Enquanto a origem da construção da cidade de Belo Horizonte como capital do Estado de Minas Gerais “esteve integralmente nas mãos do Estado, desde o planejamento e a execução das obras até a alienação de lotes e controle da ocupação” (MENDONÇA, 2003, p. 119), os bairros Santa Lúcia e São Bento foram privatizados desde sua urbanização inicial e muitos dos empreendedores ou das famílias que adquiriram, investiram e obtiveram lucros com a venda do solo e das benfeitorias, habitavam o local até o momento desta investigação (BAIRROS..., 2011).

Os usos descritos acima se restringiam às primeiras horas das manhãs e nos finais de tarde, por adultos, jovens e idosos dos bairros. Crianças e moradores do Morro eram pouco visíveis nessa via nesses horários. Somente próximo à Escola Santo Tomás de Aquino, atrás das “torres” (altos edifícios residenciais), podem ser observadas outras atividades e usos do espaço em outros tempos, tais como jovens “flanelinhas” – sempre negros –, lavando e tomando conta dos carros estacionados; ambulantes – baleiros, empalhador de cadeiras e vendedor de tábuas de passar roupa; e algumas crianças. No horário de entrada e saída da escola, cuja gestão é privada e que recebia alunos do infantil ao ensino médio, ocorria um adensamento de carros, pois a maioria dos seus alunos circulava de carro com os pais. Alguns utilizavam transporte coletivo escolar e poucos seguiam a pé para as residências, todos eram acompanhados de adultos (FIG. 29).



Figura 29 - Referências e usos de trecho da Av. Bento Simão e da Av. Cônsul Cadar. Croquis autor sobre foto de satélite extraída do *Google Earth*, extraída em maio de 2010.

Neste mapa, realizado diretamente pelo autor por meio do programa *Google Earth*, é possível observar a linha vermelha de circulação que une a Avenida Bento Simão à Barragem Santa Lúcia (FIG. 29). Parte da pista de caminhada (linha cor cyan) e outros usos foram marcados, bem como alguns dos usos não previstos dos passeios para atividades de trabalho. A escola é importante referência local e o movimento de saída de crianças foi observado e será descrito. Paralela a esta Avenida é a Avenida Cônsul Cadar, e nesse ponto o comércio e a circulação de pessoas eram bastante intensos, o que veremos a seguir. Nesta imagem foi experimentado o uso dos ícones disponíveis no próprio programa *Google Earth*.

Importante destacar que esse trecho da Avenida Bento Simão era apontado como o local onde mais aconteciam roubos de automóveis. As pessoas alertavam umas às outras: "Não estacione seu carro ali". Numa das cenas observadas, um grupo de meninos acusou um deles de querer quebrar o vidro de um dos carros. Em outra,

observei pedaços de vidros de carro quebrados no passeio. Ao conversar no local com um rapaz morador da Barragem, ele disse que havia trabalhado na Defensoria Pública, arquivando e protocolando documentos, mas que no momento lavava e tomava conta de carros e, nesta atividade, “tirava” R\$ 350,00 por mês. Enquanto conversava comigo, não tirava o olho do que ocorria ao seu redor, das pessoas que circulavam pelo local e, principalmente, das que estacionavam e das que se dirigiam aos carros estacionados. Muitas estacionavam seus carros ali ao utilizarem o comércio e os serviços localizados na Avenida Cônsul Cadar. Aos que chegavam, o rapaz dizia: “Quer que lava hoje, não?”, oferecendo-se para a realização dos serviços, correndo para lá e para cá o tempo todo. Nessa ocasião, o rapaz me contou que *os meninos descem para roubar aqui e as pessoas deixam carros com vidros abertos cheios de coisas* (DIÁRIO de campo, 10 de março de 2010), e confirmou a ocorrência de atos de violência no local.

A localização fronteiriça (no bairro, próximo ao Morro), a pouca circulação de pessoas caminhando no local fora dos horários predeterminados e a barreira que as “torres” formavam (pois eram cercadas por muro alto, não possuíam entradas nesse lado) eram outras das características relacionadas a esse trecho da Avenida e que podem estar relacionadas a esse fenômeno.

Importante destacar, ainda, a forma como a desigualdade se tornava visível nesse contexto. Principalmente aos sábados, era possível observar os moradores dos bairros estacionarem e circular com seus carros luxuosos pelos arredores, apresentando de maneira ostensiva a posição extrema que ocupavam na relação desigual entre vizinhos. Por outro lado, prevendo e experimentando reações do outro extremo, cercavam tudo, armavam-se, instalavam câmeras, contratavam seguranças e, especialmente os rapazes, moldavam seus músculos e demonstravam força. A desigualdade expressava-se de forma violenta.

Não me propus aqui a entrar na análise da desigualdade, mas me interessava, sim, como essa diferença econômica extremamente acentuada e ostensivamente exibida demarcava e criava as situações de interação, de encontro e de violência. Ao lado de

uma leitura sociológica que enfatiza as diferenças econômicas e de *status* social, a copresença de expressões culturais que marcam hoje a cidade aqui se faziam presentes. Poderia analisar esse fenômeno, que não se restringia a esse local, de vieses distintos e complementares.

Bauman (2007, p. 92) associou o fenômeno ao que caracteriza a vida urbana contemporânea e a interação entre pessoas desconhecidas - encontro que o ambiente público proporciona.

Aqueles que podem dar-se a esse luxo se munem contra todos os perigos visíveis e invisíveis, presentes ou previstos, conhecidos ou ainda desconhecidos, difusos, mas ubíquos, trancando-se por trás dos muros, equipando os acessos aos blocos residenciais com câmeras de TV, contratando seguranças armados, dirigindo veículos blindados (como os notórios utilitários esportivos), usando roupas à prova de bala (como 'sapatos de solas grossas') ou freqüentando aulas de artes marciais.

O autor associa essa percepção à exploração do medo pelos publicitários que, para vender produtos oriundos desta "indústria da segurança", tem explorado o medo de forma generalizada, e exemplifica com as vendas altamente lucrativas de "veículos utilitários esportivos". Esse tipo de automóvel é

Um sinônimo de segurança que, como as comunidades cercadas em que tão frequentemente circula, é retratado nos anúncios como sendo imune à vida urbana lá fora, arriscada e imprevisível... Esses veículos parecem aliviar o medo que sentem as classes médias urbanas quando se deslocam – ou ficam presas no trânsito – em sua cidade 'natal' (GRAHAM *apud* BAUMAN, 2007, p. 93).

O medo é rentável e, como consequência, são desenvolvidos produtos que o exploram em números cada vez maiores:

O capital do medo pode ser dirigido a qualquer tipo de lucro, comercial ou político. E é. A segurança pessoal tornou-se um dos principais pontos de venda, talvez o principal, em toda espécie de estratégias de marketing (BAUMAN, 2007, p. 93).

Com base em minha prática profissional, poderia afirmar que a segurança tornou-se uma das principais demandas apresentadas pelos agentes envolvidos no planejamento dos espaços. Ao tentarem responder a essa colocação, os projetos de

arquitetura e de urbanismo muitas vezes acabam propondo espaços fechados, cercados, monitorados, invisíveis e intimidadores. O condomínio fechado, forte tendência antiurbana voltada para as classes médias de muitas cidades, incluindo Belo Horizonte, é um dos exemplos mais evidentes. Andrade (2006, p. 306) aponta, no entanto, heterogeneidade nos processos de fechamento ou de “condominização” de áreas da cidade, “entre os quais o fechamento de ruas nas áreas já consolidadas das grandes cidades ou processos de fechamento de conjuntos habitacionais populares”. Nesse sentido, a Rua Helena Antipoff, apesar de não apresentar barreiras físicas à entrada de estranhos, estaria num processo de “condominização”.

Ainda que os condomínios horizontais e alguns tipos de condomínio vertical partilhem das características de maior distanciamento da vida pública e, portanto, de maior segregação, os condomínios horizontais radicalizam esses aspectos, à medida que privatizam as ruas e demais espaços públicos, além de serem afastados das áreas centrais e urbanizadas das cidades (ANDRADE, 2006, p. 306).

No entanto a autora, ao se referir a estudos recentes que tentaram compreender, mediante observação participante, “as motivações das pessoas que escolheram esta forma de morar” para além da negatividade presente na maioria dos estudos sociológicos, “o item segurança não é o mais mencionado” (p. 310). Diferentemente da ideia de que vivem enclausurados, moradores dos condomínios fechados “comparam seu espaço com o das pequenas cidades, nas quais as crianças brincam nas ruas e vão sozinhas às casas dos amigos” (p. 309). Ou seja, se para quem observa de fora as barreiras são assustadoras, “para quem está dentro trazem segurança e tranquilidade” (p. 309). Ao analisar o perfil dos moradores de condomínios fechados no município de Nova Lima, cidade vizinha a Belo Horizonte onde estão localizados diversos deles, a autora aponta que “a vida em condomínio atrai principalmente a família com filhos” (p. 315), o que justifica o uso da criança nos anúncios publicitários sobre esse tipo de “produto imobiliário”.

Por outro lado, cabe ainda tentar perceber qual seria o ponto de vista das crianças moradoras deste tipo de espaço. Em pesquisa realizada para mestrado em Sociologia na UNICAMP, Saraiva (2009) aborda o fenômeno da segregação urbana a partir do

cotidiano de um grupo de crianças, com idade de 7 a 11 anos, moradoras de um condomínio fechado de luxo localizado na cidade de Campinas-SP. Na pesquisa, a autora aponta dois caminhos para a análise do fenômeno a partir das crianças:

Primeiro, esse fenômeno deve ser pensado para além da violência urbana e de uma suposta ruptura com os espaços da cidade, pois, quando vistos de dentro, os condomínios de grande porte mostram uma dinâmica *intramuros* de sociabilidades seletivas que não rompe de maneira definitiva com o modo de vida urbano; os deslocamentos e a relação (necessária) com a cidade ainda persistem, ou seja, esses indivíduos, na verdade, estabelecem um outro vínculo com a metrópole. Segundo, cada vez mais, é possível perceber nesses espaços problemas semelhantes àqueles encontrados na cidade, dessa maneira, ao contrário do que é propagado pelo marketing imobiliário, os condomínios de grande porte não estão livres de problemas e conflitos entre moradores (SARAIVA, 2009, p. 151).

Segundo a autora, as crianças, nesse ambiente, “transgridem” a ordem adulta de isolamento (mesmo interna ao condomínio) e, a partir de suas práticas cotidianas, buscam seus espaços, suas brincadeiras e formas de relacionar com os vizinhos:

Diferente de seus pais, elas procuram viver os (e nos) espaços do condomínio. Essa experiência lúdica *intramuros* e as outras atividades cotidianas que se desenrolam nos espaços do condomínio configuram uma maneira particular de vivenciar uma infância na cidade, regida por dinâmicas próprias de usos e apropriações dos espaços do condomínio e da cidade (SARAIVA, 2009, p. 153).

Para além dos muros, a cidade está presente no cotidiano dessas crianças, que, apesar de “aparecerem principalmente como formas de enfrentamentos” se deslocam entre espaços de diversas formas, “não só quando se dirigem ao aeroporto ou ao shopping, mas também quando estão diante da TV ou de um computador, ou ainda quando conversam com suas babás ou escutam relatos de familiares ou de outras crianças” (SARAIVA, 2009, p. 154). Diante desse contexto em que as crianças moradoras do condomínio viviam, a autora apontou para uma *experiência urbana singular* ao construírem formas de enfrentar os espaços e as imagens da cidade de forma criativa. No entanto, ao considerar a diversidade e o encontro entre pessoas oriundas de grupos distintos, uma das principais e mais ricas características da experiência urbana, esta experiência “singular” se caracterizava por uma sociabilidade que se restringia ao encontro entre pares.

Poderia considerar que, no local pesquisado, a copresença era caracterizada pela simultaneidade entre tensão e descontração, pela luta e pelo jogo entre classes e entre gerações. Homens, mulheres e crianças experimentavam a vida e o espaço público demarcado por algumas das características presentes em outros locais, mas que, combinados aqui, se tornavam únicos. Para além da tendência ao isolamento, própria do mundo urbano contemporâneo, segregação e a interação aqui se expressavam simultaneamente, o que veremos com maiores detalhes no decorrer deste texto.

Avenida Cônsul Antônio Cadar e Rua Kepler

O caminho que ligava a Barragem Santa Lúcia ao Instituto da Criança pela Avenida Cônsul Antônio Cadar e Rua Kepler – sua continuação (caminho amarelo – FIG. 26) –, foi analisado em três trechos, que se distinguiam pelos tipos e usos das edificações, das ruas e dos passeios. Ao analisar os usos destas vias, tornou-se evidente o papel dos estabelecimentos comerciais e sua intervenção nos usos dos espaços públicos pelas pessoas. Apenas nos dois trechos onde o comércio era presente, as pessoas eram visíveis nas ruas. No trecho residencial, poucas pessoas caminhavam.

Na Avenida Cônsul Cadar, nos arredores do centro comercial (FIG. 29), a circulação, a presença de pessoas e a circulação de automóveis eram intensas. Durante todo o dia o movimento de pessoas era grande, especialmente no horário de almoço e à noite, quando os restaurantes e bares eram muito frequentados. Nesse ponto, estavam localizados um grande bar, uma pizzaria tradicional, uma padaria, um salão de beleza, uma locadora de CDs e DVDs, uma lanchonete e a entrada para a galeria do centro comercial.

A lanchonete local possuía mesas específicas para crianças e disponibilizava material para desenho. Nos finais da tarde e aos sábados, era possível observá-las acompanhadas de seus pais e mães no local, comendo e desenhando. Era em frente a esses locais, às padarias e à droguaria que *crianças da Barragem* e alguns adultos pediam dinheiro e comida para aqueles que circulavam, paravam no semáforo ou estacionavam por ali (esse fato será analisado na sequência deste texto). Ainda próximo desse local, entre a Escola Santo Tomás de Aquino e a pizzaria, um baleiro ambulante estabelecia seu ponto de vendas, e as crianças eram seus clientes principais. Aquelas que pediam, **trocavam moedas por balas**.

A noite era animada pela frequência jovem, especialmente dos moradores dos bairros, nas mesas e cadeiras colocadas nos passeios por bares, lanchonetes e restaurantes. A presença desse comércio no bairro disponibilizava o acesso e promovia a apropriação pelos jovens, que tinham ali uma opção para o tempo livre

do dia a dia, sem que precisassem sair do bairro. A presença desse grupo no local era bastante visível nos dias de semana. Nos finais de semana, à noite, esse movimento era mais fraco.

Durante os sábados, domingos e feriados, a frequência no horário de almoço era alta, e era possível observar crianças sentadas nas mesas, brincando no passeio e no centro comercial. Muitos dos usuários do comércio local estacionavam nas ruas ao redor e “flanelinhas” estabeleciam seus pontos/territórios. A animação era ainda maior em momentos de jogos de futebol, quando jovens e adultos se reuniam nos bares para assistirem pela televisão. Essa prática ocorria em muitos dos bares e restaurantes locais e acabava por criar conflitos com os moradores, por causa do barulho. Em finais de campeonato jovens de toda a cidade se reuniam em festa regada à cerveja e que, em algumas ocasiões, tornava-se violenta.

Entre esse trecho da Avenida Cônsul Antônio Cadar e a rotatória onde se iniciava a Rua Kepler, a quantidade de pedestres diminuía muito. Foram observados, principalmente, residências, quadras de esportes, clubes particulares, uma escola infantil e um salão de beleza. As residências eram grandes e, em sua maioria, possuíam área de lazer com piscina. As crianças da Barragem reconheciam a desigualdade em que viviam: ao circular por esse trecho com um menino, ele deu prosseguimento à brincadeira que realizava com seus amigos, que, ao observarem motos e carros sofisticados, diziam “meu carro” ou “minha moto”. Ao caminhar comigo apontava casa por casa e dizia “minha piscina”.

A partir da rotatória, a estreita Rua Kepler apresentava, além de residências, comércio, bares e restaurantes, dentre eles um supermercado, num pequeno centro comercial inaugurado nesta década, entre padarias, bares, posto de gasolina, loja de conveniência, farmácia, floraria, lava a jato/churrasquinho, escola de natação, escola especial, etc. Nesse trecho, a presença de pessoas na rua era grande, seja circulando, seja comprando ou tomando cervejas sentadas nas mesas dos bares, apesar dos passeios estreitos (FIG. 30).

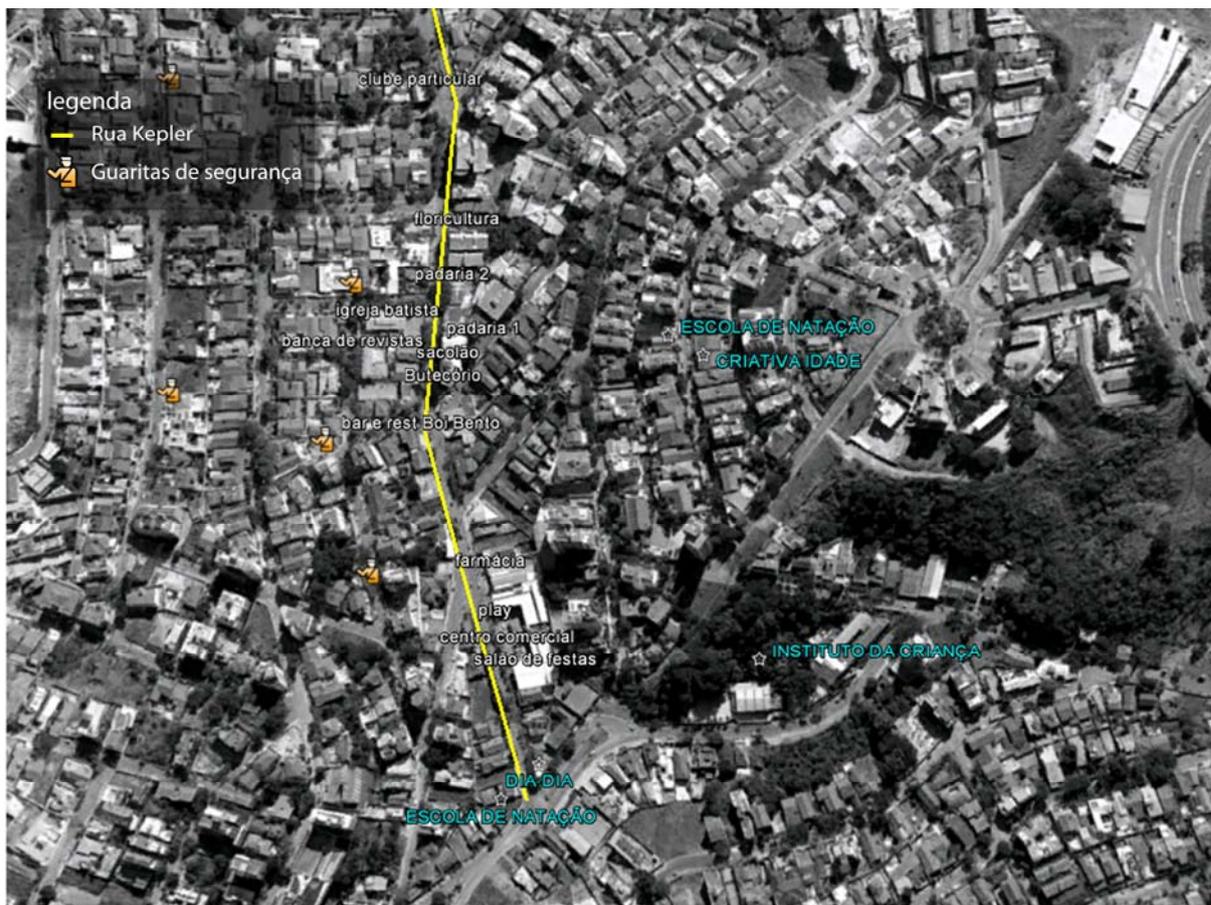


Figura 30 - Referências, escolas e usos da Rua Kepler. Intervenção do autor sobre foto de satélite extraída do *Google Earth*, extraída em julho de 2011. Nesta imagem foi experimentado o uso de ícone disponível no próprio programa *Google Earth*, representando as guaritas de segurança.

Tal como nos bares e restaurantes próximos ao centro comercial da Avenida Cônsul Cadar, a noite era o tempo do jovem nas ruas nesses locais, que se estendiam ao posto de gasolina – onde, principalmente, rapazes estacionavam os carros, tomavam cerveja e fumavam²⁰ – e ao lava a jato/churrasquinho, onde, a partir das 17 horas, o local deixava de ser lava a jato para vender churrasco e cerveja. Ali, principalmente os rapazes, comiam, bebiam e assistiam a jogos de futebol pela televisão assentados em baquetas improvisadas e nos carros estacionados.

²⁰ O posto de gasolina pode ser considerado uma *brecha* encontrada pelos jovens desse local e de outros da cidade. Diante da escalada da normatização dos usos dos bares (a restrição na localização de mesas nas calçadas, a Lei do Silêncio que impõe limites aos horários de funcionamento dos bares e a Lei Antifumo) e da violência, os jovens da cidade acabaram se apropriando de diversos postos de gasolina, que, além de venderem cerveja e cigarros, ficam abertos até tarde e são bastante iluminados, o que pode gerar sensação de segurança.

Apesar da presença maciça de moradores dos bairros em atividades no tempo livre, foi possível observar moradores do Morro, trabalhadores e taxistas num dos botecos da esquina. Ainda nesse trecho da rua, moradores do Morro eram funcionários do comércio e crianças e adultos do Morro pediam dinheiro e comida em frente ao sacolão e às padarias.

Além dos usos fomentados, principalmente, pelo comércio destinado aos moradores dos bairros, foram observados alguns usos dos passeios não previstos – por exemplo, a reunião de taxistas para jogar cartas em mesa colocada numa esquina, uma reunião de pessoas próximos da banca de revistas para tomar cervejas, tocar violão e cantar. Utilizavam as lixeiras para colocar as garrafas de bebidas. Crianças circulavam entre pares até a padaria, compravam picolés e brincavam, girando ao redor de postes de sinalização da rua.

Crianças nas ruas dos bairros

Voltando-me para a observação das crianças na Rua Helena Antipoff, não foram observadas crianças na rua. Nos caminhos pelas Avenida Bento Simão, Cônsul Cadar e Rua Kepler, foi observada a presença pontual de crianças dos bairros, sempre acompanhadas. Crianças pequenas pelas manhãs na Avenida Bento Simão em carrinhos, acompanhadas de adultos, especialmente mulheres (babás, mães e avós) e crianças maiores acompanhadas de pais ou mães em carrinhos de rolimãs ou bicicletas. Nessas ocasiões, experimentavam, aprendiam a usar os veículos e circulavam pela pista fechada, pouco inclinada e lisa, principalmente nos finais de semana. A pista fechada tornava-se um tempo-espço de aprendizado para a mobilidade, pois andar de bicicleta é algo que só se aprende fazendo, tentando e caindo. O amparo inicial de um adulto ou de um amigo e algumas dicas podem encurtar esse caminho do aprender, no entanto, é só mesmo na prática, no experimento repetitivo, que o aprendiz alcança seu objetivo.

A oportunidade que essa pista conferia era singular, pois conferia um espaço aberto, livre de obstruções e levemente inclinado, o que contribuía para a velocidade

necessária ao equilíbrio. Cabe ressaltar que as características físicas desse espaço atraíam e fomentavam certos usos que as pessoas faziam dele. Além das características citadas, o clima ameno, a topografia, a sombra das árvores, etc. possibilitavam o uso do espaço para o aprendizado, para a mobilidade (autônoma) das crianças na cidade.

A presença das crianças dos bairros e a forma como acontece nesse local – sempre acompanhadas – reafirmam a reprodução em camadas médias e nas elites brasileiras, o que diversos autores oriundos dos países do norte – com base nas análises de Ariès (1981 [1973] sobre a privatização da infância europeia, associada ao processo de escolarização, à modernidade e aos modos de vida urbanizados – constataram. “Lugar de criança é na escola” (como se diz popularmente) ou em casa, noção progressivamente associada à inadequação dos usos dos espaços públicos e em especial das ruas pelas crianças.

Se a partir do olhar do adulto afirma-se uma representação que associa a criança aos domínios do privado, representação que se traduz num conjunto de práticas sociais de retirada dos domínios da vida (e da via) pública, para a criança, a rua constitui poderoso atrativo. É na rua que se exerce, com maior força, a sociabilidade infantil, que tem na atividade do brincar sua expressão, no interior do grupo de pares (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 55).

As pesquisas realizadas por Gomes e Gouvea (2008) com crianças nas favelas de Belo Horizonte revelaram que as ruas eram utilizadas pelas crianças entre pares – inicialmente ao redor de suas casas e que progressivamente expandiam estes limites. Isso não ocorre em bairros de classe média alta. Na época dessas pesquisas, o contexto ainda não era caracterizado pela presença do tráfico de drogas, o que pode ter possibilitado as relações entre as crianças moradoras das favelas e os espaços públicos nos locais pesquisados nos anos 1980.

Ao pesquisar crianças nos espaços públicos do Belvedere, bairro de Belo Horizonte tido como elitista e produzido clara e recentemente segundo a lógica capitalista, Debortoli e Martins (2008, p. 38) afirmam:

O que se pode depreender do sentido e do significado dado à presença da criança no espaço público neste bairro é de uma presença-ausência (nos termos definidos por Henri Lefebvre, 1983), constituindo uma certa invisibilidade, mas ao mesmo tempo claramente identificada e entrecortada pelos discursos dos incorporadores, entrando nas estratégias da lógica do consumo do espaço.

Os autores chamam a atenção para o fato de a criança ser, muitas vezes, usadas pela propaganda de produtos imobiliários, em que os espaços destinados a elas tornavam-se um diferencial no processo de venda. Diante da atração que os espaços livres exercem nas crianças, do medo do espaço público e de toda uma carga de estranhamento que seus usos carregam, os adultos “compram” a ideia de que a existência de *playgrounds*, de *espaços kids*, etc., em condomínios fechados, atenderia à demanda dos filhos. No entanto, o presidente da Associação dos Amigos do Bairro Belvedere coloca sua opinião em entrevista a respeito desse tipo de equipamento instalado nos espaços coletivos dos novos edifícios: “Isso daí é uma forma indireta que a construtora facilita a vida do pai, e o pai engana os filhos”, pois de acordo com sua opinião, “as crianças querem brincar com a presença dos pais, e não será um brinquedo que trará de volta esse tipo de relação, mas sim uma ‘revisão de valores’” (DEBORTOLI e MARTINS, 2008, p. 39).

O uso da criança como foco publicitário, da imagem e das demandas delas é muito recorrente e muito presente nos últimos anos; basta observar anúncios de novos empreendimentos em jornais. Especialmente no jornal *Folha de S. Paulo*, a maioria dos anúncios se refere, de alguma maneira, à criança, seja com imagem fotográfica em que aparecem crianças brincando em jardins bucólicos, seja na descrição dos empreendimentos que incluem espaços destinados a esse público. Buscam imprimir “novos valores” a seus empreendimentos em que o que conta é a possibilidade de enclausuramento em espaços “completos” que negam o espaço público. Buscam, ainda, vender a ideia de que brincar nas ruas pode ser substituído por brincar nos *playgrounds*, em atividades monitoradas, não espontâneas e somente entre pessoas oriundas do mesmo grupo social, negando, assim, o convívio com o diferente, o outro, o contato com a diversidade – uma das mais ricas e importantes dimensões do urbano.

Retomando tema abordado no estudo para o mestrado sobre a produção cultural adulta dirigida às crianças nas sociedades contemporâneas, Kincheloe e Steinberg (2001, p. 14) consideram essa produção uma “pedagogia cultural” que abrange “a educação numa variedade de áreas sociais, incluindo, mas não se limitando à escolar”. Tais produções são criadas por instituições privadas voltadas para o ganho individual. Por outro lado, apesar da mercantilização da cultura infantil, adultos e crianças são capazes de “desviar-se de seus elementos repressivos” (KINCHELOE; STEINBERG, 2001, p. 21), transgressão possível apenas se for analisada de forma crítica a autoridade cultural imposta pela propaganda, pelas mídias eletrônicas, pelas formas de lazer, turismo, educação e esportes voltadas para esse público.

Em contextos como o dos bairros Santa Lúcia e São Bento, as crianças encontravam suas táticas – como diria Certeau – para transgredir, mesmo que pontualmente, o controle adulto. Além das pessoas que os acompanhavam, interagiam principalmente com os cachorros que encontravam e, conseqüentemente, com seus acompanhantes (que emitiam frases como se fossem os cães a dizê-las). Esse tipo de interação era muito frequente não só entre crianças e adultos, mas entre jovens e adultos, ocasião em que assumiam postura distinta da distância característica desse tipo de encontro entre estranhos na experiência pública. Acabavam por conhecer os cães que circulavam diariamente, o nome e o dono deles, mas a interação era, invariavelmente, mediada e construída com os cães, não com os seus donos. Chegavam a cumprimentar os cães e chamá-los pelos nomes e desconheciam e até desprezavam a presença do seu acompanhante – note-se bem, a pessoa é que se torna acompanhante. A presença de várias pessoas nesse local era resultado da necessidade que os animais têm de passear, o que permite afirmar que os animais acabavam se tornando mediadores das relações sociais em público. Portanto, a interação mediada pelos animais constituiu, nesse contexto, uma “brecha”, uma possibilidade de interação e de transgressão da indiferença pública no urbano, e no caso das crianças dos bairros, de interação com os animais e com seus proprietários, independentemente da mediação de seus acompanhantes.

Por outro lado, as *crianças da Barragem* foram observadas nesses locais em distintas ocasiões, entre pares e a sós, principalmente em busca de recursos permeados pela brincadeira. Nos dias da semana, um menino da Barragem “vai lá em cima” (forma como se referiu à porção do bairro onde só tem grandes residências unifamiliares) depois do horário de almoço e acabava conhecendo as casas onde as pessoas lhe forneciam comida. Batia a campainha e esperava a resposta positiva dos moradores, que já conhecia e sabia que forneceriam o alimento. Nesse trajeto, que realizava só, aproveitava as barras de ginástica para pendurar e brincar. Outros dois meninos nos finais de tarde, faziam o mesmo na portaria de um prédio, pediam brinquedo ou roupas e um dia me contaram que era aniversário de um deles (o que será comentado neste texto em trecho que compara três distintas ocasiões de aniversário observadas).

A situação mais recorrente era aquela em que as *crianças da Barragem* circulavam pela Avenida Bento Simão e por outras ruas do bairro, aos sábados, à procura de restos de coisas aproveitáveis nos lixos colocados nos passeios. Esse era o dia em que o caminhão de lixo reciclável passava pelo local e em que os moradores dos bairros colocavam o que recolhiam durante a semana nos suportes para o lixo ou no próprio piso. Além dos recursos obtidos, as *crianças da Barragem* brincavam com o que achavam. Numa ocasião, dois meninos e uma menina que circulavam por ali catando os restos ensacados, transformaram os sacos plásticos cheios em *puffs*, pulavam e deitavam por cima da superfície macia²¹.

A recorrência dessa prática, tanto nessa rua como na Praça Jerimum, exemplifica, com base em dados empíricos, que as crianças não são somente consumidoras de produtos realizados por adultos, mas também os produzem. Em outras palavras, objetos do cotidiano se tornam brinquedos nas suas mãos ao adquirirem significados distintos dos usuais. Tal apropriação pode expressar resistência aos interesses consumistas da indústria. Para Kincheloe e Steinberg (2001), o poder da indústria do

²¹ “Esses brinquedos indicam um elemento importante na produção cultural das crianças, seu caráter de recriação com recurso a materiais produzidos pelos adultos e ressignificados numa atividade artesanal. Como indica Benjamin (1984, p. 101), as crianças fazem ‘estória dos detritos da história’” (LANSKY, 2006, p. 146).

entretenimento, além de produzir prazer nas crianças, reprime a produção de artefatos domésticos, na perspectiva do consumo industrializado. Por outro lado, as crianças utilizam a imaginação e a capacidade lúdica e criativa para produzir novos significados para os objetos.

Para além da perspectiva que considera que as crianças se limitam a interiorizar a cultura adulta, Corsaro (2002, p. 113) afirma que passam a fazer parte dela “através das negociações com os adultos e da produção criativa de série de cultura de pares com outras crianças”. Em tal abordagem, considera-se a socialização um processo produtivo-reprodutivo que se modifica nos mundos sociais infantis. “Uma mudança importante nestes mundos é o movimento das crianças fora de seu meio familiar” (p. 114). Assim, a produção da cultura entre pares não deve ser considerada simples imitação ou apropriação direta do mundo adulto.

As crianças apropriam-se criativamente da informação do adulto para produzir a sua cultura de pares. Tal apropriação é criativa na medida em que tanto expande a cultura de pares (transforma a informação do mundo adulto de acordo com as preocupações do mundo dos pares) como simultaneamente contribui para a reprodução da cultura adulta (CORSARO, 2002, p. 114).

Como dito, esse processo é denominado “reprodução interpretativa” (CORSARO, 2002), que possibilita que a criança participe ativamente do mundo, altere-o e, ao mesmo tempo, afirme sua alteridade.

Apesar de as *crianças da Barragem* estarem presentes nessas ruas e em outros locais da Barragem Santa Lúcia, não podem ser consideradas “crianças de rua” nem “crianças em situação de rua”, termos problematizados desde as pesquisas realizadas sobre a temática a partir da década de 1980 (ALVIM; VALLADARES 1988; RIZZINI, 1994, 1995, 1997; MARCHI, 2007). Por estarem próximas de suas casas (todas na Vila da Barragem Santa Lúcia, a mais próxima dali) e passarem pelo local em seus trajetos, essa presença era muito distinta daquela em que as crianças se deslocam para os centros das cidades, não dormem em casa e retornam quando querem, desfrutam grande autonomia para decidir sobre seus tempos e corpos. Assim,

mesmo que o termo seja carregado de preconceito, são chamadas crianças “de rua” (MARCHI, 2007).

Apesar da presença das *crianças da Barragem* nesse local ser estranha aos moradores dos bairros e permeada pelo conflito intergeracional e entre classes, ainda assim encontravam suas formas de circular e de estar em espaço público não concebido para recebê-las. Seu movimento, apesar de imprevisto, é caracterizado pelo lúdico e pela brincadeira. Usavam o brinquedo local (as barras), construíam brinquedos, circulavam entre pares, pediam e brincavam.

Cabe destacar, ainda, as relações de compartilhamento que essas crianças desenvolviam entre os amigos e que acabaram construindo comigo. Em uma ocasião em que eu lanchava num dos bares, senti alguém me cutucar no ombro, mas, quando me virei, não vi ninguém. Percebi, então, alguém escondido atrás de umas plantas e logo imaginei que era alguma criança que já conhecia e que, provavelmente, iria me pedir algo. Para minha surpresa, quando o menino percebeu que o encontrei, ofereceu as balas que estavam em suas mãos. **Não pediu nada, apenas ofereceu as balas que possuía.** Esse mesmo menino em outra ocasião, estava na Pracinha com os amigos, quando percebeu que alguém lhe oferecia produtos do sacolão do outro lado da rua. Sem esperar, correu entre os carros que circulavam, cruzou a Av. Arthur Bernardes em direção ao sacolão e voltou com alguns caquis que ofereceu a todos, inclusive a mim.

O compartilhamento era algo bastante presente nas relações entre as *crianças da Barragem*, aqueles que brincavam entre pares e buscavam recursos mediante a interação no espaço. Algumas dessas cenas serão descritas no decorrer do texto, mas de início cabe ressaltar que vivenciavam o espaço assim: entre pares e bastante presentes na cena da Barragem, formavam grupo coeso permeado pelas relações de parentesco e de vizinhança, sabiam sempre dizer onde estavam os amigos, protegiam-se mutuamente e compartilhavam as brincadeiras, a vida, a situação de vulnerabilidade e os recursos para superá-las. A situação de vulnerabilidade em que

viviam informava sobre a presença desse grupo nos diversos espaços observados nesta pesquisa.

Capítulo 11

O MUNDO DO MORRO

Ao atravessar a fronteira, penetrar no mundo da favela e caminhar pelas ruas estreitas do Morro do Papagaio, as distinções nos modos como o espaço era produzido e vivido ficavam claras, se comparadas ao que acontecia nos bairros. Em primeiro lugar, a presença das pessoas em público, incluindo as crianças e seus brinquedos – entre eles o *papagaio*, que, de tão presente, dava nome ao lugar. Por outro lado, a paisagem marcada pela sua topografia, o próprio Morro. A denominação “Morro do Papagaio” por seus moradores expressa a relação entre sua paisagem “natural” e “humana” (FIG. 31).

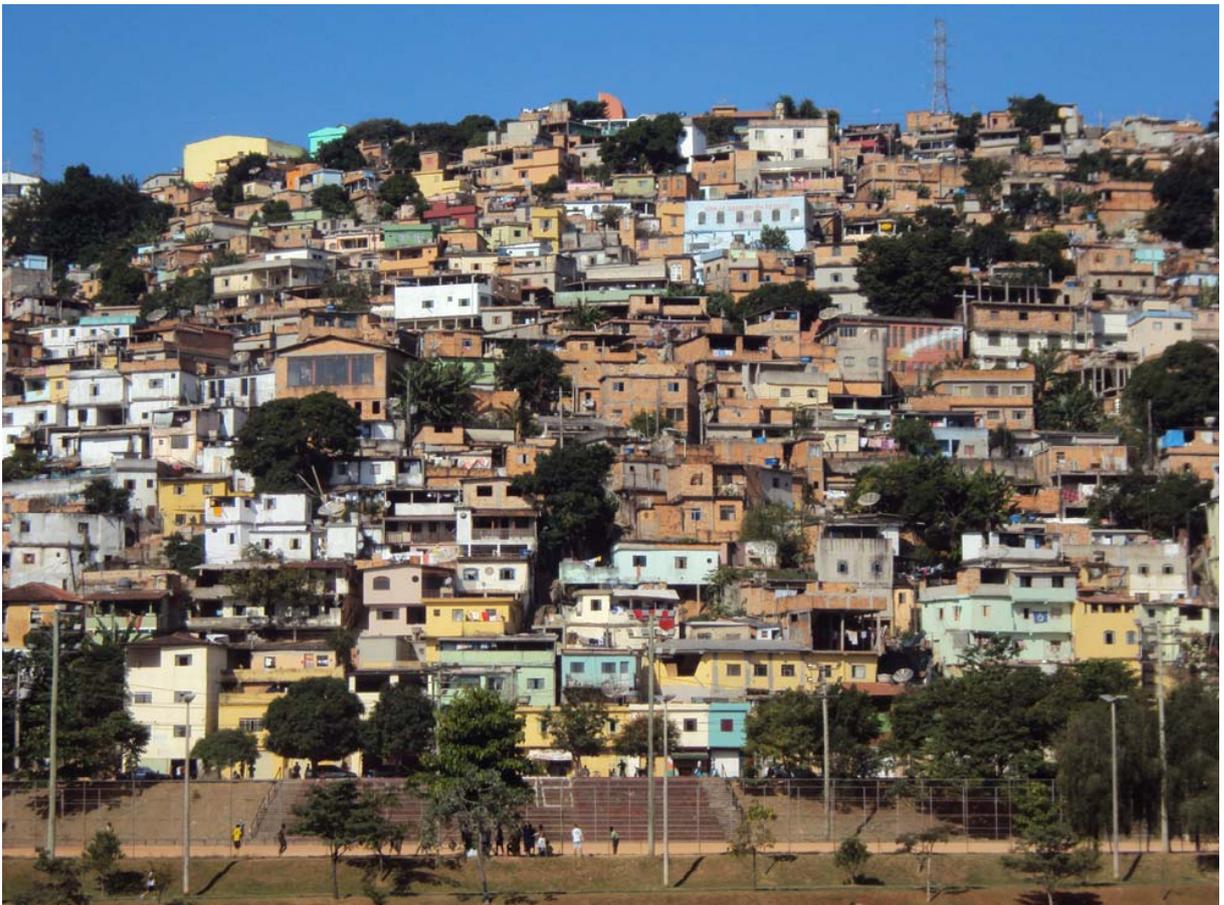


Figura 31 – O Morro do Papagaio. Foto do autor.

Apesar de seus moradores contarem que as primeiras construções iniciaram-se ainda na década de 1920, a pavimentação das ruas e becos ocorreu somente na década de 1970 (CRUZ, 2009), por isso a circulação das pessoas era realizada, até então, quase que exclusivamente a pé e em ruas de terra. Com o tempo e a pressão dos moradores, algumas de suas ruas foram asfaltadas e atualmente é possível circular de carro. O transporte público tem acesso pela rua principal. Se por um lado esse acesso trouxe mobilidade às pessoas e especialmente às crianças (que muitas vezes não pagavam), por outro, diante da densidade das construções, da circulação de ônibus, automóveis e motos pelas ruas estreitas, poucos espaços livres restavam para a circulação de pedestres, permanência e usos das pessoas.

No sentido das relações sociais e da interação que ocorria em público, a informalidade e a descontração caracterizavam o local. Era difícil andar pelas ruas sem interagir com as pessoas que circulavam. Ao conversar com rapaz morador e lhe perguntar qual sua percepção sobre a vida no Morro, ele respondeu:

A descontração. Se você mora no São Bento, tem que pegar um carro até o Shopping para distrair. No Morro, é só abrir a porta de casa que tem gente pra conversar, divertir (DIÁRIO de Campo, 25 jul. 2010).

No Morro não existem linhas retas. As casas, ruas e becos muito estreitos materializam a relação entre os usos que delas fazem as pessoas, as características físicas locais e a condição sociocultural e econômica (e a criatividade) de seus habitantes.

Para Jaques (2002, p. 51), apesar de cada favela ter sua especificidade, as favelas “têm uma identidade espacial própria” que as diferem das outras porções da cidade “em grande parte construída por técnicos”. Para a autora, o que a difere é, principalmente, seu processo espaciotemporal dinâmico: “Mais que o próprio espaço, é a temporalidade que causa a diferença” (p. 51).

A própria idéia de um espaço em movimento impõe a noção de ação, ou melhor, de participação dos habitantes e usuários. Ao contrário dos espaços quase estáticos e fixos (planejados, projetados e

acabados), no espaço em movimento o usuário passivo (espectador) se torna sempre ator (e/ou co-autor) e participante. A favela é um espaço em constante movimento porque os moradores são os verdadeiros responsáveis por sua construção, ao contrário do morador formal, que muito raramente se sente envolvido na construção do seu espaço urbano e, em particular, dos espaços públicos de sua cidade (JAQUES, 2002, p. 56).

No movimento da construção de moradia, os habitantes do Morro, ao longo do tempo e constantemente, sobem o morro, buscam materiais, encontram seus territórios entre amigos, conterrâneos e parentes e contam com a colaboração dos mais próximos, ou seja, a presença de amigos ou parentes facilita o acesso e a construção da moradia. Em outras palavras, o espaço é resultado do *compartilhamento*. Como resultado desse processo, os espaços livres vão sendo ocupados, e novas construções e acréscimos acabam por tomar quase que todo o espaço livre, inclusive espaços inadequados à moradia, tais como os que apresentam erosão.

O percurso para a produção da moradia é tortuoso, pois para vencer o Morro e construir a moradia seus habitantes encontram muitos obstáculos, tais como a falta de recursos e a topografia acentuada, que enfrentam muitas vezes em carrinhos de supermercado e carrinhos de mão. Por outro lado, era isso que caracterizava o local: o solo, a criatividade e o movimento constante entre a pouca disponibilidade de recursos e a construção da moradia, em clima absolutamente *in-formal*.

A expressão “cidade informal”, bem como os termos “favela” e “periferia”, são carregados de significados muitas vezes negativos associados aos locais onde os grupos populares habitam.

Nessa perspectiva, acentuaram-se aquelas interpretações das favelas e periferias a partir do que elas *não têm*. Ausência de leis, ausência do Estado, ausência de direitos, ausência de cidadania, ausência de ordem, ausência de planejamento – em última instância, *ausência de cidade* propriamente dita. Através da *qualificação pela negação* – que é um dos modelos teóricos bastante recorrentes nos estudos sobre ‘os pobres’, ‘os trabalhadores’, ‘as classes populares’ – as favelas e periferias são compreendidas sempre em oposição àquilo que lhes seria negado (e àqueles que os negariam, ou, ainda, a quem *eles negariam*,

dependendo do referencial adotado): repõem-se, nas dicotomizações cidade/periferia, asfalto/favela, as 'oposições clássicas' – ou 'falsas oposições' – que permeiam o pensamento social sobre os pobres, a pobreza urbana ou a cultura popular (ROSA, 2009, sem paginação).

Se, em um primeiro momento, a tematização da *cidade informal* pretendia contrapor-se a um urbanismo e a uma legalidade urbana elitistas e excludentes, mais recentemente, em um contexto de 'deslocamentos de sentido' decorrentes das mudanças do capitalismo contemporâneo, ela realimenta essas mesmas práticas de intervenção e regulação da cidade. (ROSA, 2009, sem paginação).

Ao colocar a questão fundiária e a imobiliária no centro da questão urbanística, Maricato (2001, p. 82) procura relativizar a dicotomia formal/informal, legal/ilegal e aponta que a invasão de terras para fins de moradia, espontânea ou organizada "é uma alternativa habitacional que faz parte da estrutura de provisão de habitação no Brasil". E acrescenta:

A ocupação do solo obedece a uma estrutura informal de poder: a lei do mercado precede a lei/norma jurídica. Esta é aplicada de forma arbitrária. A ilegalidade é tolerada porque é válvula de escape para um mercado fundiário altamente especulativo. Tanto a argumentação de cunho liberal quanto a estatizante são utilizadas para assegurar manutenção de privilégios. Regulação exagerada convive com total *laissez faire* em diferentes áreas da cidade (p. 83).

In-formal neste texto tem outros sentidos. Além do sentido urbanístico em que a favela é considerada cidade *informal*, o que significa dizer que tanto o terreno quanto as construções não são legalmente aprovadas e que muitos lotes não têm propriedade definida, são do poder público ou foram invadidas. No sentido arquitetônico *in-formal*, significa dizer que as formas das construções não se baseiam em nenhuma norma, legislação ou geometria preestabelecida em pranchetas de especialistas, mas estão em constante movimento, em processo de construção, e o que se vê é o resultado momentâneo das demandas, dos sonhos e criatividade de seus habitantes.

Esse processo criativo resulta em alguns dos elementos arquitetônicos mais recorrentes nos edifícios da cidade, tanto na sua parcela "formal" como na "informal" – o *puxadinho* e as *lajes*. Criado para abrigar mais pessoas nas residências ou criar

um comércio mediante o acréscimo de área, a forma popular de construir “os puxadinhos” passou a caracterizar muitas das edificações residenciais (mas não apenas) da classe média localizadas nas coberturas dos edifícios, de maneira não legalizada (FIG. 32).

Outro elemento socioespacial criado nesse contexto que o caracteriza e que chama a atenção dos especialistas pela flexibilidade de usos que possibilita é a *laje*: a espera dos próximos puxadinhos, a cobertura das construções sem telhado é utilizada de diversas formas pelas pessoas. Tanto para lavar e secar roupas, para o lazer – festas nas lajes, soltar papagaio, churrasco e cerveja – e ainda: a visão ampla da paisagem proporcionada pela topografia é privilegiada, tanto que em algumas favelas – não no Morro do Papagaio – outras funções emergem desse elemento arquitetônico: o turismo²² e o controle e vigilância do movimento das pessoas pelo local, realizado principalmente por pessoas associadas ao tráfico de drogas. A localização em terreno íngreme sem construções altas, possibilita avistar longe e vigiar a circulação de pessoas, e esses grupos acabam por utilizá-los para vigiar o movimento nas favelas. Nessa direção, segundo Foucault (1988), observa-se em favelas localizadas em terrenos íngremes (como muitas delas o são) o “panoptismo das lajes”, que é operado com fins de demarcação e controle territorial. Importante destacar que esses usos, tanto para o turismo como para o “panoptismo”, não foram observados por mim no Morro do Papagaio.



Figura 32 – Morro do Papagaio. Fotos realizadas pelo autor.

²² Freire-Medeiros (2009) discorre sobre esse fenômeno recente na África do Sul, na Índia e, principalmente, na favela da Rocinha.

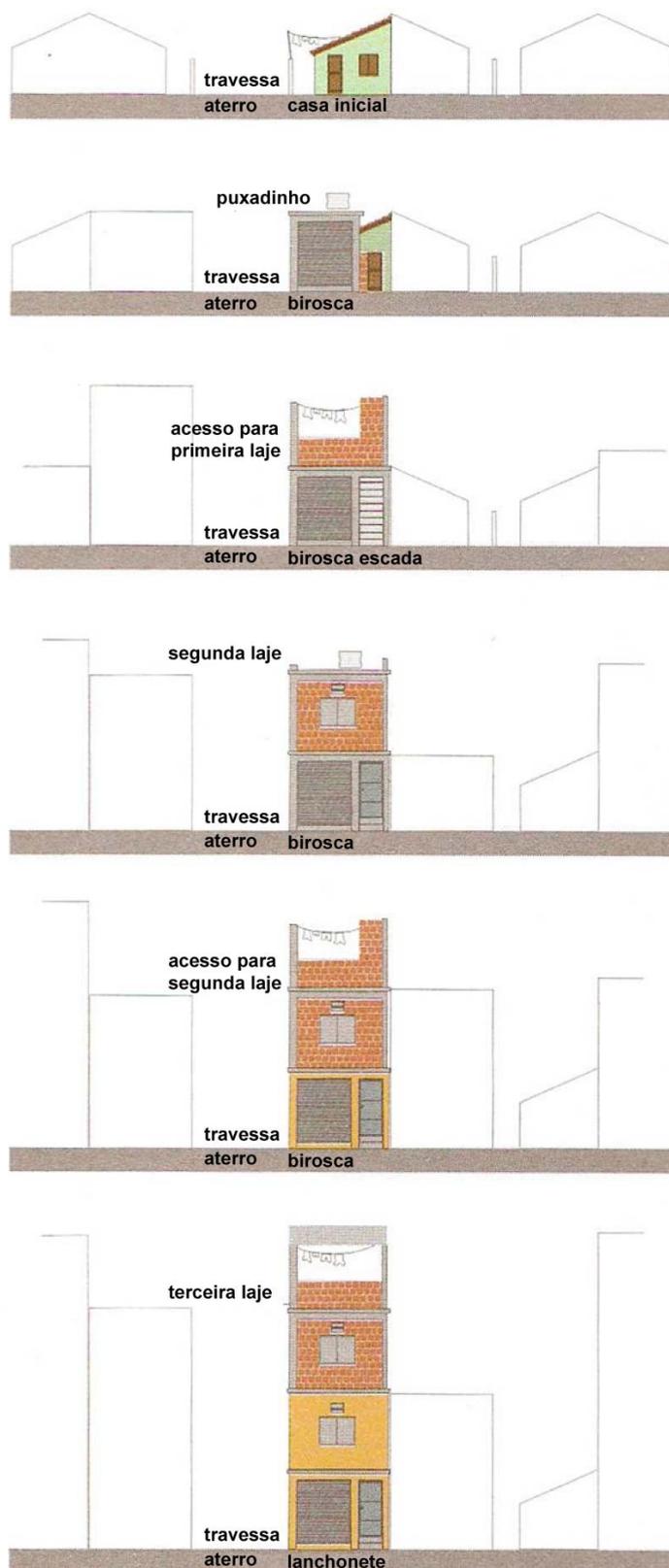


Figura 33 - Desenhos extraídos da descrição que Jacques (2002, p. 44) realiza sobre a Favela da Maré no Rio de Janeiro, em que o puxadinho e as lajes aparecem como elementos que são acrescentados ao longo do tempo.

Estes dois elementos, o puxadinho e a laje, e suas formas de construção são muito presentes nesse local (FIG. 32) e caracterizam os espaços de outras favelas brasileiras, tais como na Maré no Rio de Janeiro, descrita e representada graficamente por Jacques (2002) (FIG. 33).

Ao caminhar pelas ruas do Morro do Papagaio, foi possível observar que o local possuía identidade própria. Além da visível participação direta e constante de seus moradores no processo de construção, era caracterizado pelas intervenções artísticas nas ruas, edificações e mobiliário realizadas pelos diversos artistas moradores. Além de Fabiano Valentino, o Pelé, artista que recebeu o Prêmio "Gentileza Urbana", organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil em 2001 (CRUZ, 2009), diversos outros grupos e artistas individuais davam o tom artístico ao local. O talento desse e de outros artistas acabaram sendo incorporados ao programa *Escola Integrada*, da Secretaria Municipal de Educação, que procurava lançar mão do potencial dos espaços e dos moradores dos arredores das escolas em oficinas de arte, cultura e lazer, ampliando a permanência das crianças em suas grades curriculares.

Entre a prática das artes plásticas, artesanato, teatro, dança, música e manifestações folclóricas e religiosas, o Morro tornou-se único, com ritmos diversificados e extremamente colorido. Entre os diversos tipos de manifestação, chama-me a atenção o *grafite*, manifestação jovem e popular, que utilizava os muros e demais elementos do espaço como suporte. Nesse local, tornou-se uma de suas marcas, visível tanto no espaço público como nos espaços internos e externos de estabelecimentos comerciais e escolas. Além disso, invadiu as escolas, seus espaços e seu currículo (FIG. 34).



Figura 34 - A presença da arte no Morro. Fotos realizadas pelo autor.

Ao solicitar a um morador que me apresentasse o Morro na primeira fase de observação no campo, ele convidou-me a “subir”. Seguimos a pé pela rua em direção ao “centro”, como chamou a Rua São Tomás de Aquino, localizada no cume do Morro e onde há lojas, supermercado, salões de beleza, escolas, igreja, equipamentos da assistência social, etc.

Enquanto me mostrava algumas das referências locais e alguns dos espaços utilizados pelos moradores, cumprimentava diversas pessoas com quem cruzávamos e conversava com diversas delas sentadas nos meios-fios das calçadas, que circulavam nas ruas e as que trabalhavam nas lojas. Brincava e puxava assunto. Estávamos no momento da Copa de Futebol e alguns jovens pintavam a bandeira do Brasil no asfalto. Perguntei sobre os pontos de encontro dos moradores. Mostrou onde era a Associação de Artistas do Morro e disse que tinha *altas atividades*. Além disso, apontou o Salão Branca de Neve como ponto de encontro jovem, onde cortavam cabelo e jogavam fliperama.

Quando perguntei sobre os locais onde as crianças brincavam, ele respondeu que as *crianças estão o dia todo nos projetos* e que *agora não é mais possível ficar nas ruas, pois tem muitos carros e motos*, os pais já não deixam as crianças ficarem nas ruas, *o trânsito ficou perigoso*. Apontou apenas duas áreas livres onde os moradores – incluindo as crianças – jogavam bola (FIG. 35). Para ele, o principal espaço das crianças é o *campo* (do Parque da Barragem) (DIÁRIO de campo, 26 maio 2010).

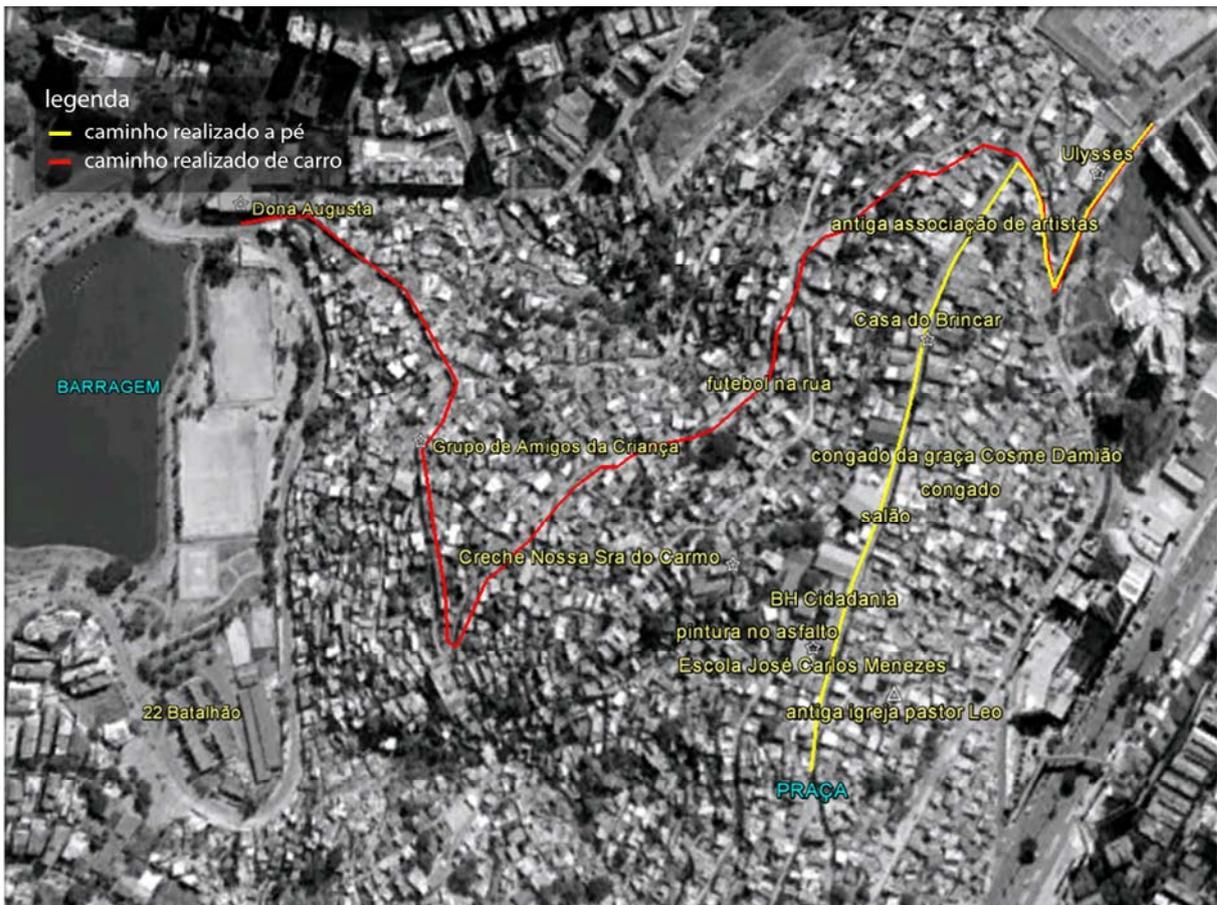


Figura 35 – Caminhos realizados pelo autor com o morador do Morro. Os pontos marcados são referências apontadas pelo morador. Croquis realizado pelo autor com a colaboração de João Paulo de Fontoura.

Os moradores do Morro do Papagaio habitam uma “ilha popular” entre diversos bairros de classe média e alta, o que lhes confere posicionamento estratégico quanto ao acesso aos equipamentos públicos (escolares, culturais, esportivas, de saúde e da assistência social) e ao trabalho. Além do setor público, seus programas e projetos voltados especialmente para seus moradores, ONGs e instituições religiosas oferecem oportunidades diversas, o que confere situação privilegiada se comparado a outras favelas de Belo Horizonte (BERGO, 2005). Os projetos eram frequentados por todos os grupos etários, e isso era valorizado pelos habitantes. Se inicialmente a mobilidade a essas oportunidades era dificultada pelo acesso difícil e a inexistência de transporte público, a realidade no momento desta investigação era diferente. Festas, apresentações musicais, oficinas e outros eventos eram frequentes no Morro,

o que conferia a seus moradores um privilégio que muitos não queriam (e não podiam) abrir mão.

Cabe ainda destacar aspectos de precariedade e da diversidade da experiência de morar no Morro. Algumas residências eram boas e bem estruturadas, especialmente as localizadas na Rua Principal e na São Tomás de Aquino; outras eram pequenas, de estrutura precária; e outras, localizadas em áreas de risco, especialmente a área mais recentemente habitada, a Vila São Bento. As casas, apesar da criatividade dos moradores – construtores ou dos “arquitetos autodidatas” (CRUZ, 2009) ao reutilizar material sem assistência técnica em situações muitas vezes de urgência –, acabavam por gerar riscos de queda. Eu mesmo, ao visitar a casa de um menino que morava numa casa grande e cheia de cômodos em ocasião de seu aniversário, torci para que a escada que ligava o segundo ao terceiro piso não caísse, pois era estreita, do tipo caracol, não se encaixava bem ao local e parecia desestruturada. *As crianças da Barragem* me contavam vários casos de pessoas que haviam caído de lajes, machucado e até morrido.

O clima de descontração presente no local, observado tanto na alegria com que as pessoas conversavam e se apresentavam nos espaços públicos, era, no entanto, permeado pelo sentimento de tensão, revolta e medo que perpassavam tanto as relações entre os moradores do Morro quanto dos bairros e os engenheiros da Prefeitura, responsáveis pelos projetos e pela implantação do programa *Vila Viva*.

Alguns moradores disseram que gostavam de morar no Morro, no entanto esse sentimento era carregado por ambiguidades, presentes em seus discursos. O morador com quem circulei achava “maravilhoso” morar no local, no entanto esse sentimento não era compartilhado por jovens que moravam numa região da Barragem conhecida pela violência do tráfico. Uma moça que trabalhava numa das barracas da Praça disse que “conhece tudo” do local e que morava no “pior lugar da favela”: – *Os meninos ficam em guerra com os outros, não vão lá no lugar dos outros, [...] nem todos são da guerra, mas às vezes são vítimas de balas perdidas.*

Contou que os tiroteios eram muito frequentes e aconteciam, principalmente, em dias de Pagode e no *Réveillon*, quando as turmas adversárias se encontravam. Poucas meninas estavam envolvidas, segundo contou. Disse que sabia onde podia ir e onde não podia, pois morava há vários anos no local e que só assim foi possível conhecê-lo (DIÁRIO de campo, 26 jul. 2010).

Uma funcionária da academia de ginástica em frente à Praça não gostava de morar na favela, pois, segundo ela, tinha muita droga. Contou que já não tinha tanta violência quanto antes: – *Os malandros mesmo já morreram. Agora só tem mais pivetinhos, que acham...* (faz um gesto de desprezo). Disse que não saía, não ia ao pagode, pois temia a violência. Afirmou que se pudesse, construiria sua casa fora do Morro, pois não queria criar os filhos ali (DIÁRIO de campo, 19 fev. 2010).

O paradoxo descrito pelas moças expresso em duas manifestações – *Réveillon* e Pagodes – se assemelham ao descrito por Ceccheto (1998) em suas pesquisas sobre Galeras *Funk* no Rio de Janeiro e associado ao que chama de “reciprocidade negativa ou mesmo que Simmel chamou de conflito pelo conflito ou violência pela violência”. Baseada nas análises de Elias sobre o esporte, a autora afirma que a vivência da emoção pela música excitante, no caso o chamado *funk carioca*,

constitui o prazer proporcionado pelos fatos miméticos na esfera do lazer, nos quais a estimulação emocional peculiar e a renovação de energias proporcionadas por uma tensão agradável representam uma contrapartida mais ou menos institucionalizada em face do poder e da uniformidade das restrições emocionais exigidas na sociedade. O que o autor (Elias) sugere é que a excitação lúdica contém um elemento agradável que pode ser experimentado e vivido em contraste com as situações críticas sérias... O prazer deriva, neste caso, dos próprios danos físicos infligidos aos oponentes (CECCHETO, 1998, p. 156).

O “*ethos* guerreiro” associado à masculinidade e construído culturalmente assume contornos diferenciados em distintos contextos, como aponta Ceccheto.

Um rapaz que, na ocasião, trabalhava numa outra barraca, morava também numa região conhecida pela violência associada ao tráfico de drogas. Enquanto conversava

comigo, uma moça o aguardava. Quando perguntei sobre o local onde moravam o rapaz disse: – *É o segundo inferno na Terra.*

Disse que melhorou, “era pior”. Contou que tinha uns 80 rapazes da idade dele morando ali e que só dois não estavam envolvidos na “guerra”, ele e um outro. Contou que o fato de ser parente ou amigo de alguém envolvido, “pode se tornar alvo para atingir o outro”. Perguntei por que melhorou e o rapaz responde que “aos poucos as pessoas acabam vendo que não leva a nada e que acabavam perdendo as festas”. Pergunto ainda se gostavam de morar ali e ambos responderam que sim, e atribuíram à “descontração”. Foram muito simpáticos e receptivos, e não deixavam de expressar o sentimento ambíguo que morar ali lhes causava. Nasceram no Morro e viviam no local desde então (DIÁRIO de campo, 25 jul. 2010).

Segundo Ceccheto (1998, p. 154), as alianças construídas entre as galeras do *funk* carioca são efêmeras, ou seja,

[...] os vínculos de solidariedade podem ser desfeitos por disputas internas ou reviravoltas nos acordos prestabelecidos... Apesar de não haver uma única versão sobre o surgimento das rivalidades, observam-se alterações no comportamento de algumas galeras diante dos desdobramentos da guerra do tráfico. Isso fica claro quando uma galera ‘cola’ (coopera) com outra de comando diferente; não pode mostrar no baile fidelidade ao ‘comando’ rival, tem que ficar ‘neutra’[...] Do mesmo modo, quando um parente ou amigo do ‘contexto’ sofre uma ‘judaria’ (covardia), no baile ou fora dele, muitas vezes aciona-se o círculo de reciprocidade negativa entre esses grupos para retribuir o dano e restituir a ‘honra’ do grupo. E assim recomeça o ciclo das rivalidades sem fim. O curioso é que a vingança se estende a amigos e parentes dos integrantes das galeras.

No entanto, ao analisar a violência em Belo Horizonte, cabe destacar que o fenômeno no Rio de Janeiro é associado ao controle do tráfico de drogas por comandos organizados e associados ao tráfico internacional, distinto do que acontece nesta cidade:

Apesar de as favelas de Belo Horizonte, em geral, não serem apontadas como locais violentos, havendo muitas que possuem incidência de criminalidade similar a de outros bairros quaisquer,

estudos mostram que os homicídios se concentram em algumas vilas e favelas da cidade, de onde se originam vítimas e agressores (LIMA, 2010, p. 10).

Quando perguntei aos moradores “por que a guerra?”, o rapaz respondeu que “os motivos são bobos, fúteis” e que não tinha a ver com drogas. A moça ajudou a explicar: – *Um não pode ir no lugar do outro, cada um tem seu lugar e ai, por exemplo, não podem ir a certas festas, pagodes [...] (DIÁRIO de campo, 25 jul. 2010).*

O morador com quem circulei no Morro afirmou que *ali não tem este negócio de ponto de drogas, nunca teve*. Contou que entre 1996 e 1999 houve uma guerra entre turmas, mas a droga não tinha sido o motivo.

Essa percepção não era a de todos. Ao conversar com um morador que disse que saiu da *malandragem* e que naquele momento trabalhava na limpeza urbana, perguntei-lhe se tinha muita briga ali, e ele disse que antigamente tinha mais. Muitas das brigas, segundo ele, iniciavam-se na infância. Questionei por que reduziu e ele respondeu que *não é por causa da polícia, não. É porque as armas estão muito caras*. Informou-me o preço de diversos tipos de balas: *20 unidades custam aproximadamente R\$ 40,00*. Perguntei se havia assassinatos ali, e ele disse que era raro e que diminuiu nos últimos anos. Perguntei por que brigavam, e ele disse que era por causa do tráfico, mulher, dívida de drogas (DIÁRIO de campo, 21 ago. 2009).

Se para esse morador, como para outros com quem conversei, a guerra começava como *coisa de criança*, quase como brincadeira sem maiores consequências, o problema no Brasil é real e a criminalidade e a segurança pública são um dos temas-chave para a compreensão e o planejamento das cidades brasileiras e das políticas públicas:

Atualmente, o homicídio se configura um problema endêmico em nosso país. Segundo dados apresentados pela publicação *Mapa da violência 2010* (WAISELFISZ, 2010), entre os 91 países pesquisados, o Brasil ocupava, em 2005, a sexta pior posição, com uma taxa de 25,8 homicídios por 100 mil habitantes [...] Percebemos uma concentração do crime letal em áreas metropolitanas. Em 2007, dez

delas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória) acumulavam 45% dos homicídios registrados no país (ANDRADE; MARINHO, 2011, p. 229-230).

Embora as informações sobre segurança produzidas pelas políticas públicas no Brasil sejam caracterizadas pela baixa confiabilidade, ausência de padronização e dificuldade de acesso, “desde 1997, houve uma melhora qualitativa nas informações contidas nas declarações de óbitos que abastecem a base de dados do SIM/MS (Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde)” (ANDRADE; MARINHO, 2011, p. 230).

As motivações que geram violência, segundo diversas pesquisas sobre criminalidade no Brasil e em especial em Belo Horizonte e Minas Gerais, são relacionadas ao tráfico de drogas:

O temor apresentado pela população no que diz respeito à violência associada ao tráfico de drogas não é de todo infundado. Quando tomamos dados relativos à totalidade dos municípios mineiros, percebemos que a incidência de ocorrências relacionadas a drogas (uso e venda) mantém importante correlação com o número de crimes violentos (BEATO FILHO *et al.*, 2001, p. 1.164).

Ao localizar a criminalidade no município com base em dados registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais durante o período de 1995 até 1999, Beato Filho *et al.* (2001, p. 1163) desconstrói a associação da violência relacionada às favelas:

Considerando todas as regiões da cidade de Belo Horizonte, apenas dez apresentam um risco maior de homicídios, quase todas concentradas em favelas. Como existem 85 favelas ao todo, concluímos que não são as condições sócio-econômicas per se as responsáveis pelos conglomerados de homicídios, mas o fato dessas regiões serem assoladas pelo tráfico e violência associada ao comércio de drogas.

A chegada do *crack* verificada em Belo Horizonte nos últimos 15 anos alterou as dinâmicas do tráfico e produziu mais mortes (SAPORI, 2010 *apud* ANDRADE; MARINHO, 2011). A maior vítima da violência é o jovem, e os estudos apontam para potencialidade de uma intervenção pública preventiva no lugar da repressão.

É explícito quão expostos e vulneráveis à violência, de um modo geral, estão os jovens. Essa constatação permite afirmar a carência de políticas preventivas, em contraste com os grandes investimentos nas repressivas, e constatar a importância de ações direcionadas à juventude, como é o caso do programa Fica Vivo (ANDRADE; MARINHO, 2011, p. 255).

Em entrevista realizada por Bergo (2005) uma moradora do Morro confirmou a sensação de melhora que percebia e apontou a instalação da Escola D. Augusta, a pavimentação das ruas e a implantação do Parque como uma das importantes intervenções relacionadas à nova situação.

Eu achava aqui antigamente muito pesado. Não tinha escola... era muito bagunçado. Muita gente num lugar só. Hoje aqui para morar, para criar os filhos, não tá nota 10, mas já melhorou. O que faltava era segurança por causa da droga. Era muito próxima da gente, incomodava, dava briga, tiroteio... O triste é que os filhos da gente fica nesse ambiente. Era muito pior, porque a maioria morreu. Bastante deles morreu, outros foram presos. Os chefes foram 21 morrendo, aí melhorou. Era mais forte, melhorou muito. Aqui antes não tinha rua direito, era chão batido, as casas eram muito amontoadas, não tinha essa praça que tem hoje... (BERGO, 2005, p. 24-25).

Outra vertente da tensão, a que envolvia os moradores do Morro, dos bairros e os engenheiros urbanistas do poder público municipal foi expressa na audiência pública ocorrida em 26 de maio de 2011 na Escola D. Augusta, que discutiu a proposta de intervenção da Prefeitura de Belo Horizonte para o Morro, inserida no Programa *Vila Viva*. No *folder* distribuído na ocasião e assinado pela Paróquia Nossa Senhora do Morro e pelo Quilombo do Papagaio (2011) foram enumeradas “oito razões para discordar do Programa”, dentre elas:

Os ricos querem ficar livres dos pobres, querem nos mandar para longe, custe o que custar. Nós servimos para lavar suas roupas e privadas, limpar seus palácios, cozinhar e varrer suas ruas. Eles nos querem como motoristas, domésticas, manicures, jardineiros, pedreiros, porteiros, babás... Mas não nos querem como vizinhos.

Importante destacar que, ao ser convidado a participar dessa audiência, presenciei a manifestação de um dos moradores do Morro que verbalizou esse discurso, no entanto, sua fala não foi registrada na Ata dessa audiência divulgada pelo Ministério

Público. Essa ausência do registro falado na Ata pode revelar a dificuldade e o constrangimento, mas também o ocultamento das tensões em que tais relações são constituídas ao longo do tempo e que foi revelado pela publicação do *folder* e pela fala do morador.

Poderia considerar que a percepção que esses moradores do Morro têm dos moradores dos bairros não era de todo infundada. Como visto no capítulo histórico desta tese, a invisibilidade do Morro talvez tenha refletido a noção de boa vizinhança que os moradores dos bairros São Bento e Santa Lúcia consideravam, uma vez que a única menção feita ao Morro na *Revista Encontro* (BAIRROS..., 2011, p. 19) foi assim:

Os roubos não impedem que as relações da comunidade com a Polícia Militar, que mantém um quartel na orla da barragem Santa Lúcia, sejam muito boas. Também é boa a convivência dos moradores dos bairros com os do Morro do Papagaio. A maior parte da mão de obra empregada nas residências e no comércio local vem da favela.

Fala de morador ou do jornalista, esta justaposição de percepções torna-se, de qualquer maneira, emblemática.

Crianças no Morro

Apesar da declaração de um morador de que não era mais possível que as crianças utilizassem os espaços livres do Morro, ao circular pelas suas ruas percebia claramente a presença delas. As pinturas das casas, realizadas pelos moradores, artistas e por crianças em oficinas escolares, a estética alegre e de afirmação de identidade local (muitas representam o Morro) se espalhavam pelos edifícios, muros, postes e outros equipamentos do percurso (FIG. 36).

Ao contrastarem com as edificações sem acabamento e sem pintura, imprimiam identidade e marcavam a presença da arte, do jovem e da criança no local. A mistura de cores e de sons das edificações e das pessoas era algo marcante e que se construía em contexto caracterizado pela falta de recursos materiais, pela luta social pelo espaço (que esses moradores vêm perdendo), pela presença compensatória do Estado e pelas vitórias pontuais, gradativas e lentas dos moradores.

A incursão que fiz no Morro acompanhado por duas meninas, uma maior (aproximadamente 11 anos) e uma menor, revelou diversos aspectos importantes para a pesquisa (DIÁRIO de campo, 13 jan. 2010). Quando as encontrei, estavam no Parque, próximas à “biquinha”, e a maior, além de molhar o próprio corpo, jogava a água para cima, provocando os que estavam ao redor. A pequena não se molhava e dizia que sua mãe não deixava. Comentei com a maior sobre seu chinelo, pois estava branquinho, com jeito de novo. Ela confirmou que era novo e que havia comprado no armazém no Morro e que foi *baratinho*. Digo que precisava comprar também e ela então se ofereceu para comprar, pois lá era mais barato, segundo disse. Eu disse que queria mesmo é que ela me levasse lá e a maior acaba aceitando me acompanhar até lá: – *Quando? Agora? Vamos de ‘micrinho’* – diz.

Inicialmente não acreditou que eu subiria com elas, mas disse que eu não teria problemas, pois estaria com ela. Pensava que eu ia ter medo ou que me importaria com a sujeira: – *Ninguém vai mexer com você não*, disse.



Figura 36 – A presença das crianças. Fotos realizadas pelo autor.

Quando seguimos em direção ao ponto de ônibus, a menor começou a resmungar dizendo que queria ir embora. Talvez estivesse com medo de mim. Fomos os três para o ponto de ônibus. O “micrinho” estava bastante cheio. Paguei a tarifa de R\$ 0,55 para mim e maior, e o trocador disse que a menor poderia passar por debaixo da roleta e sem pagar. Assim, apesar de oficialmente a maior ter, sim, de pagar, pois a isenção era apenas até 5 anos, não pagava, o que lhe conferia grande autonomia de circulação pelo espaço. Ao entrarmos, demonstraram intimidade com o veículo, sabiam por onde entrar, onde deveriam passar e sentaram-se na frente, perto da porta, e eu fiquei mais atrás.

O veículo subiu as ruas estreitas tomadas pelas pessoas. As construções do caminho não passavam de duas ou, no máximo, três pavimentos e na maioria delas o pavimento térreo era utilizado para comércio ou serviços: armazéns, bares, locadoras, salões de beleza, igrejas, associações, padarias, etc. A rua era asfaltada e de tão estreita, em algumas situações o ônibus tinha de dar ré ao cruzar com outro veículo e fazer manobras até conseguir passar. A maior contou que a menor ia descer antes de nós, e logo em seguida ela desceu. – *Sabe chegar em casa* – disse.

Essa cena revelou, como já indicado em diversas pesquisas sobre crianças nas favelas, a autonomia de crianças moradoras de favelas, especialmente aquelas que encontrei na Barragem Santa Lúcia durante a pesquisa. Essa autonomia é, no entanto, distinta, se comparada com as crianças do Morro que estavam acompanhadas.

Durante a viagem, a menina me observava e perguntava se eu estava com medo. Conteí que era arquiteto e que estava fazendo uma pesquisa para a Universidade. Ela não deu muita conversa, mas continuava me observando; olhava-me da cabeça aos pés, tentando perceber quem eu era. Nesse contexto, o sentido da observação tornou-se duplo: tanto eu como a menina nos observávamos e tentávamos encontrar formas de compreender a presença de ambos no local. A menina me associou ao medo.

Atingimos a Rua São Tomás, o “centro” do Morro, onde muitas pessoas circulavam. Descemos ali e caminhamos em direção ao Supermercado “Morro do Papagaio”. Era um lugar razoavelmente grande e estruturado. Ela me mostrou os chinelos, e eu experimentei um. Ela pediu um *Yakult*, e eu comprei. Perguntou se eu queria voltar ou dar a volta em todo o Morro. Respondi que queria dar a volta, e pegamos o “micrinho” na mesma direção que viemos. O veículo passou pelo bairro São Pedro, entrou no Morro novamente, foi de novo até a Avenida Senhora do Carmo e desceu até atingir a Barragem. Descemos juntos lá. Em seguida, fomos até a padaria em frente à Barragem e pedi água. Ela jogou meu copinho no lixo e disse que eu não precisava pagar.

Voltamos para a “biquinha” e sentamo-nos num banco. Uma amiga chegou por trás dela e a assustou. Quando contou que tínhamos ido lá, a menina se espantou. Disse que rico tem medo de entrar na favela. Pergunto: – Como sabe se sou rico? *Mora em apartamento* – responde. Mas eu não havia dito isso, o que confirmou a observação em duplo sentido: tal como eu sabia que eram moradoras do Morro pelos gestos, modos de vestir, de andar e se comportar, elas me observavam e chegavam e concluíam, também. (DIÁRIO de Campo, 13 jan. 2010).

Em outra ocasião, encontrei uma menina de aproximadamente 10 anos, moradora do Morro. Sentamo-nos num banco e conversamos. Chegou um rapaz, negro, jovem, muito bem vestido. Entrou na conversa e começou a mostrar as fotos que havia tirado da menina em seu celular – um bom aparelho. Perguntei-lhe se não era assaltado, se seu celular não atraía ladrões. Ele disse:

- *Eu não sou assaltado. Eles roubam vocês.*
- Como assim?
- *Eles não roubam nós da favela* – diz a menina.
- *Se roubarem, cortam os cabelos e batem, se for mulher.*
- Se for homem?
- *Cortam os cabelos e batem.*
- *Até matam* – diz o rapaz.

Em seguida, a menina me perguntou: – *Porque vocês caminham aqui?*

Duas frases da menina me chamaram a atenção: *Eles não roubam nós da favela e Por que vocês caminham aqui?* A quem estava se referindo com *vocês?* O que entendia como *nós* e *vocês?* Quem para ela eram *nós da favela?* *Vocês* para ela eram os moradores de apartamentos?

Eu era para ela como era para mim: um representante de um grupo ao qual não pertencia, mas que conseguia identificar. O medo para as *crianças da Barragem* era associado aos moradores dos bairros, os “ricos”. Eram os que eram assaltados e que temiam entrar na favela. Além disso, tal como para mim, a pertença a determinado grupo dependia do local de moradia. Essa percepção era presente em desenhos realizados pelas crianças. A representação de casas ao lado de “mansões” e “prédios” nos desenhos realizados pelas crianças do Morro revelou que, para essas crianças, a desigualdade era clara. As fronteiras entre os espaços de lazer e de moradia, nem tanto. A “Barragem Santa Lúcia” era, para elas, esse conjunto desigual em que *os caras ricos* conviviam com o *malandro que circula em seu carro e seu sonzão*²³ – o local que habitam.

Numa ocasião final da produção de dados para a pesquisa, no horário da saída das crianças da escola no final da tarde, encontrei um menino de 10 anos, morador do Morro, passando próximo à barraca de açaí. Eu já o conhecia, pois havia desenhado a Barragem para a pesquisa. Ao cruzar comigo, logo perguntou:

- *E aí? Você conseguiu conhecer a Barragem?*
- É difícil, pois acontece muita coisa ao mesmo tempo.
- *O ruim aqui são as mortes.*
- Como assim? – pergunto.
- *As mortes. Outro dia mesmo morreu um menino.*
- Como?
- *Levou um tiro na cabeça e outro na garganta* (o menino mais novo que o acompanhava confirma).
- Onde foi?
- *Lá dentro, na Barragem.*
- Por quê?
- *Tava mexendo com aquele negócio.*
- Que negócio?
- *Negócio de tráfico de drogas.*

²³ Texto extraído de um desenho realizado por um menino.

- É mesmo? Quantos anos tinha?
- *Menos de treze, responde.*
- Você conhecia ele?
- *Sim, ele vivia me chamando para entrar. Falava assim: 'Vamos lá em casa, a gente fica jogando play station e depois...'* (faz um gesto explicativo). (DIÁRIO de campo, 20 jun. 2011).

Essa cena revelou, mais uma vez, a fronteira vivida por esses meninos. Entre um espaço divertido e alegre, pobre e violento, levavam a vida “brincando” e escapando da morte. Talvez esses meninos estivessem no limiar da possibilidade de viver a infância, tinham consciência da situação em que viviam e das oportunidades que tinham e que não tinham. Em outro momento, talvez próximo, poderiam ser “obrigados” a se tornar fortes, adultos e violentos.

Capítulo 12

O MOVIMENTO ENTRE A CASA E A ESCOLA

Nos horários de entrada e de saída das escolas, a presença e a visibilidade das crianças na cidade aumentavam consideravelmente. Esses horários, quando comparadas escolas públicas e escolas privadas, variavam pouco, o que se podia notar pela circulação de crianças de uniformes pela cidade nesses. Considerando-se que o Ensino Fundamental é quase que universalizado na cidade, isso significa dizer que praticamente todas as crianças circulavam entre suas casas e as escolas nesses horários. E ainda, se muitas dessas crianças não possuem autonomia para circular a sós ou entre pares, devendo ser acompanhadas de alguém mais velho, poder-se-ia considerar que o número de pessoas que circula entre os diversos espaços da cidade, diante da circulação das crianças nos horários de saída e entrada das escolas, era bastante significativo e interferia no modo de vida das pessoas na cidade.

Um dos reflexos diretos dessa dinâmica pode ser observado pelo trânsito de automóveis. Era nesses horários que ocorriam os maiores congestionamentos e mais precisamente no horário de saída do turno da tarde, que coincidia com o término do expediente de trabalho de vários dos habitantes da cidade. Em Belo Horizonte, é recorrente ouvirmos que “a cidade muda” nos períodos de férias, o que revela os reflexos da ausência da circulação das crianças na cidade nos dias em que as escolas não recebem alunos. O trânsito nesse período, nos arredores a Barragem Santa Lúcia, mudava mesmo.

Em matéria publicada no jornal FOLHA DE S. PAULO (2011), afirma-se que são colocados mais de 900 mil carros por dia nas ruas da cidade entre 6h30 e 8h30 da manhã. Desses, 50 mil conduzem alunos exclusivamente para uma instituição de ensino. Segundo o jornal, “o impacto não é pequeno”.

Ao circular pelo local da pesquisa nesses horários, foi possível observar a presença marcante de crianças uniformizadas circulando a pé pelos espaços públicos. Esse

fluxo era especialmente visível entre a Rua Iraí (onde se localizava Escola Estadual Prof. José Mesquita – o “Mesquita” para as crianças), passando ao lado da barraquinha do açai e a entrada do Morro. Nesse trajeto, crianças, jovens e adultos que caminhavam passavam em frente ao Posto de Saúde e encontravam no Parque, além da barraquinha e suas mesinhas, as “barras” (denominados “torre salva-vidas” no projeto arquitetônico), um bebedouro, bancos sombreados e um ponto de ônibus, parada para a linha que circulava pelo Morro, implantada em 2000 (GODOY; MANOSALVA, 2005).

Com base nessa observação, passei a explorar esses espaços-tempos de circulação entre a casa e a escola, principalmente nos finais de tarde, entre 17 e 18 horas dos dias úteis, em busca da compreensão dos modos como as crianças circulavam pelo local. Partindo da hipótese de que essa circulação se distinguia de acordo com a pertença social dessas crianças e de que a circulação de alunos de escolas públicas era distinta da circulação de alunos das escolas particulares, fixei-me em locais privilegiados para essa observação.

No caso das escolas públicas, na esquina da Rua Iraí com Rua Miranda Ribeiro, onde tanto os que saem pela Rua Dias Toledo quanto os que saem pela Rua Iraí passam e onde se localizam uma loja de artigos religiosos e uma pequena lanchonete.

Grande parte das crianças moradoras do Morro presentes no local desta pesquisa estudava no “Mesquita”. Essa escola e as Obras Sociais Pavonianas e do Centro de Saúde Tia Amância, equipamento municipal fundado há mais de sessenta anos pela instituição religiosa, formavam o Polo Educativo Padre Pavoni, que atendia os moradores do entorno, especialmente os do Morro do Papagaio. Essa escola recebia alunos de todos os ciclos, desde a Educação Infantil, Ensino Médio à Educação de Jovens e Adultos, além de diversos outros projetos. No horário da tarde, recebia alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

No caso das escolas particulares, fixei-me em dois locais: na esquina da Rua Jandira da Costa Mourão – onde se localizava a Escola Recreio, que recebe crianças entre 3

e 8 anos – com a Praça Carmo Couri (a “Praça da Criança”, como é denominada por essa escola que cuida de sua manutenção). Como a Rua Jandira da Costa não tem saída, era passagem obrigatória para as pessoas que frequentavam a escola.

Além de nesse local, fixei-me, também, na esquina da Rua Place com a Rua Halley, próxima ao Instituto da Criança, escola que recebia crianças da Educação Infantil (entre 3 e 5 anos) até o Ensino Fundamental (entre 6 e 14 anos). A observação indicava que a topografia da Rua Place, a partir dessa escola, fazia com que esse trajeto não fosse a melhor opção de acesso à Avenida Senhora do Carmo, pois, a partir desse ponto, as ruas se tornavam íngremes e tortuosas, o que indicava que a maioria dos automóveis que circulavam por ali nos horários de entrada e saída da escola tinha como destino o Instituto da Criança. Em outras palavras, os bairros Santa Lúcia e São Bento pouco eram utilizados como locais de passagem e acesso a outros bairros. Mediante a observação nesses pontos privilegiados, percebi distintas formas de como as crianças circulavam entre suas casas e as escolas.

- Nas ocasiões em que observei os momentos de **saída dos alunos da escola pública**, a Rua Iraí era tomada pelas crianças moradoras do Morro que caminhavam a pé entre pares, acompanhadas de jovens ou adultos, que se organizavam para a realização desse trajeto. Vizinhos e parentes, adultos e jovens, homens e mulheres se dividiam na atividade com o objetivo de acompanhar as crianças, principalmente as pequenas. Outros grupos circulavam entre pares. Irmãos mais velhos eram escalados pelas famílias para acompanhar os mais novos, tanto em situações em que estudavam na mesma escola quanto quando interrompiam suas atividades para buscar as crianças. A grande densidade de crianças nesses momentos nessa rua fazia com que parecesse que era um grupo único e grande (parecia uma excursão escolar) que disputava o espaço da rua estreita de passeios estreitos com os automóveis, arriscando serem atropelados. Essa circulação, no entanto, para além de significar um trajeto cujo objetivo era alcançar um ponto a outro, tornava-se um momento absolutamente divertido, em que as crianças brincavam, conversavam e caminhavam entre pares ou com seus acompanhantes. Tiravam partido dos elementos presentes no caminho, tais como a lanchonete, as árvores, o desnível

presente nos passeios, as pessoas que encontravam, etc. Brincavam no telefone público (tal como na Praça Jerimum) e, ao passarem pelo Parque, sentavam-se às mesinhas da barraquinha, escalavam a “torre”, corriam, lutavam, faziam acrobacias, etc. Jovens aproveitavam a ocasião para namorar: beijavam-se e se abraçavam. A rua e a parte do Parque nesse trajeto tornavam-se uma “festa”, e essa circulação lúdica criava oportunidades de encontro com pessoas de outras faixas etárias, sem vínculo de parentesco ou vizinhança.

A “festa”, no entanto, não se resumia a um momento de sociabilidade estritamente harmoniosa. Além da disputa pelo espaço com os automóveis e um risco eminente da ocorrência de acidentes, nesses horários a circulação das crianças pela rua era vista como inadequada por alguns. A proprietária da loja de artigos religiosos, por exemplo, saía do estabelecimento e aproveitava para fumar enquanto observava e tentava controlar os “meninos infernais”, que, segundo contou, tentavam quebrar as árvores dos passeios. Interessante notar que tal como na Praça Jerimum, as crianças eram responsabilizadas pela quebra de galhos de árvores e pelo não crescimento delas. Sob o argumento de “defesa da natureza”, nesses contextos os adultos tentavam controlá-las e, conseqüentemente, entravam em conflito com as crianças. Para as crianças, tanto da Barragem quanto da Praça Jerimum, as árvores eram um dos seus brinquedos favoritos.

Esse trajeto era realizado pelas crianças do Morro para além dos horários escolares. A cena a seguir exemplifica que, ao circular pelo espaço de bicicleta, as crianças da Barragem adquiriam familiaridade com os espaços da vizinhança.

Um menino de bicicleta perto dos guardas municipais. Quatro deles ao seu redor riem e sugerem que conserte a bicicleta, pois sua correia estava frouxa, e assim o faz. Em seguida me mostra que consertou a bicicleta e me chama para ir ver o muro do Colégio Pitágoras que havia caído com as chuvas da quarta passada.

Sigo-o pela Rua Irai, ele de bicicleta. Monta e a carrega, pois tem vários degraus e é pequeno. Vamos na direção do Pitágoras. Escolhe o caminho que pode usar como ‘rampinha’. Pula e salta com acrobacias e piruetas. O caminho é cheio de obstáculos, que o menino ultrapassa sem pensar. Diz que estuda ali no Mesquita. Pergunto se vai de bicicleta para a escola e ele diz que não, pois não tem lugar de guardá-la.

Fala que está com vontade de fazer xixi. Mostra-me o estrago no muro do Pitágoras. Diz novamente que quer fazer xixi. Pede que eu olhe a bicicleta e entra no supermercado. Em um minuto retorna. Foi ao WC do supermercado rapidamente.

Encaminhamo-nos para o caminho de volta à Barragem. Ele na frente e eu, atrás. Um pouco distante. Percebo que não segue em direção à Barragem. Pega a rua à direita e diz que vai até a escola. Vou atrás e chegamos na portaria da escola, que está fechada. O segurança pergunta o que está fazendo ali sozinho, e ele diz que está comigo. Pede para beber água. Entra com a bicicleta e bebe água. Aguardo à porta. Ao retornar, seguimos nosso caminho de volta, mas ele diz que não vai me esperar. Segue na frente (DIÁRIO de Campo, 10 out. 2010).

A autonomia que o menino experimentava na sua circulação pelos locais próximos à sua moradia acabava resultando num aprendizado sobre a região. Sabia onde beber água e aonde ir ao banheiro em estabelecimento comercial, de caráter privado. E ainda: tinha informações sobre os acontecimentos locais e os informava àqueles que encontrava, tal como fez ao me mostrar a queda de um muro.

Além disso, o menino, ao circula de bicicleta, encontrava muitos obstáculos pelos espaços que o impediam, por exemplo, de se deslocar diariamente à escola pedalando. Em Belo Horizonte, existem poucas ciclovias, espaço e equipamento para estacioná-las. A percepção de muitos dos seus habitantes de que a topografia da cidade impede a circulação por meio desse veículo contrasta com a grande circulação que os meninos do Morro realizavam de bicicletas.

- Nas ocasiões que me fixei nos locais próximos à **saída de alunos das escolas particulares**, observei a ausência das crianças nos espaços públicos. Muito poucas caminhavam pelos bairros. O que observei foi uma grande quantidade de automóveis, na sua maioria carros grandes e de vidros escuros, em que era difícil ver quem estava dentro. Naqueles que consegui enxergar pessoas, muitos eram guiados por mulheres, sem a presença de pessoa no banco ao lado delas, e quando, ainda em situação mais pontual, enxergava uma criança, estava no banco traseiro. A presença real dessas crianças circulando pelas ruas era marcada pela **invisibilidade** nos espaços. Apenas a meio quarteirão do ponto de saída das crianças nessas escolas, ponto em que me fixei, poucas cruzavam por mim em direção aos carros estacionados, e todas estavam acompanhadas de adulto. A maioria saía das escolas

e entrava imediatamente nos automóveis. Poucas ainda passavam caminhando a pé, e quando isso era observado estavam acompanhadas, principalmente, por mulheres adultas, provavelmente as empregadas das casas. No horário seguinte foi possível observar crianças com uniformes dessas escolas no Clubinho de Trocas de figurinhas e na escola de inglês da Praça, onde brincavam no pátio estreito em frente à edificação, cercado por gradil e controlado por segurança. Sentavam-se em rodas no piso, brincavam, circulavam e corriam pelo espaço limitado.

A cena a seguir é emblemática e ilustra de forma clara o contexto de extremo controle que as crianças podem chegar a experimentar. Em uma ocasião da observação na Rua Helena Antipoff, cruzei com uma senhora e seu neto de **coleira** voltando a pé da escola. O menino de três anos estava sorridente, apesar de preso por esse equipamento. Assustado, perguntei:

– Você está de coleira?

– *Sim* – responde o menino.

– Por quê?

– *É para ele não correr. A vó não aguenta* – responde a senhora sorridente também. (DIÁRIO de Campo, 11 fev. 2010).

O fato de estar de coleira não parecia incomodar nem o menino nem sua acompanhante, mas me incomodou. Apesar de já ter ouvido casos sobre o uso de coleira em crianças, não imaginava que cruzaria com uma cena assim. Poderia associá-la ao extremo controle vivido pelas crianças brasileiras de classe média, à falta de autonomia para circularem pela cidade, etc. No entanto, creio que analisar essa cena dessa forma e associá-la a outros aspectos e teorias adotadas nesta pesquisa lhe retiraria a força, pois creio que essa cena foi suficientemente chocante e dizia por si mesma. Além do mais, foram observadas diversas ocasiões, que foram e serão descritas ao longo do texto, em que tanto as crianças quanto os cães, apesar do controle que sofriam, arrumavam suas brechas e se constituíam como mediadores das relações sociais.

Poderia afirmar que caso as cidades apresentem condições adequadas à presença e ao deslocamento das crianças nos espaços públicos em graus de autonomia

variados, a interação entre pessoas desconhecidas e a copresença urbana poderiam ser percebidos e vividos de forma distinta da que atualmente experimentamos. As análises sobre o deslocamento de crianças entre a casa e a escola, partindo da noção de transporte (que liga um ponto ao outro, numa lógica do tipo Origem-Destino), confirmam tanto o que Ingold (2011) em suas análises sobre o movimento nas cidades modernas, quanto o que Tonucci (2005 [2002]), Neto (2006), dentre outros, afirmam ao apontarem os problemas causados pela falta de autonomia das crianças ao circularem. O trajeto entre a casa e a escola é apontado como potencial oportunidade para o encontro com o outro, para brincadeira, encontrar amigos, caminhos e traçar as próprias jornadas ao longo de suas histórias.

No entanto, diante do quadro de violência (inclusive do trânsito) presente nas grandes cidades brasileiras, ao nos debruçarmos sobre a questão da autonomia no deslocamento das crianças pelos seus espaços urbanos, cabe relativização. Para obtermos avanços nesses contextos será necessária a articulação conjunta entre os diversos atores envolvidos (as crianças, os pais, as escolas, o setor público e o privado, etc.) para encontrar soluções que garantam caminhos ricos e seguros em que as crianças (mas não só elas) possam transitar.

Capítulo 13

CIRCULANDO PELA FRONTEIRA

Neste capítulo, descrevo o cenário observado na fronteira (fluxo cyan na FIG. 26) e dos usos que se relacionavam, principalmente, à presença de jovens e adultos. Os usos que as crianças faziam dos espaços são mencionados aqui e descritos com mais detalhes no capítulo seguinte.

Ao observar, a partir da Barragem Santa Lúcia, os dois mundos – bairros e Morro – se apresentavam extremamente distintos e claramente segregados. O Morro, colorido, orgânico e com edificações baixas e mistura étnica, contrastava com os edifícios altos dos bairros, quadrados e acinzentados. Se por um lado a topografia natural podia ainda ser percebida no Morro, isso não acontecia nos bairros, onde a volumetria e a altitude dos edifícios encobriam essas características – a diferença era algo bastante visível (FIG. 37).



Figura 37 – Bairro Santo Antônio.
Foto: Pedro Vieira.

O elemento visual mais marcante do espaço era a própria Barragem ou a “lagoa” como era chamada. Apesar de poluída²⁴ e apresentar mau cheiro, apresentava-se como uma das mais importantes referências visuais. A presença de animais, principalmente patos, pássaros, cachorros e alguns cavalos, era também visível e criava um fundo sonoro associado ao *zum-zum-zum* constante proveniente do Morro. O sino da Igreja do Mosteiro localizado no bairro Vila Paris interferia na sonoridade em horários determinados e lembrava o aspecto histórico-religioso da formação das cidades da região. Crianças eram bastante presentes e, mesmo nos horários escolares, quando não eram muito visíveis, a gritaria próxima à escola interferia e marcava presença no local.

Cabe destacar o paisagismo local, principalmente os gramados e árvores, utilizados de diversas maneiras pelas crianças e demais usuários. Os gramados eram utilizados pelos meninos e jovens do Morro para a prática de capoeira, acrobacias, brincadeiras e para “bater uma bolinha”, principalmente próximo do parquinho. Já as árvores, ao formarem áreas sombreadas, fomentavam a permanência de pessoas abaixo de suas copas, e as crianças as escalavam. Em suma: a presença de crianças e animais, associada à sonoridade à imagem da lagoa e ao paisagismo, conferia “certo bucolismo” ao local.

²⁴ Informação fornecida por funcionário da Fundação de Parques Municipais e pelas crianças da Barragem.



Figura 38 - Barragem e seus arredores, referências importantes e fluxos do pesquisador. Croquis realizado pelo autor com a colaboração de João Paulo Fontoura de Souza com base no programa *Google Earth*.

Além dos equipamentos públicos de lazer (o Parque e a Praça), havia outros dos setores da administração pública: do setor da educação, a Escola Estadual Dona Augusta (uma das principais referências do local); do setor do abastecimento, o sacolão ABC; e da segurança pública, o 22º Batalhão de Polícia Militar, a 5ª Delegacia especializada de Homicídios da Polícia Civil e um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros (FIG. 38).

A localização estratégica das sedes policiais, entre os bairros e o Morro, sinalizava a fronteira entre territórios, cisão espacial em que distintos grupos sociais vivenciavam. A guarda municipal marcava sua presença diariamente, armada e de colete à prova de balas. A polícia militar, além de circular em alta velocidade pelos arredores com automóveis próprios, muitas vezes de sirene ligada em alto volume, avançava pelos espaços do Parque, aonde os carros não chegavam, acendiam lanternas giratórias e assumiam postura intimidadora.

Do setor privado, na Avenida Arthur Bernardes em frente ao Morro, localizavam-se dois bares, uma serralheria e a Casa do Beco, espaço cultural, sede de grupo de teatro e espaço de encontro dos moradores. Do outro lado dessa Avenida, próximos à Praça, além da padaria e do sacolão, uma papelaria e um posto dos correios. Na Rua Michel Jeha, uma escola de inglês, duas academias de ginástica, uma escola de esportes e um salão de beleza, além da farmácia e da delegacia citada.

Os bancos espalhados pelo espaço, principalmente os posicionados próximos às barraquinhas de coco e açaí e às entradas principais para o Morro (a que passa ao lado próxima à escola D. Augusta e a que passa entre o parquinho e o batalhão da polícia) eram referências claras de usos. Associados à localização dos pontos de ônibus, que eram utilizados pelos moradores do Morro ao esperar o transporte e pelos pedestres para dar uma descansada antes de “subir”, acabavam constituindo importantes *pontos de encontro* e bate-papo.

As atividades de comércio localizadas no Parque e na Praça, nomeadamente as barraquinhas de coco, açaí, o bar e a banca de revistas, estavam diretamente

relacionados aos usos das pessoas para o fim do lazer. Os usos relativos à atividade física se estendiam às ruas largas, planas, arborizadas e relativamente bem cuidadas dos bairros próximos, o que não acontecia com as ruas e becos do Morro, estreitas, íngremes e com poucos espaços abertos para a prática de atividades físicas, com algumas poucas e pequenas exceções. No entanto, mesmo assim as pessoas encontravam formas próprias de estar e se relacionar em público nesse local.

Mesmo as vias mais estreitas permitem aos motoristas habilidosos trafegar em duplo sentido. A inexistência de calçadas incute nas pessoas o hábito de andar no meio da rua sem se preocuparem com acidentes. Diferentemente de espaços urbanos nos quais as vias são largas, no aglomerado são os carros que desviam dos pedestres e não o contrário (CRUZ, 2009, p. 17).

Aos sábados, acontecia a feira de verduras e frutas no passeio lateral à Rua A (que divide a Praça do Parque), ocasião em que os moradores dos bairros faziam suas compras e os do Morro trabalhavam, incluindo as crianças, prestando pequenos serviços aos compradores. Os feirantes não eram moradores dos arredores. Esse passeio era interligado à “esplanada” (como denominado no projeto arquitetônico para o Parque) em nível mais baixo, por uma escada larga em forma de arquibancada, bastante utilizada para sentar-se e bater um papo entre as pessoas que frequentavam o Parque. Essa escada era dividida em duas por uma descida de água que escorria por uma rampa com fundo em pedra bruta, a “biquinha” (assim denominada pelas crianças). Em dias de calor, era um dos locais mais procurados pelas crianças moradoras do Morro, que se reuniam, com ou sem acompanhantes, para “nadar” e depois secar, deitados no piso cimentado do parque, cenas que serão descritas (FIG. 39).



Figura 39 – Pessoas ao redor da “biquinha” e crianças deitadas no piso molhado.
Foto do autor.

A importância do elemento na concepção do Parque é clara. Segundo Baptista (2000, p. 116),

a estrutura do projeto estabeleceu e ordenou as relações ambientais, humanas e espaciais, respondendo ainda aos requisitos técnicos de controle de cheias. O desafio tornou-se a busca de um conceito organizador e integrador, que restituísse àquele vazio urbano degradado por tantos anos a harmonia possível para a convivência prazerosa e lúdica. A *água* representou este elemento capaz de articular toda a proposta, exprimindo a paz e a civilidade do convívio. Vinda de uma nascente próxima, surge na Esplanada em uma pequena cascata e abastece o lago.

Cabe lembrar que, segundo Baptista (2000), os moradores dos bairros pressionaram a Prefeitura, na época da construção, para que não construísse um local de lazer onde os moradores do Morro poderiam se reunir. No entanto, ao analisar os usos dos espaços, a conjugação dos espaços públicos de lazer e esportes (o Parque, a Praça e as ruas dos Bairros) associados aos de caráter privado (comércio, academias, quadras e piscinas) expressavam a apropriação de moradores tanto dos bairros quanto do Morro, numa lógica de relacionamento que alternava entre a **interação** e a **segregação**.

As fronteiras eram atravessadas especialmente pelos moradores do Morro, incluindo as crianças, em situações de trabalho, lazer e revolta, como diria Zaluar (1985). O medo era associado aos moradores dos bairros, que, a não ser em situações pontuais e de trabalho, não frequentavam e nem circulavam pelos espaços do Morro, mas circulavam pela Barragem Santa Lúcia em ocasiões de lazer, de cuidados com o corpo e de compras. Apesar disso, algumas crianças dos bairros encontravam suas brechas, cenas que serão descritas a seguir.

Poucas pessoas vinham de bairros distantes da cidade, caracterizando-se, assim, como espaço local apropriado, principalmente, para o exercício do tempo livre dos moradores tanto do Morro quanto dos bairros próximos. A pista de caminhada, os dois bebedouros, as barras de ginástica, as barraquinhas de coco e de açaí, dois conjuntos de instalações sanitárias, o bar, a arquibancada, vestiários, campos de futebol, quadra e parquinho eram importantes referências que se relacionavam com os usos que as pessoas faziam do espaço. Alguns deles eram utilizados pelos distintos grupos sociais presentes, mas muitas vezes isso ocorria em horários distintos.

A conjugação entre espaços públicos, coletivos e privados presentes no local tomava expressão especial nos usos da Praça República do Líbano. A organização do seu espaço, a ocupação das edificações em seu entorno (de caráter residencial e comercial), a presença de equipamentos e sua localização estratégica propiciavam e fomentavam a interação entre grupos distintos. Na “pracinha” (como as crianças a denominaram), os bancos, as árvores, as rampas, os gramados nivelados e os entaludados, caminhos e largos cimentados e o telefone público, conjugados com a banca de revistas, ofereciam oportunidade de interação.

Como muitos moradores do Morro trabalhavam nos bairros como funcionários do comércio ou serviços (padarias, salões de beleza, lanchonetes, academias, etc.), como empregados domésticos (porteiros, cozinheiras, babás, diaristas, empregadas, jardineiros, pedreiros, etc.) ou como trabalhadores de rua (pedintes, catadores de material reciclado e “flanelinhas”), passavam pela Praça no trajeto entre a casa e o

trabalho. Esse era, também, o caminho que as crianças do Morro faziam ao se direcionarem ao Center São Bento, onde interagiam com os adultos dos bairros na busca por recursos. Os semáforos, os passeios em frente à farmácia e às padarias, além daqueles em frente ao centro comercial, são alguns dos pontos onde essas crianças se localizavam e interagiam com os clientes que estacionavam nos passeios, compravam no comércio ou se divertiam nos bares e restaurantes. Essas cenas serão descritas oportunamente neste texto.

A farmácia, localizada estrategicamente na esquina e a padaria vizinha ao sacolão, localizados no entorno da Praça, atendiam aos diversos grupos sociais presentes. A rua "A", entre o Parque e a Praça, era um dos principais elos de ligação entre os dois mundos: além de passagem dos moradores do Morro, era o ponto de acesso dos moradores dos bairros à Barragem Santa Lúcia. Tanto os que chegavam a pé do São Bento e do Santa Lúcia e os que vinham de carro estacionavam nos arredores, como os que frequentavam a feira de verduras e frutas instalada aos sábados, passavam, inevitavelmente, pelo local.

A aparente "harmonia", no entanto, era interrompida pela ocorrência frequente de sons oriundos de disparos periódicos – que não se distinguiam entre os festivos, comemorativos pela vitória no futebol ou oriundos de tiros. As sirenes de viaturas policiais, os helicópteros e a presença da polícia de forma ostensiva provocavam tensão nos usuários. Estes sons causavam-me sobressaltos e a sensação de que não poderia relaxar, pelo contrário, que deveria ficar ainda mais atento aos acontecimentos.

A tensão permeava as relações que se estabeleciam no local. A presença maciça da polícia – militar, civil e guarda municipal – não resultava num sentimento de segurança, mas o contrário: anunciava a possibilidade do conflito. Parecia que algo estava acontecendo ou em via de acontecer, o que gerava tensão. Aliado a esse fato, ao circular pelo local tomava-se contato com diversos relatos de casos de violência ocorridos.

O clima de **tensão** era, portanto, concomitante ao clima de **descontração** e de animação que a presença das pessoas, da música dos bares e dos automóveis, do futebol, da atividade física, do bate-papo informal, do namoro, da brincadeira, da água da lagoa, do coco, de crianças, de cachorros e pássaros imprimia ao local (FIG. 40).



Figura 40 – Tensão e descontração na Barragem Santa Lúcia. Foto do autor.

Diante desse cenário, a Barragem era local privilegiado de copresença de diferentes grupos sociais, gêneros e gerações e conjugava interesses públicos, coletivos e privados, encontro, desencontro, segregação e interação, **jogo** e **guerra**.

Os usos atribuídos ao espaço por pessoas distintas eram extremamente diversificados e se relacionavam com a posição social dos sujeitos. Se alguns desses usos eram reflexos da concepção espacial realizada pelo poder público municipal, que se expressava nos planos e projetos, outras dessas apropriações não foram previstas ou se caracterizavam pela transgressão. Ao analisar os usos nos tópicos

seguintes, fica clara a segregação espaciotemporal expressa nos usos dos espaços e equipamentos.

Durante a semana

A cena recorrente iniciava cedo pelas manhãs, quando crianças e adultos do Morro passavam pela Barragem no trajeto entre a casa e o trabalho ou entre a casa e a escola, no caso das crianças. Adultos, homens e mulheres praticavam atividade física, principalmente a caminhada, em torno da lagoa, na pista concebida para a atividade. Muitos moradores dos bairros deixavam seus filhos nas escolas de automóvel e seguiam para a Barragem. Ao encontrarem conhecidos na mesma prática, os que caminhavam inicialmente a sós, se juntavam e batiam papo enquanto se exercitavam. Com a recorrência de tais encontros, alguns pequenos grupos eram formados e passavam a caminhar juntos diariamente.

Os moradores do Morro, principalmente as mulheres e os idosos, praticavam a mesma atividade de maneira distinta, uniformizados, ao participarem do programa promovido pelo poder público municipal, o *BH Cidadania*. Reuniam-se em horário determinado no banco próximo ao parquinho, mediam a pressão, respondiam à chamada e eram orientados por monitores de educação física.

Os moradores dos bairros praticavam tal atividade de maneira mais espontânea que os moradores do Morro. Apesar de a grande maioria escolher caminhar no sentido anti-horário, a caminhada lado a lado, de uniformizados com os não uniformizados, não acontecia. A caminhada era praticada por ambos os grupos sociais, que a assumiam como cuidado com o corpo, principalmente seguindo orientação médica muito divulgada pela mídia e utilizavam o espaço, mais especificamente a pista de caminhada, para tal atividade. Além disso, as academias de ginástica dos arredores eram muito frequentadas pelos moradores dos bairros, que estendiam seus serviços e sua busca por clientes ao espaço público e, de certa forma, “privatizavam” a atividade com seus *personal-trainers* à disposição dos interessados por orientação

personalizada, ainda que em público. Os campos de futebol e a quadra ficavam vazios nesses horários.

Concomitantemente e de forma reiterada, foi possível observar mais duas presenças: de um lado, próximos à barraca de cocos, adultos e idosos, alguns até mesmo com dificuldade de locomoção ou portadores de necessidades especiais; do outro, encontro de pessoas mediadas pelos cães, que eram levados para este local para passear, correr e tomar água na “biquinha”. A recorrência desses encontros resultou numa aproximação entre os acompanhantes dos cães, o “Clube de Cães” – termo utilizado pelos participantes. A sociabilidade e a troca ocorriam em torno da vida e do cotidiano dos animais.

Ainda nesse local pelas manhãs, aproximadamente entre 9 e 11 horas, ocorria um encontro das crianças pequenas, moradoras dos bairros, acompanhadas pelas babás, mães e alguns pais, avós e avôs. Esse espaço-tempo, ao apresentar a presença de crianças de forma reiterada, é fonte de análise no próximo capítulo.

A partir desse horário, o local se esvaziava e nos horários de almoço encontrava, além de jovens e crianças circulando entre a casa e a escola e daqueles que trabalhavam nas barraquinhas, alguns trabalhadores do entorno utilizando o espaço para relaxar e tirar uma soneca nos gramados e bancos. Esse esvaziamento era interrompido no final da tarde, quando as crianças e jovens circulavam entre a escola e a casa e trabalhadores circulavam pelo espaço.

Depois da escola e do trabalho

Os usos do espaço no final da tarde e início da noite pareciam com os do início da manhã, no entanto, nessa ocasião, a presença jovem – tanto do Morro quanto dos bairros – era mais visível nas atividades de lazer e de exercícios físicos, além dos adultos do Morro em atividades físicas espontâneas. Era o momento em que os diversos grupos sociais, moradores do Morro e dos bairros, jovens e adultos estavam

presentes. Apenas crianças do Morro, meninas e meninos eram visíveis nesses horários.

Importante destacar que, nessas ocasiões, os dois conjuntos de equipamentos de ginástica fomentavam distintos modos de apropriação do espaço pelos grupos diversos, pois eram utilizados tanto por moradores do Morro, quanto dos bairros – adultos, jovens, idosos e crianças. Ao se revezarem nesses usos, acabavam por participar de uma conversa e se dispunham à partilha do equipamento.

O encontro do “Clube dos Cães” era ainda mais intenso e a brincadeira envolvia bola, corrida, e alguns animais entravam na água da “biquinha”. Outros apenas bebiam água. Interessante destacar que, nessas ocasiões, a escolha dos parceiros na interação era realizada pelos cães e que seus donos se tornavam mais afáveis, postura distinta da interação quando estavam desacompanhados dos animais.

Às noites o *zum-zum-zum* ficava mais evidente e as luzes das casas do Morro compunham cena aparentemente harmoniosa e bela. Momentos em que o campo de futebol, a quadra pequena, o parquinho e espaços ao redor eram utilizados pelos moradores do Morro, principalmente os homens, rapazes e meninos para a prática do futebol.

Interessante observar as formas hierárquicas em que os usos dos campos e da quadra eram organizados segundo as gerações. O campo, grande e bem iluminado, era utilizado por times compostos por homens e jovens uniformizados, e era onde aconteciam campeonatos de times de várzea, em torneio já tradicional, em que os praticantes locais recebiam times de outras regiões (FIG. 41).

De acordo com a estrutura do espaço e suas características, os usos se alteravam. No campo menor, que não recebia boa iluminação, times, principalmente de jovens, se organizavam na lógica da “primeira de fora”, ou seja, os jogadores iam chegando e os times iam se formando. Quando os times se completavam, os que ficavam de

fora e pretendiam jogar esperavam em fila por ordem de chegada. Aqui não jogavam de uniformes, mas, sim, de chuteiras.



Figura 41 – Homens no campo de futebol. Foto do autor.

A quadra pequena cimentada próxima ao parquinho era utilizada, principalmente, pelos rapazes e meninos sem uniformes, a maioria descalça e de forma bem espontânea (FIG. 42). Aqui as regras do jogo eram ainda mais flexíveis e os times variavam em número de componentes, jogavam só de um lado, em roda ou de outras formas. Os que ficavam de fora esperavam sentados ou “batendo bola” nos cantos da quadra. Cabe destacar que não foram observados usos em que as meninas predominavam, tal como proposto no projeto arquitetônico para o Parque. Do lado de fora da quadra, no gramado plano e no cimentado, grupos de crianças pequenas e maiores batiam bola em duplas, treinavam com alguém mais velho e aprendiam a jogar. Ou seja, os praticantes se localizavam no espaço de acordo com a pertença geracional e a habilidade adquirida no jogo. Cabe ainda notar a

localização de quadras dentro do Batalhão de Polícia, em local cercado e cujo acesso era controlado e as crianças as utilizavam somente quando participavam de projeto social específico sediado no local.



Figura 42 – Meninos na quadra pequena. Foto do autor.

Nesses horários na “pracinha”, meninos do Morro utilizavam as escadas, os desníveis dos gramados e dos passeios para andar e fazer acrobacias com bicicletas. A topografia local, parte inclinada e parte plana, além de conferir impulso à circulação, possibilitava a velocidade inicial necessária e conferia ritmo ao movimento. Além disso, os meninos não se contentavam com a topografia existente e construíam obstáculos adicionais com pedaços de madeira encontrados. Nesses casos, interferiam no espaço e o transformavam em local para o experimento de acrobacias com bicicletas.

Uma área circular do piso era apropriada nas noites pelos jovens para a prática de dança de rua ao som do *hip-hop*, em ocasiões freqüentes, quando dançarinos

levavam o aparelho de som para a Praça, o qual que se misturava com música em alto volume da academia em frente.

Finais de semana

Nos finais de semana, a música alta oriunda da barraquinha próxima ao campo de futebol (onde funciona um bar), dos carros e dos bares localizados na Avenida Artur Bernardes, entre o Parque e o Morro, invadiam o espaço. *Black music*, *hip-hop*, pagode, *funk* e a música evangélica eram os estilos musicais presentes. Rapazes moradores do Morro transformavam seus automóveis em verdadeiras boates ambulantes, em que a música preferida era do estilo *funk*, em volume tão alto que tomava a Barragem e dava o tom “provocativo” ao ambiente, ao escolher esse estilo musical, caracterizado, na sua maioria, por letras de forte apelo sexual.

Além do futebol no campo, a caminhada na pista e as atividades físicas nas barras, as bicicletas, o velocípedes e os carrinhos de bebês eram muito presentes nesse local, nesses dias da semana (FIG. 43). Alguns dos principais locais apropriados pelas crianças nesses dias eram a “biquinha”, a quadra pequena e o parquinho (as crianças dos bairros apenas em situações pontuais), as barraquinhas de coco, açaí e as barras de ginástica (ambos os grupos).

Interessante estabelecer comparação dos usos da Barragem Santa Lúcia com os usos do Parque JK, observados nesta investigação a título de contraponto. Nesse local, onde a desigualdade entre os grupos sociais era tão grande quanto nos arredores da Barragem Santa Lúcia, ocorria um apelo maior ao consumo infantil. Era possível encontrar alimentos associados às crianças (picolés, balas, pipoca e algodão doce), comprar brinquedos em barraquinha instalada sob plástico no piso (bolas, papagaios e demais brinquedos chineses, etc.) e alugar pequenos carros elétricos para circular pelo espaço (FIG. 44). Esse fenômeno não acontecia na Barragem. Além disso, crianças foram observadas jogando “pau no litro” num gramado daquele Parque, tal como na Praça Jerimum e na Barragem Santa Lúcia. Esse jogo foi adaptado pelas

próprias crianças do tradicional “bente-altas”, que, ao utilizarem materiais descartados e construírem o equipamento necessário, o reinventavam.



Figura 43 – Bicicletas na Barragem. Foto do autor.



Figura 44 – Apelo ao consumo infantil no Parque JK. Foto do autor.

Os usos do Parque nos finais de semana se estendiam à “pracinha” (FIG. 45). Aos sábados, nos horários da feira, moradores do Morro, incluindo as crianças, eram observadas em situações de busca pelo recurso monetário ou por comida. Elas se ofereciam para tomar conta de carros estacionados e carregar compras, principalmente para as mulheres. Era quando o Clube da Troca atraía mais pessoas - o único espaço da Barragem Santa Lúcia em que foi possível observar crianças de diversos grupos sociais. Local onde meninos e meninas moradoras do Morro, dos bairros próximos, distantes e de outros municípios se faziam presentes. Essas cenas de interação são retomadas a seguir.



Figura 45 – Praça República do Líbano e os usos. Croquis realizado pelo pesquisador com a colaboração de João Paulo Fontoura de Souza com base no programa *Google Earth*, acesso em 23 setembro de 2011.

Ainda nesse local, moradores dos bairros aproveitavam o tempo livre, principalmente aos sábados, para lavar seus carros. Os “flanelinhas” localizavam-se em pontos estratégicos e ofereciam os serviços. Homens e rapazes estabeleciam território apropriado para a atividade informal, fator que gerava tensão naqueles que estacionavam nas ruas. Nesse momento, ocorria interação entre pessoas de grupos

sociais distintos e, entre o medo, o constrangimento e a necessidade, alguns aceitavam os serviços. Tal fenômeno é recorrente em diversos outros locais da cidade e em diversas outras cidades do País.

Aos sábados a atividade era muito presente não somente nesse local, mas em muitos outros pontos dos arredores, onde se verificava a presença de carros estacionados temporariamente nos locais e, principalmente, de pontos de água públicos, instalados com objetivos de irrigação dos jardins. Na esquina, como em todos os outros pontos de lavagem de carros dos arredores, a presença de “flanelinhas” dava expressão à desigualdade étnico-racial: todos apresentavam traços negros e moravam no Morro e, apesar de conviverem e partilharem o mesmo espaço social com outros grupos, seja em atividades de lazer, seja do cotidiano, seja do trabalho, somente homens com essas características físicas prestavam esse serviço nas ruas (FIG. 46).



Figura 46 – “Flanelinhas” e o Clube da Troca aos sábados. Foto realizada pelo autor.

Diante dos diversos usos que as pessoas faziam do espaço – tanto para atividades em torno do lazer quanto em torno do trabalho – e da justaposição de elementos que criavam a possibilidade de encontro com elementos que geravam conflito, é possível considerar que **o clima descontraído que o espaço suscitava era, de modo simultâneo, permeado pela tensão**. Diante das diversas dimensões que essas tensões tomavam nos arredores da Barragem Santa Lúcia (pelo, *com* e no espaço), é possível ainda considerar que a violência que geravam era multifacetada e multidirecional. No capítulo seguinte, abordo os temas do jogo e da violência *com* crianças na Barragem Santa Lúcia.

Capítulo 14

NOS ESPAÇOS *COM* CRIANÇAS

As crianças eram bastante presentes e deixavam suas marcas nos arredores da Barragem Santa Lúcia. Especialmente a “esplanada” (entre o coco e a “biquinha”), a “quadra poliesportiva” e o *playground* (quadra pequena e “parquinho”), a Praça República do Líbano (a “pracinha”²⁴) e em frente a diversos estabelecimentos comerciais foram apropriados pelas crianças de distintos modos e para distintos tipos de atividade. Ao considerar algumas das cenas emblemáticas, descrevo a seguir algumas delas, mediante um recorte espaciotemporal e da maior densidade de ocorrência de cenas observadas: Clube de Troca aos sábados; entre o coco e a “biquinha” pelas manhãs e em outros horários; em frente às padarias, à farmácia e ao centro comercial; e na quadra/ parquinho.

²⁴ Termos utilizados pelas crianças da Barragem.

O Clube da Troca: um jogo

O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 2009 [1968]), p. 12).

Diante da observação de que as crianças dos bairros frequentavam pouco ou não frequentavam os espaços públicos em torno da Barragem Santa Lúcia, o fenômeno “Clubinho da Troca” de figurinhas apresentava-se como uma brecha, uma espacialização pontual desse jogo. Quando jogado nesse contexto, tornava-se a ocasião em que essas crianças encontravam para estarem em público e uma brecha para que interagissem com desconhecidos, inclusive de outras gerações e grupos sociais. Diante da postura individualizada e do estranhamento, próprios da experiência urbana, do confinamento das crianças de classe média (que nesse contexto se expressa pela ausência das crianças dos bairros em locais públicos), poderia afirmar que esse fenômeno se apresenta como uma exceção à regra, uma abertura e, portanto, merece ser estudado.

Numa perspectiva histórica, é interessante observar que, na sociedade ocidental, progressivamente, as formas de jogo adultas foram se distinguindo das infantis, o mundo adulto foi se separando do mundo da criança e esses fenômenos estão nas origens da distinção entre o público e o privado (SENNETT, 1988 [1974]); ÁRIES, 1981[1973]), fenômeno não universal, como já mencionado e explicitado por pesquisas antropológicas.

O Clube da Troca de figurinhas acontecia, desde 1996, na Praça República do Líbano²⁵, e, de acordo com o sucesso dos álbuns comercializados no momento. Mediante um regulamento e horários estabelecidos pela banca de revistas, o Clube fomentava o jogo de acordo com seus interesses comerciais e procurava regular os modos como a troca de figurinhas acontecia na “pracinha”, um espaço público. Interesses públicos e privados estavam em jogo, nesse jogo. Cabe notar que “trocar

²⁵ Segundo os proprietários da banca de revistas que instituíram o Clube.



Figura 47 - Clube da Troca. Fotos do autor.

figurinhas”, além de significar uma troca material (a de figurinhas), é uma expressão popular cujo significado é trocar ideias, conhecimento ou simplesmente conversar (FIG. 47).

Aos sábados pelas manhãs, quando o clima estava ameno e seco, o Clube reunia muitas pessoas: homens, mulheres, rapazes, moças e crianças, principalmente os meninos. Sentavam-se na grama, nos bancos, nas muretas em torno dos canteiros e no piso, formavam rodas e vasculhavam os montinhos de figurinhas repetidas uns dos outros. A “camaradagem” dava tom ao jogo entre os participantes e a cena era recorrente: feira de frutas e verduras entre o Parque e a Praça, homens negros lavando carros, meninas e meninos da Barragem em busca de recursos e especialmente os moradores dos bairros trocando figurinhas no espaço. As crianças da Barragem participavam do jogo de forma distinta (FIG. 48).

A troca é o principal modo, ao colecionar as figurinhas de determinado álbum, de que os jogadores lançam mão para diminuir o investimento financeiro necessário para completá-lo. É em busca da troca, da interação, principalmente entre conhecidos e desconhecidos, que os colecionadores de figurinhas ampliam suas chances de completar seus álbuns sem precisar comprar muitos pacotinhos. Explico melhor: para completar o álbum – objetivo final da brincadeira –, entrar no jogo e trocar, é preciso comprar o álbum e alguns pacotes de figurinhas, em número suficiente para adquirir, além das figurinhas que serão coladas no álbum, algumas repetidas para possibilitar a troca. Essa troca entre os colecionadores é uma jogada sem risco em que os dois saem ganhando. Já a compra de figurinhas na banca é necessária, mas arriscada, pois, quanto mais figurinhas o jogador possui, menores são suas chances de conseguir as que faltam por meio da compra de pacotinhos fechados. Portanto, a entrada numa coleção desse tipo significa, necessariamente, que o jogador não vai completar seu álbum apenas comprando os pacotinhos; é preciso entrar no jogo da troca de figurinhas.

Atualmente, esse tipo de troca ocorre, principalmente, nos recreios das escolas, entre amigos, parentes e pela internet. Ao conversar com diversos jogadores, obtive

a informação que o que acontecia nesse local não era comum, não acontecia em outro lugar da cidade ou mesmo da região e reunia pessoas moradoras de outros bairros e até de outros municípios da RMBH.

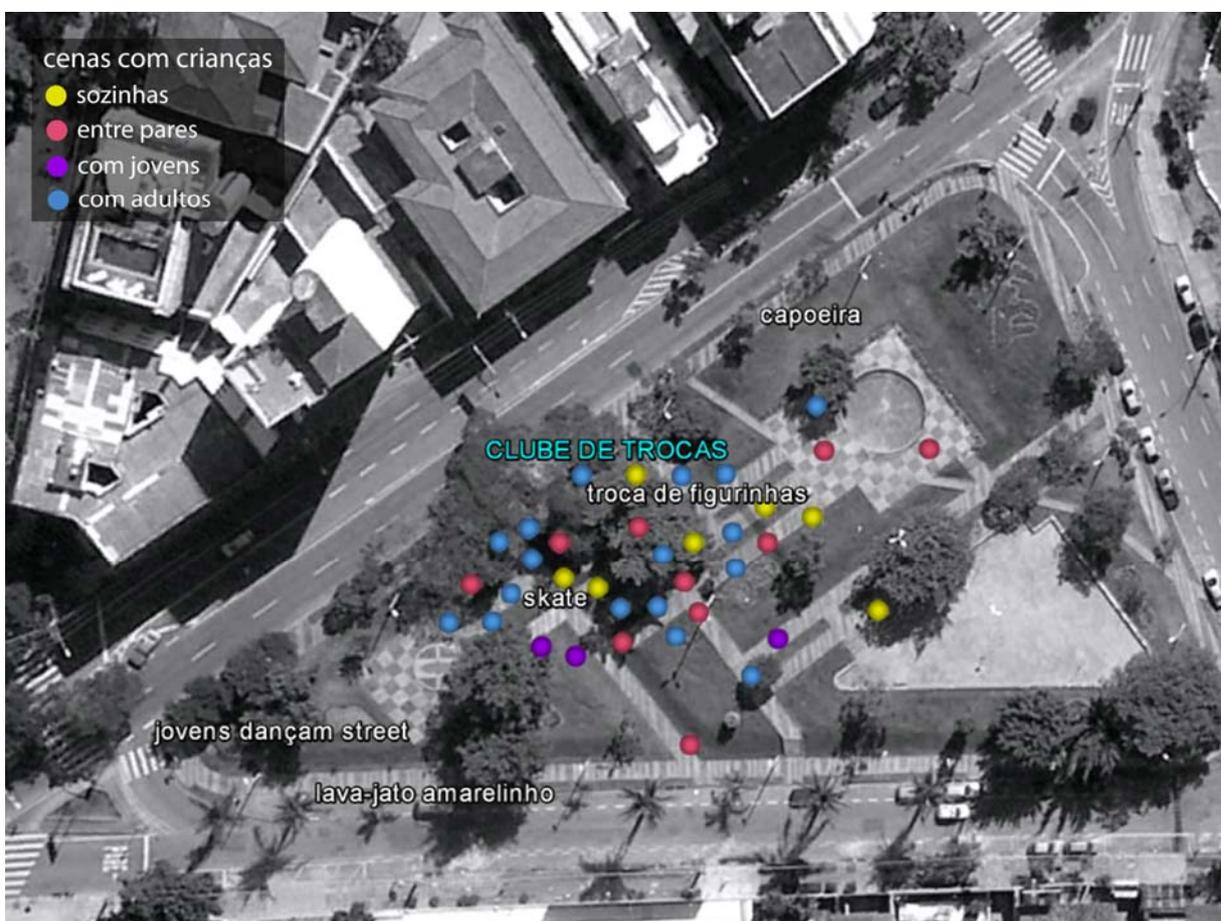


Figura 48 - Cenas com crianças, acompanhantes, brincadeiras e jogos na Praça República do Líbano. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de João Paulo Fontoura de Souza, através do programa *Google Earth*, acesso em 20 de maio de 2011.

No momento da pesquisa de campo, o álbum de sucesso era o da Copa de Futebol 2010, e foi esse que comprei. Era atraente e possuía diversas informações sobre o torneio, inclusive em diversos idiomas. Mulheres e homens, rapazes e meninos participavam, a maioria moradores dos bairros. Muitas mulheres entravam no jogo para acompanhar os filhos e poucas pessoas procuravam o álbum da *Princesa*, colecionado exclusivamente por algumas meninas.

Ao me fixar no local com o álbum e meu pacotinho de figurinhas expostos, imediatamente outros jogadores vinham ao meu encontro com a intenção de trocar. Não causava estranhamento pelo fato de estar sozinho ou desacompanhado de criança. Aliás, se inicialmente poderia parecer estranha a participação de jovens e adultos no jogo, pois, tal como a maioria das brincadeiras, coleção de figurinhas é associada às crianças, verifiquei que muitos jovens e adultos tentavam completar o álbum para si. Outros afirmavam que o álbum era de um filho ou sobrinho, mas acabavam se envolvendo com o jogo e se divertindo. As trocas, na maioria das vezes, eram realizadas por um jovem ou adulto, e as crianças acompanhavam ao assistirem à negociação. Poucas crianças estabeleciam certa autonomia na interação. Alguns adultos relatavam que as crianças não vinham ao Clube. As relações que se estabeleciam nessa interação eram quase sempre mediadas pelos adultos (pais, mães, tios, avós, avôs, etc.), que se divertiam com os meninos ao participarem da troca de figurinhas e se envolverem com a atividade.

Ao comprar o álbum e dez pacotinhos na banca, o jogador recebia uma cartela para marcar as figurinhas adquiridas, em cujo verso contava o regulamento do Clube. Lá estavam estabelecidos os horários, os critérios de troca, a solicitação para que “a negociação entre associados se restringisse apenas a figurinhas, para não fugir do ideal do clubinho, que é trocar figurinhas e fazer amigos”, e para jogar as embalagens na lixeira (FIG. 49).

REGULAMENTO

- Troca de figurinhas apenas com a **cartela marcada**.
(Marcar todos os cromos que já tem).

- **Horário de troca:**

Terça-feira a sexta-feira:

Manhã 09:30 - 12:30

Tarde 14:00 - 17:30

Na Segunda feira apenas a tarde 14:00 às 17:30

Fins de semana 09:00 - 13:30

- Figurinhas repetidas em ordem numéricas

- **Critério de troca**

Duas figurinhas repetidas por uma figurinha não repetida.

Sendo jogadores por jogadores e as especiais pelas especiais (escudos e mascotes)

- Solicitamos que a negociação de figurinhas entre associados se restrinja apenas em figurinha. Para não fugir do ideal do CLUBINHO DA TROCA. Que é trocar figurinhas e fazer amigos.
- **As embalagens das figurinhas são de sua responsabilidade. Por gentileza joga-las na LIXEIRA.**

Todos pelo bem estar social.

Figura 49 – Regulamento do Clube da Troca fornecido pela banca de revistas.

Entretanto, mesmo durante os horários estipulados para o Clube, a troca ocorria para além da banca, tanto por aqueles cujos interesses se restringiam ao jogo quanto pelos que percebiam uma possibilidade de trabalho e de busca por recursos financeiros. Aos sábados, quando a banca se fechava, muitos continuavam na Praça trocando e jogando. Entre os participantes, a troca era realizada por meio de regras próprias, bem mais flexíveis que as que a banca tentava impor. Em primeiro lugar, a troca era, em geral, realizada na proporção de uma repetida por uma, a não ser quando a figurinha era brilhante e, portanto, mais valorizada e cobiçada pelos meninos, apesar de não serem mais raras. A banca trocava duas ou até três por uma de seu acervo.

Uma situação recorrente era quando um jogador precisava de um número maior de figurinhas do que aquelas que o outro jogador precisava. Na maioria das vezes, o que precisava de menos figurinhas acabava trocando por outras que já possuía ou deixava “elas por elas”. Quase sempre se dava um jeito de passar todas as figurinhas para aquele que delas precisava, única e exclusivamente, por questão de camaradagem. Numa das vezes em que fui para o Clube trocar, havia cerca de 30 figurinhas repetidas e em poucos minutos fiquei sem nenhuma, pois um menino trocou uma minha por 4 dele e uma mulher trocou 12 de que eu precisava por várias figurinhas que já tinha.

Outra atitude recorrente era pagar as repetidas por pacotinhos fechados, o que revelava que os jogadores assumiam a orientação da banca e aceitavam as regras colocadas de restringir a troca entre figurinhas, deixando a atividade comercial para a banca. Mas nem todos aceitavam essa orientação: alguns jogadores vendiam por R\$ 0,15; um rapaz reclamou que o dono da banca o impedia de vender e um homem as vendia de forma profissional, organizadas numa caixa plástica; cada figurinha tinha um preço específico.

O fato de ser necessário um investimento financeiro para participar do jogo fazia com que a entrada de meninos e meninas do Morro no jogo acontecesse de forma distinta. Importante notar que não foram observadas crianças do Morro

acompanhadas nessa atividade, somente as *crianças da Barragem*, pois entravam na brincadeira ao receberem as figurinhas repetidas daqueles que completavam os álbuns. A partir daí meninos e meninas passavam a trocá-las e a vendê-las, a participar do jogo e da troca. No entanto, imprimiam outros significados ao jogo. Ao conversar com um menino da Barragem de 12 anos, ele contou que no dia anterior havia arrecadado R\$ 13,50 e disse: – *Isto aqui é meu almoço* (DIÁRIO de campo, 11 jul. 2011).

Interessante notar os mecanismos de exclusão/inclusão das *crianças da Barragem*: se por um lado a questão financeira poderia impedi-los de brincar, acabavam por criar as próprias maneiras de se incluírem e participar do jogo e de atravessar a barreira imposta pela lógica adulta: não compravam figurinhas, mas, ao interagirem inicialmente como observadores e colaborar com aqueles que trocavam, acabavam encontrando suas “brechas”, ganhavam as figurinhas dos que completavam a coleção e, a partir daí, passavam a trocá-las e a vendê-las. Era recorrente a doação de figurinhas às crianças “pobres” por parte daqueles que completavam os álbuns e sobravam algumas. Essa prática acabava por viabilizar a entrada de meninos e meninas do Morro no jogo.

Nas diversas situações em que estavam presentes, as crianças da Barragem estavam entre pares, sem a companhia de adulto ou jovem. A falta de recursos financeiros e de acesso aos serviços básicos era revelada pela forma como jogavam. Em uma ocasião, um menino da Barragem (10 anos) passava por ali sozinho. Eram mais de 11 horas da manhã e parecia que havia acabado de acordar. Contou que os amigos estavam dormindo, pois tinham ficado até tarde numa “festa de rico”, o que revelou a clareza com que percebia as distintas posições sociais presentes no local. Ao convidá-lo para me ajudar a colar as figurinhas, lembrei-me de que ele e seu irmão (de 11 anos) haviam me dito que não sabiam ler e escrever e que não frequentavam a escola. Sentado ao meu lado na grama, colava as figurinhas que eu ia lhe dando. Apesar de não ler as palavras escritas, não tinha a menor dificuldade em encontrar o lugar onde as figurinhas deveriam ser coladas. Procurava pelos números e pelo escudo da equipe, mas não conseguia ler os nomes dos jogadores e demais

informações que apareciam nas figurinhas. Isso, no entanto, não interferia na agilidade do menino em encontrar o local de cada figurinha e de participar da brincadeira. Enquanto colava as figurinhas, um menino do bairro se apresentou para trocar com ele, e logo em seguida um senhor lhe deu duas figurinhas, o que ilustra uma das diversas expressões do clima de “camaradagem” que permeava a lógica do jogo nesse contexto especial do Clube.

Em outra ocasião, um menino da Barragem, de 12 anos, estava com a bicicleta do irmão e se ofereceu para me ajudar a encontrar as figurinhas que me faltavam. No momento seguinte, ofereceu-me a bicicleta do irmão emprestada. **Ofereceu a bicicleta e ajuda na busca pelas figurinhas faltantes.** Não só ele, mas diversas crianças da Barragem presentes sem a companhia de adultos ali participavam ao colaborar com os que jogavam. O menino observava aquelas figurinhas que não tinha, decorava os números, circulava de bicicleta entre as pessoas e tentava encontrá-las entre as repetidas das pessoas participantes do Clube.

Alguns momentos depois, quando percebeu que os meninos e meninas da Barragem, seus amigos, estavam vendendo as figurinhas que conseguiam, acabou decidindo vendê-las, também. Reiterando, estavam entre pares, desacompanhados de adultos e tiveram essa iniciativa de maneira independente com relação aos adultos. No dia seguinte, encontrei-o com um monte de figurinhas e na mesma situação: procurava as figurinhas que alguns jogadores precisavam e tentava encontrar no seu monte de figurinhas e no de outros. Preferia a interação com os meninos, era discreto e falava baixo. Tentei acompanhá-lo para entender como fazia, mas percebi que o atrapalhava, pois interferia nas interações.

Como se pode observar, as formas de apropriação do espaço e os significados impressos ao jogo pelas crianças do Morro e pelas do bairro eram distintas. A presença das crianças dos bairros, especialmente meninos, era mais visível. Em torno da atividade da troca de figurinhas, da qual muitas vezes participavam apenas como espectadores, a procura de brechas para brincar com autonomia e a atração que o espaço exercia ficava evidente, resultando numa relação em que os adultos muitas

vezes tinham de se esforçar para acompanhá-los. Além de levarem bola, velocípede, *skate* e outros brinquedos para a Praça, brincavam com o espaço, corriam, equilibravam-se nos canteiros, subiam nas árvores, etc. Enquanto isso, os adultos trocavam figurinhas e tentavam acompanhá-los com os olhos.

Ao comparar a presença de moradores dos bairros com os da Barragem no Clube da Troca é possível extrair algumas considerações. Em primeiro lugar, poucas crianças pequenas de ambos os grupos foram observadas ali. As meninas dos bairros eram pouco presentes, criavam suas rodas de troca independentes ou exerciam atividades outras durante o funcionamento do Clube. Corriam, circulavam pelo espaço, brincavam no guarda-corpo instalado em torno do piso circular rebaixado. Tais ausências podem revelar a escolha do público-alvo adotado pelo produto em questão – o álbum de figurinhas –, mas também uma identificação e uma apropriação mais intensas por parte dos meninos, pois os álbuns destinados às meninas faziam menos sucesso.

Esse espaço-tempo com crianças estava relacionado diretamente com a indústria de produtos culturais para as crianças, era sazonal, seguia tendências e temas cujo objetivo era atrair o público e obter lucros com as vendas. Destaque-se que o futebol era um dos temas cujos álbuns faziam maior sucesso, enquanto os álbuns de temática associada às meninas eram menos procurados.

Diante da emergência de uma quantidade razoável de pesquisas sobre e com crianças, principalmente a partir da década de 1990, importante destacar (sem me propor a entrar nesta discussão) os estudos que analisam a produção da cultura de massa contemporânea – que compõe uma das dimensões do que é denominado *cultura de infância* – e seus impactos nas crianças. Kincheloe e Steinberg (2001, p. 14), por exemplo, consideram a produção cultural dirigida ao público infantil uma “pedagogia cultural” que abrange “a educação numa variedade de áreas sociais, incluindo, mas não se limitando à escolar”. Tais produções são criadas por instituições privadas que se voltam para o lucro individual. “O entretenimento das crianças, como em outras esferas sociais, é um espaço público disputado, onde

diferentes interesses sociais, econômicos e políticos competem pelo controle.” (KINCHELOE; STEINBERG, 2001, p. 19). Apesar da mercantilização da cultura infantil, adultos e crianças são capazes de “desviar-se de seus elementos repressivos” (KINCHELOE; STEINBERG, 2001, p. 21), no entanto essa reação só se torna visível se analisada de forma crítica a autoridade cultural imposta pela propaganda, pelas mídias eletrônicas e por outras formas de lazer.

Tanto meninas quanto meninos dos bairros não foram observados entre pares; estavam sempre na companhia de jovens ou de adultos, presença claramente distinta se comparada com a presença das meninas e meninos do Morro, ambos presentes entre pares em todas as ocasiões observadas. As crianças dos bairros não circulavam a pé pelo local, apenas em automóveis. Já para as do Morro, essa Praça fazia parte de seu cotidiano e circulavam pelo local a pé ou de bicicleta, o que revelou maior autonomia dessas crianças em sua mobilidade por esses espaços da cidade.

Além disso, criavam formas próprias de jogar e estabeleciam interações mais diretas, posição igualmente distinta da condição das crianças dos bairros, cujo lugar no Clube muitas vezes se limitava ao de observador. Os objetivos e significados impressos ao jogo eram igualmente distintos se comparados esses grupos. Para o dos bairros, o jogo tinha significado em si, já para o do Morro, além da brincadeira, significava acesso a recursos financeiros e, conseqüentemente, eles escolhiam o que comprar, ou seja, adquiriam certa autonomia nesse sentido também.

No caso do Clube da Troca, as *crianças da Barragem* aprendiam e criavam modos próprios de participar do jogo, pois desenvolviam progressivamente novos modos de participação. No início, observavam, tentavam jogar e acabavam por criar outras maneiras coletivas, próprias do grupo, de entrar no jogo distintas dos modos como as dos bairros participavam e do papel da banca de revistas. As *crianças da Barragem* encontravam, portanto, uma abertura e se tornavam jogadores, ao buscar as figurinhas para outros, trocá-las, vendê-las e jogar. A troca tornou-se, nesse

contexto específico, partilha, interação e copresença no espaço, no entanto, grupos distintos ocupavam papéis também distintos no jogo.

Ainda na direção de elaborar considerações dessas cenas, importante observar a participação de diversas gerações na atividade e a forma como as interações ocorriam. Tal como dito, as crianças dos bairros eram mediadas pelos adultos, no entanto era uma atividade em que ocorria interação intergeracional entre desconhecidos no espaço público. Ao considerarmos que à criança é negada a participação, é segregada do mundo adulto, mas que por outro lado recriam os espaços e a cultura de forma ampla (CORSARO, 2002), poderia afirmar que o Clubinho era um tipo específico de sociabilidade urbana, própria do local.

O caso dessa Praça e em especial do Clube da Troca dava visibilidade à potencialidade e “a necessidade que as cidades têm de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social” (JACOBS, 2000, p. 13). A presença de estabelecimentos privados de lazer e esportes – principalmente da banca de revistas – associada ao espaço público fomentava os usos públicos desse espaço e, assim, promovia a interação entre distintos grupos sociais e ao mesmo tempo revelava distintas formas de viver a cidade experimentada por vizinhos a ambos os grupos presentes.

Nas áreas estritamente residenciais dessa região, isso não era possível, pois as fronteiras, ainda que porosas, eram facilmente percebidas e a interação entre grupos sociais baseava-se nas relações de trabalho, em que os moradores do Morro tinham posição de subalternidade. Nos tempos-espacos livres, apesar de a desigualdade informar as interações, a copresença e a participação lúdica no espaço possibilitavam outro tipo de interação baseado no jogo, na festa, o que acrescentava outros elementos a tais tipos de relação.

Outra vertente de análise seria o papel das crianças e dos espaços públicos na mediação entre grupos sociais distintos. A atração exercida pelos espaços públicos

abertos levava as famílias de classe média a esse tipo de experimentação. No entanto, cabe relativizar quanto a uma possível homogeneização interna dos grupos sociais. É possível afirmar que os moradores dos bairros que estão nesse contexto optam pelo encontro com a diversidade, opção desse grupo específico, mas que não é o que caracteriza muitos representantes das classes médias e altas. Internamente aos grupos populares, cabe ressaltar que não foram observados jovens e até mesmo adultos ou idosos no Clube. Somente crianças da Barragem entre pares, as que trabalham para jogar, o que revelou a ausência de formas mais horizontais de interação nesse tipo de troca.

Isso não acontece em muitos dos espaços públicos de Belo Horizonte. Esse espaço, sua organização, o mobiliário, a sombra, o comércio, a feira de verduras e o fluxo diversificado de pessoas contextualizam o fenômeno. A existência da banca, seu papel regulador, a disposição de fomentar os usos do espaço, a existência de bancos e árvores eram fundamentais para que tudo isso acontecesse ali. O Clube da Troca revelou, ainda, a presença marcante e a importância do jogo na cidade (LEFEBVRE, 2009 [1968]). Enfatize-se que ocorria – apesar das complexas nuances presentes – interação intergeracional e interclasses, promovida por um estabelecimento comercial privado e que, para além das relações em torno da busca por recursos, possibilitaria ou criaria uma oportunidade para que um encontro entre grupos etários e sociais distintos ocorresse por meio de um jogo no espaço público.

Entre o coco e a “biquinha”

- **Pelas manhãs**

Outro fenômeno que chamava a atenção pela recorrência era a presença de crianças pequenas, meninos e meninas moradoras dos bairros, nos dias úteis da semana. Invariavelmente, todas as manhãs, entre 9 e 11 horas, foi possível observá-las acompanhadas de mães, alguns pais, avós, avôs e, principalmente, de suas babás, sentadas num dos bancos de alvenaria ou no chão, próximas da barraca de coco, onde era possível alternar entre a exposição ao sol e a sombra. A barraca de coco, por abastecer as pessoas com bebidas (água de coco, sucos, etc.) e pelo trânsito que seus proprietários realizavam entre os dois mundos, tornou-se forte referência tanto para os moradores dos bairros quanto para os do Morro.

As crianças dos bairros foram observadas no local nesse horário nos primeiros anos de vida, antes de frequentarem a escola, ou seja, a maioria tinha até 2 anos de idade e ensaiava os primeiros passos. Crianças maiores eram pouco presentes. As famílias e suas babás traziam para o local alguns brinquedos e os espalhavam sob toalhas estendidas no piso, onde colocavam as que engatinhavam, sentavam-se e brincavam juntas. Algumas mulheres dos bairros praticavam exercícios físicos, enquanto deixavam seus filhos pequenos com avós ou babás. Muitas eram acompanhadas exclusivamente pelas babás e, nesses casos, as mães as deixavam no local com os filhos de carro e depois vinham buscá-los. Ao conversar com algumas mulheres no local, pude conhecer um pouco da visão tanto das babás quanto das mães que levavam suas crianças ao local.

Uma babá de uma menina de 4 anos revelou que frequentavam diariamente o local e a menina *quase não tinha contato com os pais, não tinha oportunidade de brincar com os pais*, pois contratavam babás para todos os dias, inclusive nos finais de semana. Estranhava a atitude, atribuindo-a a um grupo social da qual não pertencia (a classe média alta) e afirmou que outros grupos valorizavam e tinham mais contato com os filhos.

Uma mãe de um menino de 1 ano e 8 meses disse que vinha sempre ali para acompanhar o filho. Ao escutar minha conversa com a babá e perceber que estava realizando pesquisa com crianças no local, aproximou-se para dar seu depoimento. Moradora do bairro, disse: *É preciso dar espaço às crianças... é diferente numa cobertura.* Disse que sentia *falta de terra, como na casa que morava no interior.* Esse depoimento indicou uma das possíveis razões associadas à presença de crianças moradoras de apartamentos nos espaços públicos.

A frequência diária nesse local pelas manhãs acabou por formar grupos que se encontravam diariamente e conversavam, para além dos espaços familiares, escolares, etc. Esse encontro ocorria, para além dos papéis sociais que desempenhavam ali. As babás pertencentes às camadas populares ou médias baixas, muitas delas negras, conviviam diariamente com pais, mães e avós de classe média em ocasião em que se misturava trabalho e lazer. As crianças pequenas do Morro não foram observadas nessas situações, muito provavelmente por suas mães estarem trabalhando nesses horários e por não disporem de recursos para a contratação de babás.

As crianças pequenas tinham a oportunidade de tomar sol e vento, compartilhar os brinquedos, desenhar no piso, aprender a andar, ter contato com cachorros, socializar. A interação entre crianças era mediada pelos adultos, até mesmo quando ocorria conflito resultante de empréstimos dos brinquedos.



Figura 50 – Desenhar no piso era atividade bastante presente entre a barraca de coco e a biquinha, realizada por crianças. Foto do autor.

A atividade de desenhar no piso com giz era muito presente entre crianças pequenas e crianças maiores que frequentavam em outros horários (FIG. 50). Isso não ocorria somente nesse local: foi observada na Praça Jerimum e em diversos outros locais públicos da cidade e em outras cidades também (FIG. 51), o que revela, nesse local, uma manifestação própria da cultura infantil presente em distintos contextos. Os desenhos no piso encontrados nesse local constituíram, logo no início da observação em campo, um indício, pois a ocorrência dos desenhos em giz no piso e o tipo de desenho apontavam para a presença das crianças no local.



Figura 51 – Crianças desenhando no asfalto de uma rua em Londres.
Foto de Ann Golzen publicada por Ward (1978, p. 81).

Além disso, andadores, carrinhos, velocípedes e outros brinquedos com rodas eram muito presentes, e as crianças experimentavam o movimento de andar com ou sem os veículos sob a proteção e o amparo dos adultos. Nesse espaço, portanto, as crianças aprendiam a andar, e esse fato se relacionava diretamente com suas características, ou seja, sua declividade suave, ausência de barreiras, conforto para os adultos proporcionado pelos bancos, a sombra, a possibilidade de se beber algo, etc.

Esse fato confirma, de certa maneira, o que Lynch e Lukashok (1956) observaram. Ao analisar os elementos mais mencionados em entrevistas realizadas com 40 pessoas entre 18 e 32 anos, não urbanistas, sobre as memórias que guardavam sobre as cidades, os autores concluíram que o piso é um dos elementos mais marcantes e importantes para a atividade infantil, especialmente quando é gramado: “Não apenas os gramados, mas o piso inteiro do ambiente é de grande importância

para a criança. Poucas coisas são tão associadas ao brincar” (LYNCH; LUKASHOK, 1956, p. 157, tradução nossa).

A vitalidade e a diversidade de pessoas e usos podem resultar numa sensação de segurança, pois, sem essa percepção, muitas pessoas não estariam no local com suas crianças. Segundo Jacobs (2000[1961]), essa conjugação de fatores favorece a segurança nos espaços públicos, ao possibilitar a vigilância das crianças, mesmo que por adultos desconhecidos.

Interessante observar ainda que alguns casais preferiam promover pequenas comemorações de aniversário no local. Levavam mesas, balões e ofereciam doces, salgados e bebidas a todos os que se aproximavam, incluindo o desconhecido pesquisador e algumas crianças da Barragem (FIG. 52).



Figura 52 - Cena de festa de aniversário de criança pequena moradora do bairro. Fotos do autor.

Cabe notar os distintos modos de comemoração de aniversário observados no campo, pois revelaram modos de vida extremamente desiguais, ainda que entre crianças. Enquanto um menino pequeno morador do bairro comemorava no Parque com a família e amigos, distribuía bolo e refrigerantes para quem se aproximava, outras crianças do mesmo grupo social preferiam comemorar nos salões de festas infantis, empreendimento comercial para crianças que se prolifera nas grandes cidades brasileiras nas últimas décadas. Somente nos bairros Santa Lúcia e São Bento há pelo menos três deles.

Por outro lado, um menino do Morro (10 anos), no dia de seu aniversário, pedia algo de comer com seu amigo nas portarias dos prédios dos bairros. Disse que não teria festa, pois a mãe juntava dinheiro para comprar um forno de micro-ondas, mas havia prometido levá-lo ao Parque Municipal (Américo Renné Giannetti) e que iria andar de barquinho, pois gostava de remar sozinho. Os dois meninos haviam entrado na lagoa e reclamavam da sujeira das águas. O Parque Municipal era para esse menino, como para outras crianças do Morro, uma referência para a comemoração de aniversário.

Outro menino morador do Morro (9 anos), que foi observado na Barragem sempre acompanhado da tia (que chamava de “mãe”), me convidou para sua festa de aniversário em sua casa. Morava na Vila da Barragem Santa Lúcia, numa parte de uma edificação de três andares, em terreno da família onde existiam outras. O espaço livre era tão estreito que me foi difícil compreender onde terminava uma residência e se iniciava a outra. A festa de aniversário aconteceu num terraço localizado no terceiro andar, alcançado por uma escada metálica mal instalada, onde se avistava a lagoa e onde uma mesa de doces era rodeada de decoração típica de festa infantil. Seu pai trabalhava num laboratório de exames e sua mãe numa ONG. Entre os diversos cômodos da(s) casa(s), muitos meninos, meninas, rapazes, moças, homens e mulheres entravam, saíam e circulavam animados, bebiam e comiam.

Os modos de comemorar aniversários nos revelam mais um elemento que conforma distintas experiências de infâncias nesse local. O menino aniversariante do bairro era muito presente no local, levado muitas vezes pelo pai, e muitos ali o conheciam pelo nome. Em outra ocasião, o pai havia comprado um papagaio importado da China, muito elaborado, e ele tentava soltá-lo ali. Diante da dificuldade, disponibilizou-o a meninos do Morro e tentava aprender a soltá-lo com eles. Nesse caso, ocorreu uma inversão entre os papéis sociais previamente estabelecidos: o adulto da classe média se colocou no papel de aprendiz de uma brincadeira popular.

Ao escolherem esse local para a presença cotidiana das crianças pequenas (e, desse modo, criar oportunidades de se socializarem, ter contato com animais, com outros

grupos sociais, de andar e para esse tipo de comemoração), essas famílias revelaram disposição ao encontro com a diversidade distinta de outras famílias pertencentes ao mesmo grupo social, mais afeitas ao isolamento entre pares, em bairros fechados e em moradias “completas”²⁶. Poderia considerar que a presença desse grupo de crianças e famílias constituía uma sociabilidade singular, para além daquelas construídas das relações de parentesco, da escola ou do condomínio.

Internamente aos moradores do Morro, a distinção entre modos de comemoração de aniversário também ficou clara. Enquanto um menino pedia algo de comer para os moradores dos bairros, outro comemorava com festa, doces, decoração e muitos convidados em sua casa. Um circulava pelos espaços entre pares e o segundo só foi observado nos finais de semana, acompanhado por adulto da família.

Nesse mesmo horário e local, a presença das crianças moradoras do Morro foi observada de maneira pontual ao participarem exclusivamente de atividade escolar. Tal como os idosos do *BH Cidadania* citado, estavam uniformizadas, além de identificadas com crachás, numa movimentação em fila organizada, acompanhadas de professoras. As brincadeiras observadas eram coletivas, em círculos grandes dos quais todos participavam com a orientação das educadoras. Nesse contexto, não dispunham de autonomia para circular e para escolher a brincadeira que preferiam. Ao se sentirem atraídas pela presença das crianças pequenas acompanhadas, foram impedidas de estabelecer contato.

A presença de crianças pequenas em praças e parques em Belo Horizonte, nas manhãs dos dias úteis, é recorrente e foi observada em outros locais, inclusive na Praça Jerimum, local da pesquisa realizada anteriormente, apropriada por moradores da periferia da cidade. Poderia considerar que faz parte do cotidiano de diversas crianças moradoras da cidade e que a escolha de determinado espaço está relacionada à proximidade das moradias. Entretanto esse local tem suas especificidades. Em primeiro lugar, a presença da água é marcante, desde a

²⁶ *Complete life* foi um termo utilizado em propaganda do Condomínio “Cenarium”, construído em Nova Lima, para ressaltar que como o condomínio tinha tudo não era preciso sair de seus espaços.

presença visual forte da lagoa, a água de coco e a biquinha. Além disso, é possível alternar entre a sombra e o sol, sentados no banco em frente a um piso levemente inclinado e desobstruído, o que possibilita a aprender a andar e a andar de velocípede e bicicleta sem grandes riscos.

Ao observar esse mesmo local em outros horários, foi possível encontrar outros usos, mais espontâneos, por outras crianças e perceber que, para algumas delas, esse local fazia parte de seus trajetos de circulação cotidiana, descritos a seguir.

- **Em outros tempos**

Ao observar os usos do espaço entre o coco e a “biquinha” em outros horários, é possível afirmar que era um local de referência forte para as crianças do Morro, utilizado por elas espontaneamente e, principalmente, nos finais dos dias úteis, durante todo o dia dos sábados e domingos e pontualmente pelas crianças maiores dos bairros (FIG. 53). As crianças da Barragem circulavam pelo local cotidianamente – no trajeto entre a casa e a escola e entre a casa, a padaria, a farmácia e o centro comercial, onde buscavam recursos e brincavam. Lembrando o que já foi dito, os jovens e adultos moradores do Morro passavam pelo espaço no trajeto entre a casa e o trabalho, principalmente, tanto em direção aos bairros Santa Lúcia e São Bento quanto em direção ao ponto de ônibus, localizado na Avenida Artur Bernardes, continuação da Avenida Prudente de Moraes.

A combinação entre os elementos presentes (gramados, barraquinha de coco, bancos e a biquinha) associados ao espaço livre de obstruções e piso levemente inclinado onde era possível alternar entre a sombra e o sol, fomentavam e sugeriam diversos modos de apropriação pelas crianças.

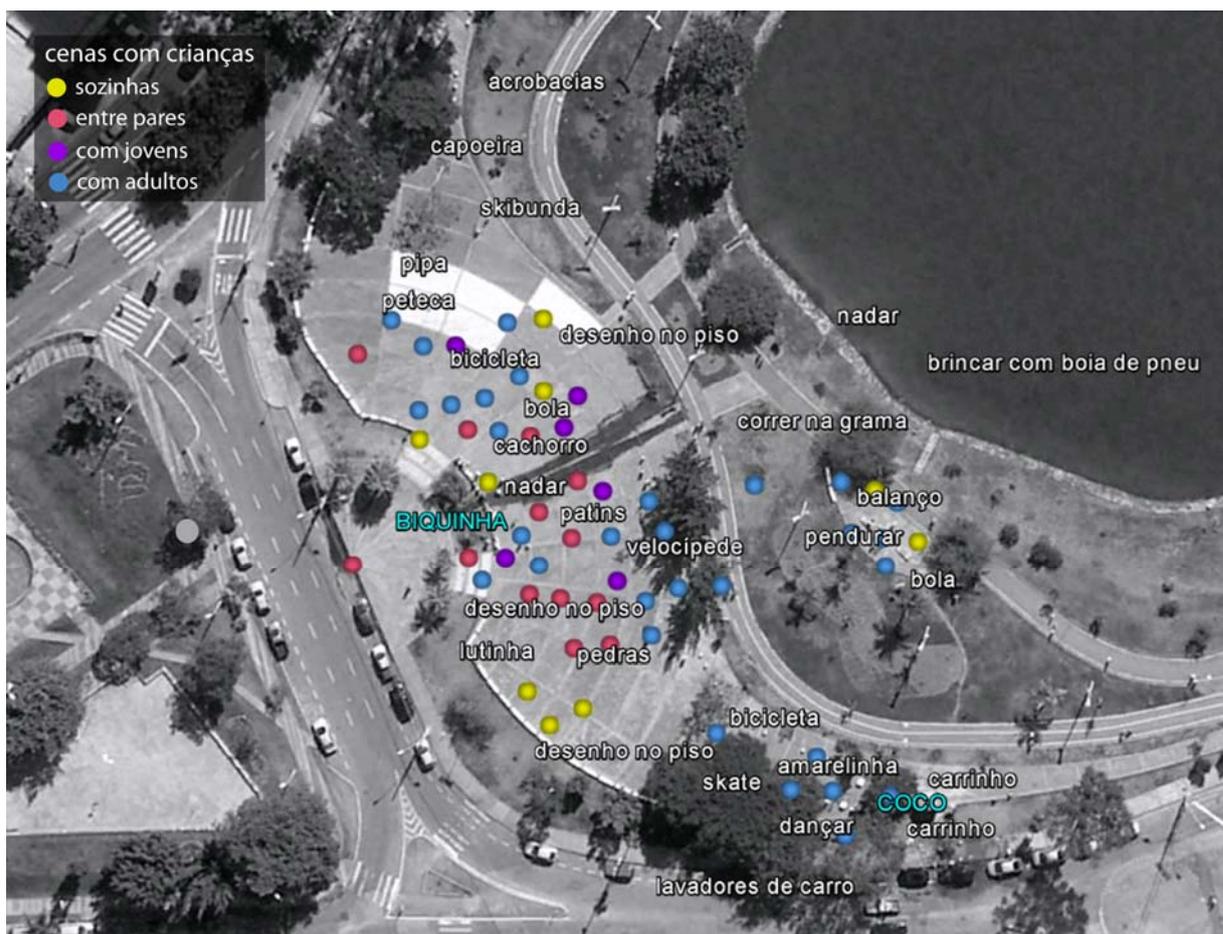


Figura 53 – Cenas com crianças, acompanhantes, brincadeiras e jogos entre o coco e a “biquinha”. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de João Paulo Fontoura de Souza, através do programa *Google Earth*, acesso em 20 de maio de 2011.

Era nesse local e nesses horários que as crianças, tanto do Morro quanto dos bairros, circulavam em carrinhos empurrados pelos adultos, andavam de velocípede e aprendiam a andar de bicicleta, acompanhadas pelos adultos (FIG. 54). Além disso, as do Morro circulavam de bicicleta pelo espaço cotidianamente em suas brincadeiras e tarefas diárias e os meninos dos bairros levavam seus carrinhos de controle remoto para brincar no local, especialmente após as festas de final de ano, quando os ganhavam de presente



Figura 54 – Menino aprendendo a andar de bicicleta, acompanhado de homem.
Foto do autor.

Diante da observação de que a bicicleta era um dos principais meios de circulação das crianças do Morro e uma das brincadeiras preferidas das crianças maiores dos bairros, associada ao uso do espaço pelas crianças pequenas, onde aprendiam a andar, considero que esses espaços-tempos livres oportunizavam a aprendizagem para a mobilidade na cidade. Ao considerar a circulação das crianças pela cidade como direito estabelecido pelo Estatuto da Criança e Adolescente (1990) como já

visto, percebo que essas ocasiões constituíam situações de aprendizagem para a cidadania.

Além dessa apropriação do espaço, a “biquinha” era uma das principais referências dos moradores do Morro e, em especial das crianças, tanto as que frequentavam o local nos finais de semana acompanhadas de jovens e adultos quanto as que circulavam cotidianamente entre pares pelo espaço, as *crianças da Barragem*. As crianças dos bairros não foram observadas nesse local específico, apenas adultos e jovens, quando levavam os cães para beberem água.

Principalmente nos finais de semana quentes, enquanto alguns se reuniam para tomar sol sentados nas pedras e no gramado ao redor, outros lavavam roupas e aproveitavam a água para lavar carros e motos, e algumas crianças do Morro “nadavam”. Criavam, portanto formas próprias de uso e de aproveitamento do elemento. Despiam-se, entravam na água, jogavam-na para cima, brincavam, fechavam-lhe a saída e a represavam. Dessa maneira, nadavam na água acumulada e, ao escorrer pelo piso inclinado, deitavam-se, molhavam-se e secavam-se ao sol. Algumas crianças não eram autorizadas pelos pais a entrar e outras demonstraram nojo da água retida, que vinha “de uma nascente próxima” (BAPTISTA, 2000, p. 116), mas que era misturada com sabão e sujeira, proveniente da lavagem de carros e motos. Em torno da atividade, famílias se encontravam e algumas jovens moças do Morro usavam trajes de banho e experimentavam a água, o que revelou a atração que o elemento pode causar.

Esse elemento do espaço, bem como a barraquinha de coco, os bancos, as árvores e as barras de ginástica, estava presente no discurso e em diversos desenhos realizados pelas crianças no local, além fomentar os usos e a interação no espaço.

Algumas brincadeiras das crianças no local revelaram aspectos importantes da apropriação infantil do mundo adulto, como uso não previsto dos taludes gramados para escorregar, o “skibunda” - que as crianças praticavam em diversos pontos da Barragem (FIG. 55) - e o “pau no litro”.



Figura 55 - Crianças escorregando em um talude gramado – o “skibunda”. Fotos do autor.

A atividade de soltar papagaio era, nesse aspecto, outro importante exemplo dessa reinvenção, pois de instrumento militar transformou-se, progressivamente, em brinquedo, e era praticada, nesse e em diversos outros contextos, inclusive na Praça Jerimum. Na Barragem Santa Lúcia, algumas pessoas os adquiriam prontos, como o pai do menino do bairro descrito, mas muitos o construíam, como as crianças do

Morro. Construíam, soltavam e corriam atrás dos que caíam e muitas vezes atravessavam barreiras para capturá-los, tal como a sujeira da água da Barragem.

Além de todos esses elementos, cabe destacar, ainda, aspectos da interação intergeracional, interclasses e da criatividade associada aos usos das barras de ginástica. Segundo observei, esses equipamentos eram utilizados por crianças, jovens, adultos e idosos, tanto dos bairros quanto do Morro, e fomentavam a interação, pois eram muito procurados nesses horários. Por estarem situadas entre a pista de caminhada, a “biquinha” e a barraca de coco, essa atividade acabava por fomentar interação e possibilitar a ocorrência de certos contatos. Além disso, suas dimensões possibilitavam escutar as conversas das pessoas que as usavam. Em uma ocasião, acabei aproximando-me de um rapaz ex-morador da região ao partilharmos o equipamento; em outra, tive a oportunidade de escutar uma conversa sobre as difíceis relações entre patroas e empregadas, dentre diversos outros diálogos que pude acompanhar e que se tornavam públicos no local e que, de certa forma, ficavam abertos a intervenções de desconhecidos, o que muitas vezes de fato ocorria.

A criatividade e os modos de interação interclasse e intergeracional nos usos das barras podem ser exemplificados por uma cena em que um homem construiu um balanço para seu filho pequeno e o disponibilizou para outras crianças. O pai do menino contou que não morava no Morro, pois era separado da mãe. Havia construído um balanço em madeirite grosso, bem cortado e um único pedaço de corda que atravessava o assento por debaixo e estava amarrado em um dos tubos metálicos horizontais das barras de ginástica.

Os dois balançavam juntos, ou só o menino. O pai até tentava balançar só, mas o menino não deixava. Riam e se divertiam. Era muito carinhoso com o menino e ficava “de olho” nele. Enquanto conversávamos, o menino se afastou e caminhou em direção a um homem, que lhe deu um papagaio. Quando o menino retornou, o homem lhe disse:

– *Você não pediu, não né?*

O menino responde que sim e o pai diz:

– *Tá danado.*

(DIÁRIO de campo, 21 jul. 2010).

Contou, ainda, que o menino era muito inteligente, que gostava de escrever e que seus tios eram *loucos* por ele, apesar de a mãe não cuidar dele e de seus irmãos mais velhos baterem nele. Não frequentava a escola, pois não encontraram vaga nas escolas públicas, *só nas que pagam*. Era um padeiro desempregado e vinha ao Morro para defender o menino, pois em uma ocasião o Conselho Tutelar ameaçou levá-lo para um abrigo, o que ele não permitiu e se responsabilizou pela sua proteção. Contava que nenhum de seus irmãos era *bandido*, mas um dos filhos da ex-mulher, que o ajudou a criar, **brincava de construir armas** e que *põe moral, pra cima de mim, não*, disse. Ficou conversando comigo relaxadamente durante um tempo e, em seguida, recolheu o balanço, enrolou-o e fez que ia embora, mas acabou ficando e conversando comigo mais um pouco. O menino pediu para ir embora, pois queria soltar papagaio. No dia seguinte, estavam lá e brincavam com o balanço e o disponibilizavam para outras crianças.

Interessante observar a apropriação do equipamento por esse homem e pelo menino mediante sua intervenção criativa, ao modificar sua estrutura e **construir um brinquedo** de materiais simples, muito bem-feito, mas que exigiu habilidade manual, aproveitando o equipamento existente no espaço. Além de criar novos usos e se divertir com o filho, o homem o disponibilizou aos demais usuários do espaço, inclusive às crianças dos bairros, o que revelou um modo de apropriação compartilhado do espaço.

A cena revelou a proposta do pai de educar o filho para que não se tornasse um pedinte, apesar de sua situação de exclusão no trabalho e, portanto, da pouca disponibilidade de recursos financeiros. Além disso, mostrou algumas das situações de violência em que as crianças estavam envolvidas. No caso desse menino, a violência era oriunda do Conselho Tutelar, que ameaçou separar a família; do Estado, pois não disponibilizava vaga na escola pública; dos pais, pois, segundo o pai, a mãe não cuidava do filho; e dos irmãos, que eram fisicamente agressivos.

Segundo o homem revelou, os irmãos mais velhos “brincavam de fazer armas” e demonstrou claramente que não era uma simples brincadeira de criança, mas uma situação muito complicada vivida pela família. Quando disse que punha “moral”, ou seja, que conseguia controlar os meninos, atenuou seu discurso, muito provavelmente por se dirigir a mim, pesquisador. Considerando esses diversos elementos presentes nessa cena – risadas, descontração, brinquedo, arma, desemprego, violência física, falta de cuidado, proteção e escola – pode-se dizer que o caso desse menino evocava de forma vívida as pesadas contradições da fronteira entre o jogo e a guerra.

Além disso a cena revelou, tal como diversas outras cenas observadas, a possibilidade de contato que determinada forma de organização do espaço público e a recorrência de encontros podem suscitar. Nessa ocasião, encontrei-me pela primeira vez com esse homem no local e, mediados pela percepção que tínhamos um do outro, ficamos conversando um bom tempo e combinamos de nos encontrar no dia seguinte, o que realmente aconteceu. Cabe destacar que esse tipo de contato foi estabelecido e observado em diversas outras cenas desta pesquisa. É possível considerar que em meio a interdições de diversas ordens, a organização e a qualidade dos espaços e dos equipamentos públicos de lazer oportunizam outros tipos de interação interclasse, mesmo que instáveis e assimétricos e para além das relações de trabalho, mediante a possibilidade inicial de uma copresença.

Como pude observar, o “estado de violência” que as crianças do Morro e suas famílias viviam era recorrente no local, além de histórico, apesar de se diferenciarem. Todos os meninos da Barragem o experimentavam. Além dos tipos de violência sofridos por essa criança da descrição acima, historicamente e permanentemente experimentam a ameaça de “remoção”²⁷.

De acordo com dados apresentados por Conselhos Tutelares de Belo Horizonte, a violência que atinge as crianças são principalmente violações do direito à liberdade,

²⁷ O atual programa *Vila Viva* Santa Lúcia inclui a remoção de muitas famílias, ainda sem uma definição clara da quantidade.

ao respeito e à dignidade (aprisionamento, violência física, psicológica e sexual), negligência e omissão, convivência com usuários de drogas, álcool ou outras substâncias químicas. Os principais agentes das violações estão nas famílias (pai, mãe, padrasto/madrasta ou criança/adolescente), na escola e no setor público (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2000).

Partindo desta constatação, foi desenvolvido o projeto *Se essa praça fosse minha*, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em que atuei como arquiteto em diversas praças da cidade, incluindo a Praça Jerimum. Além da garantia do direito ao lazer, o Programa buscava dar visibilidade às crianças em espaços públicos de regiões vulneráveis da cidade, como parte do Programa *BH Cidadania* (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2002). Ou seja, partindo desses dados, o *Se essa praça fosse minha* propôs uma inversão na lógica de pensar os espaços, pois aqueles considerados adequados às crianças (a casa e a escola) eram muitas vezes os mais inadequados e violentos. Os espaços públicos, por sua vez, passaram a ser considerados mais seguros, por proporcionarem maior visibilidade às crianças.

Ao analisar o conjunto de dados produzidos, especialmente em que se observa que determinados horários passam a ser considerados adequados à presença de um grupo etário específico no local, poderia concluir que a **segregação** entre grupos e a **interação** interna aos grupos caracterizavam os modos como crianças usavam esses espaços-tempos da Barragem Santa Lúcia.

Considero, ainda, que nos movimentos entre a vida de criança e a vida adulta, por meio da juventude, as crianças do Morro experimentavam uma situação de **guerra multifacetada** para cuja sobrevivência aprendiam a se defender e a ser violentos. As ocasiões em que pediam em frente ao comércio local eram alguns desses modos de sobrevivência que adotavam e que serão tratadas no próximo tópico.

Em frente às padarias, à farmácia e ao centro comercial

A busca por dinheiro, comida e outras coisas era ocasião de interação entre as crianças da Barragem e adultos dos bairros. Tanto meninas quanto meninos pediam para si e para a família: *um trocadinho, biscoito, se sobrar uma moedinha, pra comprar as coisas lá pra casa ou comida*, enquanto brincavam, corriam e se divertiam desacompanhados de adultos – entre pares. Nenhum jovem e poucos adultos foram observados pedindo. Essas crianças não eram “de rua” ou “crianças em situação de rua”, pois circulavam em seus “pedaços”, ou seja, entre os espaços da moradia, escola, lazer e trabalho, situação distinta da vivenciada pelas “crianças de rua” que muitas vezes dormem nas ruas, não estudam e, portanto, são ainda mais vulneráveis.

O passeio em frente à drogaria onde clientes estacionavam os carros era um dos locais onde as crianças pediam dinheiro e produtos àqueles que entravam e saíam do estabelecimento. Outro local era do outro lado da Praça, em frente à padaria, cujo passeio era também configurado e usado dessa forma pelos moradores dos bairros. Era grande o risco de atropelamento das crianças, pois os automóveis tomavam conta dos espaços do passeio e faziam manobras, inclusive de ré.

Um terceiro local era o passeio em frente ao centro comercial, largo, sem carros e sempre cheio de pessoas. Além desses locais, as *crianças da Barragem* foram observados pedindo dinheiro no semáforo, comida nas casas dos bairros e flores em frente a uma floricultura na Rua Kepler, às vésperas do Dia das Mães.

Ao focar minha atenção no que essas crianças faziam com o dinheiro que conseguiam, pude observar que destinavam grande parte dos recursos adquiridos na compra de balas. Cabe destacar que, se por um lado pediam, vendiam figurinhas ou prestavam serviços em troca de algumas moedas, por outro, a solidariedade e a generosidade entre pares eram bastante presente. Quando adquiriam algo, seja bala, seja comida, biscoito, pipoca, algodão doce ou fruta, ofereciam aos amigos. A recorrência deste fato me chamou a atenção, especialmente quando foi dirigida a

mim. Para quem em outras situações pediam, passaram a oferecer, e esse fato mudou a forma como eu percebia esses tipos de interação e minha forma de lidar com a situação inicialmente constrangedora.

Cabe destacar a presença de um grupo que pedia nesses locais, formado por meninas de aproximadamente 9 a 13 anos. Essas meninas, tais como todos que pediam no local, eram obrigadas a interagir de forma a se adequarem à situação, ou seja, percebiam e identificavam espaços-tempos propícios e se ajustavam aos enquadramentos que geravam esses tipos de contato, nos quais vivenciavam essa posição de extrema subalternidade. Jogar com a imagem da própria vulnerabilidade se tornava, nesse contexto, artifício a ser ativado, como mais um exercício de explorar e conhecer a própria subalternidade. Esse fato se expressava tanto no modo como esse grupo de meninas se organizava para a situação quanto na maneira como se vestiam, muito distintos das cenas em que foram observadas brincando no parquinho.

Essas crianças percebiam que, como meninas, tinham maiores possibilidades de acesso nas interações e não permitiam que os meninos se juntassem a elas nas ocasiões de busca por recursos. Importante notar a ausência de jovens na atividade e que a presença pontual de adultos pedintes era quase sempre associada ao nascimento de uma criança na família. Na maioria das cenas em que isso ocorria, os adultos pediam fraldas em frente à drogaria e visibilizavam, desse modo, uma situação de extrema pobreza. Portanto, a presença de pedintes nesses locais variava de acordo com a faixa etária, gênero e condição socioeconômica, fator já bastante conhecido na literatura sobre crianças de rua. Mas não variava segundo o local de moradia, pois todos eram moradores do Morro do Papagaio e circulavam em seus “pedaços”.

Quando percebi a recorrência da presença dessas meninas em campo, tentei me aproximar e solicitar que participassem desta pesquisa. Uma delas me respondeu assim: – *Não tenho tempo*. A partir daí me posicionei mais de longe e foi possível observar que a presença desse grupo acontecia, principalmente, na condição de

pedintes e pouco em brincadeiras ou outras atividades de lazer; ou seja, poderia considerar que recorrer a essa posição extrema lhes consumia grande parte do tempo, como a menina indicou.

Entretanto, essas meninas se sentiam atraídas pela atividade de desenho que propus às crianças, acabaram participando bastante e solicitavam o material que lhes fornecia para a atividade. Em uma ocasião em que encontrei uma delas circulando pela Praça, a menina me abordou e disse: – *Deixa eu escrever?* Como eu propunha que desenhassem, mas dizia que também poderiam escrever, tentei entender melhor o que dizia e perguntei: – Como assim? A menina respondeu: *Você não é o moço que deixa a gente escrever?* (DIÁRIO de campo, 24 abr. 2011).

A demanda da menina me chamou a atenção por vários motivos. O primeiro por ter utilizado o termo “deixa”, e o outro por ter utilizado “escrever” no lugar de “desenhar”. E ainda por ter me identificado com a atividade que, com certeza, lhe atraía, mas, por outro lado, parecia que o fato de disponibilizar material de desenho, lhes pedir para desenhar a Barragem e emitir opinião sobre o local era algo que também lhe interessava, tanto que acabou por me caracterizar como pesquisador. Poderia especular que a menina demandava outros modos de participação na cidade, além do lugar de pedinte que ocupava em certas ocasiões e expressava sua atração e demanda por desenhar e escrever²⁸.

Em outra ocasião (DIÁRIO de campo, 25 maio 2011), ao circular ao redor da Barragem, percebi que alguns meninos brincavam com um monte de papéis perto do parquinho, mas não dei atenção a esse fato, pois achei que poderia ser algo

²⁸ Desenhar é fundamental para o ser humano – tão fundamental quanto caminhar e falar. Sempre que andamos ou falamos, gesticulamos com nosso corpo e, à medida que esses gestos deixam traços e pistas, no chão ou em outra superfície, linhas vão sendo ou são desenhadas. Ainda que a sociedade ocidental contemporânea atribua pouco valor ao desenho e aqueles que têm sido educados segundo esses valores fiquem felizes em admitir não somente que “não conseguem desenhar” (mesmo que possam e façam), mas também que não têm razão específica para o fazerem. Para todos, com exceção de praticantes de poucas disciplinas, incluindo arte, arquitetura, arqueologia, mas curiosamente não antropologia, desenhar é considerada uma prática deixada de lado na escola primária. É uma coisa infantilizada de se fazer. Com o escrever, claro que é diferente, desde que a inabilidade para a escrita – chamada de analfabetismo – é considerada um déficit que deve ser retificado a todo custo (INGOLD, 2011, p. 177, tradução nossa).

relacionado a alguma atividade escolar. Em seguida, encontrei uma menina sozinha em frente à drogaria, sentada na soleira, como em diversas outras situações observei as crianças que pediam. Aproximei-me e ao perguntar por que estava ali ela respondeu que um parente seu havia matado um integrante do grupo conhecido pela violência e pelo envolvimento com o tráfico de drogas.

Em seguida, dois homens chegaram e perceberam que o vidro do carro estacionado estava quebrado e que alguém havia roubado a bolsa cheia de documentos e cheques. Desesperaram-se, chamaram o segurança da drogaria e, nesse meio tempo, chegou um menino da Barragem (10 anos) que foi abordado pelos homens, que o pressionaram para que fosse com um deles tentar recuperar os documentos. Algumas pessoas aconselharam o homem a não ir, mas ele acabou indo com o menino e voltou com alguns dos documentos encontrados no parquinho onde eu havia visto as crianças.

A menina continuava ali, até que uma mulher passou e mandou-a voltar para casa. Disse que era a mãe dos meninos e seguiu na direção oposta da filha, que lhe obedeceu. Perguntei sobre a guerra que a menina havia mencionado envolvendo parentes, e a mulher respondeu que eles não estavam em guerra, mas, sim, os integrantes de outro grupo localizado *pra cima* de sua casa.

Destaque-se o esforço da população local para o combate às “concepções do senso comum, referentes à construção de uma representação negativa da favela e de seus moradores” (BERGO, 2005, p. 23), que “a mídia faz questão de ressaltar” [Fala de líder comunitário entrevistado pela pesquisadora Bergo (2005, p. 22)]. Segundo o entrevistado, a presença da droga não explicava o fenômeno da violência local, mas, sim, a existência de grupos rivais, não associados ao comércio de drogas. Em outras palavras, não tinha disputa de ponto de tráfico e não aconteciam casos dos traficantes dominarem certas regiões do Morro e “mandar fechar coisas” (BERGO, (2005, p. 22).

A cena da presença dessa menina no local é muito semelhante à de diversas outras cenas que as *crianças da Barragem* e outros do Morro vivenciavam e me contavam. Os termos “tiros”, “mortes”, “guerra” eram muito presentes em suas falas e em cenas que serão descritas a seguir. O fato de estarem muitas vezes nesses espaços (pedindo ou não) era uma resposta a essa condição e nem sempre uma alternativa que escolhiam.

Se por um lado essas crianças experimentavam a violência urbana, interclasses e intergeracional, tinham, por outro, a oportunidade de brincar entre pares, e só essas crianças desfrutavam autonomia para circular pelos espaços e, ainda, adquirir as coisas que escolhiam de modo independente.

Importante destacar que a atividade de brincar não atenuava a extrema crueldade da situação que essas crianças viviam, pois pedir aos “ricos” era a alternativa que encontravam, uma posição de absurda subalternidade que, como crianças “faveladas”, encontravam em nossa sociedade. Esperavam as sobras e, brincando, descobriam o próprio lugar no mundo. Aprendiam, assim, o que era ser “pobre” e qual a posição que ocupavam nas relações de desigualdade crônica que o País vive e que, no extremo, se torna visível em situações em que crianças desde muito pequenas são impelidas a enfrentar: uma situação de violência extremamente dura, mais que ainda assim não as impede brincar, como toda criança faz, mas que **brincando descobrem o que é ser “pobre” no Brasil.**

Os espaços públicos nos arredores da Barragem Santa Lúcia eram locais de exercício da desigualdade violenta e crônica – onde essas crianças aprendiam a exercitar e a viver com recursos muito diferentes de outras e experimentar modos de vida extremamente desiguais. Essas cenas dão visibilidade ao fato de que as crianças são algumas das principais vítimas das relações desiguais de poder nas sociedades ocidentais contemporâneas, onde o mais velho imprime decisões que afetam os modos vida dos mais jovens e que tais relações têm reflexos na produção dos espaços.

Sarmiento (1973 *apud* SARMENTO; VASCONCELOS, 2007, p. 27) aponta três dimensões da invisibilidade da criança na sociedade ocidental: histórica, científica e cívica. Ao tratar da imagem social da infância, afirma que é invisível no passado, pois se verificou, desde os estudos de Áries (1981 [1973]), a “ausência da consciência da ideia de infância durante a maior parte da História”. Em termos científicos, a invisibilidade diz respeito às teorias que consideram a infância como uma *etapa de vida* e a criança, portanto, como um *vir a ser* apenas no futuro, e as teorias oriundas das ciências sociais, ao considerarem as crianças como objetos ou destinatários de processos de socialização, que ao longo do tempo são induzidas à reprodução social. Ao tratar da questão da invisibilidade cívica da infância, o autor analisa o afastamento do mundo da infância do mundo dos adultos, próprio da sociedade ocidental a partir da modernidade. Como consequência, ocorre o “confinamento da infância a um espaço social condicionado e controlado pelos adultos” (especialmente a escola e a residência) e o entendimento de que as crianças estão “naturalmente privadas do exercício de direitos políticos”, o que não se restringe ao poder de voto, mas, sim, da “sua ausência forçada da cena política [...] invisibilizadas enquanto atores políticos concretos” (SARMENTO, 2007, p. 37).

A invisibilidade tem uma extensão correspondente na ausência de consideração dos impactos das decisões políticas sobre as diferentes gerações, especialmente a infantil (SARMENTO, 2007, p. 38).

A invisibilidade é, no caso, homóloga da exclusão: as crianças são o grupo geracional mais afetado pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pelas carências das políticas públicas (e.g. Annan, 2001; UNICEF, 2005 *apud* Sarmiento, 2007, p. 38).

As ocasiões de formação e de aprendizagem para a cidadania vividas pelas crianças da Barragem eram, portanto, duras e violentas. Organizavam-se em grupos de pares para desenvolver modos próprios de viver a infância, continuar na vida e/ou escapar da morte. Nessa circulação extremamente difícil, mesmo assim essas crianças encontravam seus caminhos, adquiriam habilidades e teciam suas histórias, como diria Ingold (2000).

No espaço “das” crianças: o parquinho e quadra

De um lado, a modernidade tem conceituado o brincar como uma ‘atividade biologicamente herdada’²⁹ que é espontânea, prazerosa e livre. Valoriza a experiência subjetiva do brincar como um atributo do *self* autônomo e individual. Do outro lado, as sociedades modernas começaram a racionalizar e a moldar externamente a brincadeira das crianças para atingir objetivos sociais, educacionais e políticos. (KOZLOVSKI, 2008, p. 171 – tradução grifo nossos).

O parquinho e a quadra pequena eram espaços dos quais, notadamente, as crianças do Morro se apropriavam. Foram instalados no local alguns brinquedos de madeira e alguns de alvenaria. Além disso, o espaço ao redor recebeu cobertura gramada e algumas árvores. Localizava-se bem próximo a uma das entradas do Morro, próximo à polícia e após a divisão física – os alambrados das quadras – que, se inicialmente possuía apenas entrada na direção do Morro, os usuários criaram passagens alternativas, abrindo a tela, para facilitar o acesso de quem vem do lado dos bairros³⁰. Segundo Baptista (2000 p. 118), o *playground* foi instalado nesse local para que, principalmente, as crianças moradoras do Morro se apropriassem:

Outra decisão definidora do caráter popular da proposta foi a implantação do *playground*. A escolha do lugar, próximo ao campo de futebol, buscava atender principalmente às crianças do aglomerado, possibilitando, ainda, a troca: *os equipamentos seriam do ‘lado de lá’, pois quem precisa é quem não tem. É bom que a classe média conviva com outra realidade que não seja a dela.* A quadra poliesportiva procurava criar alternativas de lazer para as meninas, cujo acesso ao futebol ainda é restrito (grifos da autora, referentes à fala das arquitetas que participaram da concepção do Parque).

Tal afirmação revela o papel mediador atribuído às crianças nas relações entre classes sociais distintas, no processo de concepção do projeto. A localização escolhida para a implantação dos brinquedos é expressão desta percepção: entre “os de cá e os de lá” e ao lado do Batalhão da Polícia Militar. Além disso, na observação no campo percebi ainda que esse espaço era bem próximo do local conhecido pelo tráfico de drogas e pela violência e que as crianças criavam seus modos de lidar com esta situação, estabeleciam bom relacionamento com os policiais (*são gente fina*) e

²⁹ *Biologically inherited drive*, no original.

³⁰ Usadas somente pelos moradores do Morro que vinham dessa direção.

circulavam pelos espaços com bastante autonomia, inclusive pelo Batalhão de Polícia, onde bebiam água.

De acordo com as arquitetas, se por um lado “é bom que a classe média conviva com outra realidade que não seja a dela”, os brinquedos foram destinados às crianças moradoras do Morro, aquelas que “precisam”. Ou seja, não foram pensados e instalados em local com o objetivo de fomentar os usos dos distintos grupos sociais, mas, sim, apenas pelos que “não têm”, numa escolha baseada no princípio compensatório. A proposta para a quadra “poliesportiva” aplicou o mesmo princípio compensatório relativo aos usos dos espaços por gêneros distintos, ao propor o atendimento da necessidade das meninas.

O papel de mediação que as crianças e os espaços a elas associados (como é a escola) desempenhavam nas relações entre grupos sociais distintos foi verificado em pesquisa realizada com crianças em Porto Alegre. Tendo de enfrentar a fronteira do medo e se deslocar por locais associados à violência e ao tráfico de drogas para pesquisar distintas regiões da cidade, Müller (2007, p. 31) inicialmente só circulava acompanhada de moradores, e, mesmo quando já se sentia segura, os próprios moradores aconselhavam-na para “fazer sempre pelas ruas das escolas, e nos horários de entrada ou saída dos alunos”. Ou seja, os caminhos para a escola e com as crianças eram os mais seguros.

Ao investigar os usos que se faziam do parquinho no período inicial da pesquisa de campo, foi possível observar que, apesar de ser muito usado pelas crianças moradoras do Morro, tal espaço era o mais mal conservado e sujo do parque. Lá havia lixo e até mesmo galinhas, além do mato alto – os garis da prefeitura não capinavam o local. Os brinquedos de madeira estavam quebrados e os de alvenaria, pixados (FIG. 56). Na segunda fase da observação de campo, percebi que haviam pintado os brinquedos de alvenaria. Um menino da Barragem contou que *uns homens e umas mulheres deram a tinta* e que ajudou a pintar o *escorregador e o caracol*.



Figura 56 – O parquinho. Fotos do autor.

Apesar do descaso e do estado precário do espaço, apresentava vitalidade e era utilizado, especialmente pelos meninos, para soltar papagaios, jogar bola, fazer acrobacias, jogar capoeira e brincar nos restos dos brinquedos existentes, dentre outros jogos e brincadeiras. A quadra pequena era um dos principais locais de encontro das crianças e das crianças com jovens e adultos. Na maioria das vezes que

observei, era notável a presença, principalmente, dos meninos, em atividades relacionadas ao jogo de futebol: na quadra, nos gramados e pisos ao redor, como já descrito nesta tese. As atividades eram, na sua maioria, espontâneas, com exceção de uma aula organizada de tênis que acontecia na quadra pelas manhãs, frequentada pelas crianças do Morro (FIG. 57).

Nesse local concebido e vivido quase que exclusivamente pelas meninas e meninos do Morro, crianças dos bairros foram observadas apenas em situações bastante pontuais e específicas: um mesmo menino, mais de uma vez, jogando bola sob a supervisão de um homem adulto, muito provavelmente o pai dele; e uma menina moradora de um edifício em frente brincava entre pares sob a supervisão distante da mãe, que a observava através da janela de um dos apartamentos:

Num jogo de queimada no gramado perto do parquinho, entre o batalhão, a favela e os 'prédios', em que participam muitos meninos e meninas, uma mulher grita da janela de seu apartamento no quarto andar. Chama uma menina. A menina se aproxima do prédio, e a mulher fala pra ela subir. Um menino negro pergunta se ela pode ir lá pra casa dele. Ela pergunta à mãe que responde algo que não consigo escutar. A menina diz algo ao menino e sobe (DIÁRIO de campo, 22 ago. 2009).

Paradoxalmente, além dos jogos e brincadeiras presentes, esse local se constituía um "posto avançado" da fronteira, pois durante a observação tomei contato com a violência, o medo e me expus ao risco. Apresento, a seguir, três cenas em que observei, conheci e experimentei o conflito presente no local:

Encontro um menino de 8 anos tentando brincar com o arco e flecha que havia construído de bambu e procurava um 'pauzinho' para servir de flecha. Em seguida, começa a fazer diversas acrobacias, parecidas com capoeira, na grama. Procura um morrinho para fazer certos saltos e procura, em seguida, qual será a próxima brincadeira. Vamos andando e nos sentamos num dos bancos do parquinho... Conta que um rapaz havia quebrado o pescoço jogando futebol e que devia ter morrido. Os bombeiros o socorreram, mas achava que tinha morrido. Ao retomar o caso posteriormente, acrescenta que o homem havia quebrado o pescoço e que um bandido cortou o pescoço dele.

– Você o conhece?

Diz que sim, sabe quem o matou e onde tem armas pesadas.

– *Sei onde tem as armas da polícia. Tem muita arma lá.*

Diz que é forte, pois faz flexões todos os dias e faz demonstrações. Conta, ainda, que mora próximo, num dos locais da Vila da Barragem Santa Lúcia conhecido pela violência, e que os meninos dali estão em **guerra** com os moradores de outra rua do Morro, também conhecida assim.

– Por que estão em guerra?

– *Nasceram na guerra. Quando eram pequenos, brigaram e quando cresceram compraram armas e virou guerra* (DIÁRIO de campo, 10 jul. 2010, sábado à tarde).

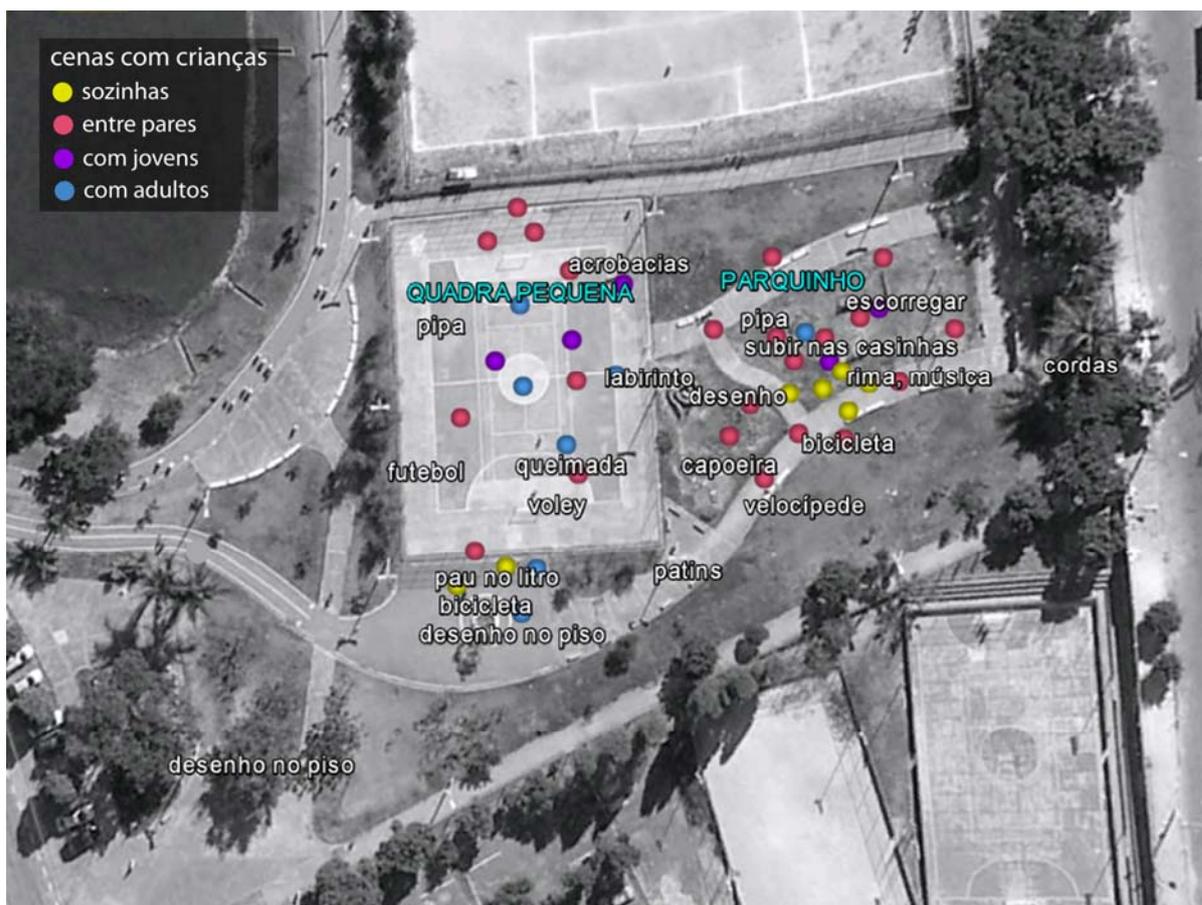


Figura 57 – Cenas com crianças, acompanhantes, brincadeiras e jogos na quadra e parque. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de João Paulo Fontoura de Souza, através do programa *Google Earth*, acesso em 20 de maio de 2011.

O menino buscava chamar minha atenção de toda forma, fazendo acrobacias, dizendo que era forte e falando de violência, pois percebia que esse tema gerava reação e medo em mim. Ou seja, o menino demonstrava saber que o medo era um dos sentimentos que permeavam o contato entre os moradores do Morro e dos bairros e tirava partido dessa percepção. Mais uma vez, nessa fala, a origem da guerra foi associada à infância, o que indicou a situação que vivia. Muito novo e pequeno para a sua idade, estava aprendendo, nesse contexto, a se tornar forte e a sobreviver. Não foi agressivo comigo, mas seu discurso foi diversas vezes permeado pelo tema da guerra, morte, tiros e balas, o que acontecia com algumas outras crianças do local.

Descrevo, a seguir, outra cena:

Decido caminhar e sento na arquibancada um pouco. Dali vejo moça e menina no pula-pula de borracha no parquinho. Vou, então, em direção ao parquinho, mas decido ir pela escadaria que cai em frente a ele, local onde se reúnem diversas pessoas em vários momentos. Ao chegar lá, observo que as crianças haviam trançado um fio preto no guarda-corpo da escadaria e brincavam de 'teia de aranha'. Passavam agachados por debaixo dos fios. Não resisto e tiro minha máquina do bolso e começo a fotografar. Eles pedem, então, para ver e para fotografar. Isso dura alguns minutos, até que uma moça passa de pé pelos fios, arrebatando-os.

Decido, então, descer e ver de perto o que ocorria no parquinho. Quando desço, sou abordado por dois jovens e um deles me pergunta:

– *O que mais tem aí?* (ameaçando com gesto que sugeria que carregava uma arma por debaixo de sua roupa).

– Nada – digo, entregando minha máquina fotográfica. Eles correm e não vejo o rosto deles. Eles sobem e não os vejo mais. Volto para a direção das crianças que me rodeiam perguntando sobre o ocorrido. Pergunto se conheciam os rapazes. Ninguém os reconheceu, nem mesmo as mulheres que acompanhavam as crianças. Disseram que era perigoso ali (DIÁRIO de campo, 8 maio 2010, sábado, começo da noite).

Em dezembro de 2010 participei de seminário *Métodos Visuais e Ciências Sociais*, realizado na cidade do Porto, Portugal. Nesse evento, a apresentação da antropóloga Paula Matos Santos discutiu as relações entre o trabalho do antropólogo e o registro visual por meio da experiência de ensinar para seus alunos as dificuldades de

combinar ciência com arte. Ao propor um trabalho de registro fotográfico para os alunos, chama a atenção para alguns pontos: o registro pode alterar os comportamentos; a negociação sobre a presença da câmera para além da negociação da presença do antropólogo; a necessidade de construir relacionamentos e de obter o direito de registrar; e a possibilidade de análise da antropologia como “invasão”.

Com base nessas questões, passo a compreender melhor o que pode ter ocorrido nessa cena. Se por um lado fui agredido, posso ter agredido também com minha máquina fotográfica, pois não havia solicitado permissão para fotografar naquele momento, apesar de ter tido permissão anteriormente de algumas das crianças. Não estar em ambiente em que todos me conheciam e além de tudo não pertencer àquele lugar e estar ali num horário de lazer, fotografando crianças. Em outras palavras, minha agressão pode ter gerado a agressão por parte dos jovens que me assaltaram.

Outra cena:

Sábado, 16 horas, próximo ao parquinho. Um menino (de aproximadamente 13 anos) está rodeado de policiais, acompanhado da prima (de aproximadamente 13 anos). Foi pego roubando uma bolsa que estava no carro de um rapaz que estava presente na cena. Aguardavam alguém responsável para acompanhá-los até a delegacia. A prima disse que já era ‘a vigésima vez’ que o menino estava sendo preso e que ‘não tinha mais jeito, não. Só internado ou a morte’. Esperam mais um pouco e colocam o menino aos prantos dentro do carro e seguem com ele para a delegacia. (DIÁRIO de campo, 24 jul. 2010, sábado à tarde).

Ao observar essas cenas – além de outras tantas – e a fala das crianças do Morro sobre tiros, balas, mortes e guerra, foi possível considerar que as crianças do Morro (mas não apenas elas) **vivem na fronteira de uma guerra com crianças**, em que assumem papéis distintos, tanto de algozes quanto de vítimas. Para além de uma visão romantizada, em que as crianças brincavam e faziam amigos, em contextos específicos, tornavam-se agentes da violência.

A ocorrência da violência no parque infantil e, de forma geral, nos parques é paradoxal e não acontece somente nesse local, pois foi observada também no Parque JK e, como visto, é tema tratado por Jacobs (2000[1961]) em suas pesquisas sobre cidades americanas. Na Praça Jerimum, onde, de modo geral, os moradores pertenciam ao mesmo grupo socioeconômico, isso não acontecia.

Essa guerra, como dito, era constituída de diversas vertentes, e as crianças, tanto dos bairros quanto do Morro, eram as suas maiores vítimas, mesmo quando assumiam o papel de algozes. A vertente descrita acima é parte de um “estado de violência” em que todos que vivem em Belo Horizonte participam, pois basta sair nas ruas para percebê-la, mas para isso é preciso “desnaturalizar” os diversos sentidos que a violência assume na cidade e que são muito visíveis.

Ao retomar a discussão sobre a desigualdade e a pobreza vividas pelos moradores do Morro, pois geravam situações de extrema miséria, falta de perspectivas e de revolta, a guerra poderia se constituir uma das únicas saídas para a sobrevivência. A universalização do Ensino Fundamental (desde a década de 1990) e o avanço socioeconômico que o País vive (nesta década) parecem que ainda não atingiram ou pouco alteraram as reais condições de vida dessas pessoas.

Ao considerar o problema crônico da desigualdade no Brasil, Martins (1997) afirma que a questão não deve ser tratada como processos de “exclusão”, pois os pobres são incluídos, mesmo que em posição de injusta subalternidade, no sistema capitalista vigente. Para o autor, ocorre atualmente um novo fenômeno, que denomina de “nova desigualdade”.

É preciso não esquecer que o dimensionamento econômico do mundo moderno, à escala da economia e do lucro, tende a reduzir os problemas sociais à sua dimensão econômica. O capitalismo dos dias de hoje tem soluções econômicas para os problemas sociais que tornam dispensável transformar estes problemas em questões políticas e históricas (MARTINS, 1997, p. 105).

No contexto de países “desenvolvidos”, o fenômeno da pobreza tem se agravado e tem suas especificidades, mas ainda assim é possível encontrar elementos comuns. Wacquant (2006, p. 27), ao estabelecer análises comparativas sobre a territorialização da pobreza em distintos contextos urbanos norte-americanos e europeus nas últimas três décadas, revela propriedades espaciais do fenômeno que denomina de “‘marginalidade avançada’ e suas implicações quanto à formação do ‘precariado’ nas sociedades pós-industriais”.

A marginalidade avançada difere das anteriores formas de pobreza urbana pelo facto de a estigmatização territorial que a atinge se desenvolver num contexto de decomposição de classe (Azémas 1992, Dudley 1994) mais do que consolidação de classe, sob a pressão de uma dupla tendência para a precarização e desproletarização mais do que unificação e para a homogeneização proletária nas regiões inferiores do espaço social e urbano (Kronauer *et al.* 1993, Wilson 1996) (WACQUANT, 2006, p. 33-34).

Enfim, é possível considerar que os dados produzidos para esta pesquisa reforçam a necessidade de intervenções no Morro do Papagaio para além das econômicas, já apontadas por Bergo (2005, p. 69):

[...] sem negar que a baixa renda é um dos fatores mais determinantes das situações de pobreza, pode-se afirmar que ‘ser pobre’ significa ter acesso precário às redes básicas de serviços e mesmo ter cerceados alguns de seus direitos civis (aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei), direitos políticos (poder votar e ser votado, organizar-se em partidos políticos) e direitos sociais (educação, saúde, habitação, alimentação, cultura, lazer, informação, trabalho, entre outros). Sendo assim, fica claro que nenhuma política que atue exclusivamente sobre aspectos econômicos será suficiente para a superação das condições de desigualdade e exclusão social. A tais políticas, faz-se necessário atrelar outras ações de ordem social.

Com base no conjunto de cenas observadas, pode-se considerar, ainda, que se por um lado jogo e guerra se opunham, por outro se aproximavam, e nesse sentido foi possível retomar a discussão sobre uma “cultura” masculina associada à violência, pois, no contexto investigado, jovens rapazes, para demonstrarem força e poder, alternavam entre o jogo e a guerra, formavam grupos que disputavam espaços, dinheiro e mulheres. Huizinga (2004 [1938], p. 107) afirma, ao analisar as relações

entre jogo e guerra, que os verdadeiros motivos que originam as guerras não se relacionam apenas aos interesses materiais e de ânsia pelo poder:

Quando está em jogo o reconhecimento da honra pessoal, pouco importa que esta seja fundada no direito, na verdade ou em qualquer outro princípio ético. O que está em jogo é simplesmente a apreciação social enquanto tal.

Nessa direção de análise, esses rapazes associados ao tráfico de drogas e à violência no local chamavam a atenção para si e para a situação indigna que viviam, tal como o menino da Barragem. E ainda, desse modo, afirmavam a masculinidade e a recusa a uma posição de subalternidade adiante da “oficialidade” da violência de que eram vítimas.

Por outro lado, ao retomar a discussão urbanística sobre os “espaços especializados”, importante destacar que em uma das oportunidades em que recolhia desenhos, perguntei às crianças do Santa Lúcia “como a Barragem poderia ser”. Como resposta, muitas delas se referiram às possíveis intervenções e ampliações no parquinho e outras desenharam brinquedos para parques infantis, tanto *crianças da Barragem* quanto do Morro e as não moradoras do local³¹. Interessante observar, ainda, a presença do mesmo local da cidade tanto no desenho do menino da Barragem, que morava “na guerra”, quanto na foto que o menino das “torres” do São Bento tirou: o Parque Guanabara, um dos mais tradicionais parques de diversões da cidade. Além desse menino, os outros quatro meninos que fotografaram para esta pesquisa e devolveram as máquinas, fotografaram parques infantis. E, ainda, o Parque Municipal, espaço historicamente relacionado às crianças da cidade e que possui diversos brinquedos foi mencionado por diversas crianças do Morro como um dos locais prediletos para comemorarem aniversário.

Ao analisar esse conjunto de dados produzidos de fontes, metodologias e sujeitos distintos, nesta pesquisa, considero que a discussão sobre a contradição que envolve a criação de um parque infantil ou de seu papel na vida das crianças urbanas estaria

³¹ Como dito, não houve modo de tratar adequadamente essas imagens, por isso foram utilizadas apenas como pontos de apoio, sem que fosse dado tratamento sistemático adequado ao uso delas.

circunscrita ao mundo adulto, especialmente localizado nos países do hemisfério norte, onde a questão material e o acesso a bens culturais e de lazer já teriam sido universalizados, muito distinto da realidade brasileira e da visão das crianças do Santa Lúcia. Para além dessa discussão, é inegável o papel dos parques infantis na materialização de uma cultura moderna relacionada à infância e que só recentemente passa a ser considerado objeto de estudos.

Retomando o exercício da espacialização como fio condutor desta tese, apresento a seguir o mapa conflito e jogo nos arredores da Barragem Santa Lúcia (FIG. 58).

As cenas de **conflito** tem distintas dimensões. Numa primeira camada, a dimensão da desigualdade socioeconômica. Nessa dimensão, a fronteira é nítida: a leste da Barragem, o tecido urbano do Morro do Papagaio, denso e maleável, onde poucos espaços livres são observados entre ruas e becos estreitos. A renda da maioria de responsáveis por moradia é de até dois salários mínimos. A oeste, os bairros Santa Lúcia, São Bento e Vila Paris desenhados sob uma geometria ortogonal na parte mais plana e que se adapta à topografia à medida que a declividade se acentua. Nesses locais, muitas residências unifamiliares com telhado cerâmico e piscinas em ruas largas, arborizadas e onde a renda de grande parte dos responsáveis é a partir de 26 salários mínimos e vai até 67,3 salários. É possível observar diversos espaços livres, com destaque, a noroeste, para o Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, pelas suas dimensões. Esse conflito é, portanto, uma disputa pelo espaço na cidade em que grupos socioeconômicos distintos são os atores do confronto. Segregação, isolamento e constrangimento são algumas das suas manifestações observadas nas diversas cenas representadas neste mapa.

Outra dimensão do conflito é representado, neste mapa, pelas cenas de violência urbana, ou seja, cenas de assaltos ou cenas em que as conversas com os usuários dos espaços giravam em torno desse tema. Os atores nessas cenas eram os pedestres.

A dimensão da segurança pública em que os atores eram os policiais em cenas observadas de prisão, abordagem, repressão, intimidação, etc.; a dimensão da violência do trânsito; a guerra entre pares, especialmente jovens moradores do Morro do Papagaio; e as cenas de conflito, estranhamento, constrangimento, agressão e assalto em que eu era um dos atores.

As cenas de **jogo** referem-se, principalmente, às brincadeiras das crianças observadas no local. Cabe destacar que na maioria das cenas observadas as crianças do Morro eram as mais presentes, as dos bairros eram quase invisíveis e sua presença era pontual, como já descrito. Portanto, nesse mapa, a maioria das brincadeiras foi praticada pelas crianças do Morro.

Ao elaborar este mapa, meu objetivo foi tentar representar graficamente os usos dos espaços da Barragem Santa Lúcia, que – como apresentado pelo conjunto de dados produzidos e descritos nesta tese – eram ambíguos, simultaneamente lúdicos e conflitantes. Esclareço, ainda, que a inspiração para realizá-lo e apresentá-lo neste ponto da tese partiu de Soja (1993 [1989], p. 7) e suas reflexões sobre tempo-espaço, história-geografia:

Combinar um Prefácio com um Pós-escrito parece um modo particularmente apropriado de introduzir (e concluir) uma coletânea de ensaios sobre as geografias pós-modernas. Aponta, logo de início, para uma intenção de alterar as modalidades familiares do tempo, de sacudir o fluxo normal do texto linear, para permitir que outras conexões, mais 'laterais', sejam estabelecidas. A disciplina imprimida a uma narrativa que se desdobra sequencialmente predispõe o leitor a pensar em termos históricos, dificultando a visão do texto como um mapa, uma geografia de relações e sentidos simultâneos que se vinculam por uma lógica espacial, e não temporal.

Manchas e linhas: a espacialização dos usos e circulação de crianças nos arredores da Barragem Santa Lúcia

Os mapas apresentados a seguir resultam da espacialização das 266 cenas com crianças observadas na primeira fase no campo, anotadas em diário, organizadas em planilhas e lançadas no programa *ArcGis* sobre foto de satélite extraída do *Google Earth*. Apesar de estarem localizados neste ponto desta escrita, foram usados e elaborados simultaneamente à escrita textual, à elaboração das análises e à leitura dos textos dos autores tomados como referência.

É possível observar nas FIG. 59-68 que a presença de crianças na Barragem Santa Lúcia se relacionava com a pertença a determinado grupo social. Os mapas apresentados diferem pelos filtros aplicados às planilhas que geraram o geoprocessamento e variaram de acordo com o local de moradia, gênero e faixa etária. Com base no geoprocessamento das cenas utilizei o *Kernel* – comando do programa *ArcGis* que analisa os dados e representa, por meio de manchas, as densidades de determinados fenômenos. Em seguida, editei a palheta de cores para que o nível mínimo de densidade ficasse ainda visível. Como resultado, observam-se manchas que variam entre o vermelho e o azul, dependendo da quantidade de cenas observadas, neste caso, as cenas *com* crianças. Quanto menor o número de cenas observadas mais vermelho, quanto maior o número, mais azul fica a mancha. Em outras palavras as manchas nestes mapas representam graficamente os espaços nos arredores da Barragem Santa Lúcia que as crianças usavam com mais recorrência. Portanto, o termo “mancha”, aqui, possui significado distinto do uso que faz Magnani³². Por outro lado, o conjunto de manchas representa o “pedaço” das *crianças da Barragem*, como diria este autor.

³² **Pedaços:** lugares onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla do que a fundada nos laços familiares, porém mais significativa do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade; **Manchas:** são áreas contíguas do espaço urbano, dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam uma atividade ou prática predominante. **Trajetos:** considerados pelo autor como fluxos no espaço abrangente – é a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro que impõem a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas; **Circuitos:** unem espaços e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de determinado serviço, porém não contíguas na paisagem urbana. (MAGNANI, 1984, 2000, 2002, 2005).



Densidade de cenas com crianças moradoras do morro:



Baixa

Alta

Figura 59 - Densidade de cenas com crianças moradoras do Morro. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.



Densidade de cenas com todas as crianças dos bairros:



Baixa

Alta

Figura 60 - Densidade de cenas com crianças moradoras dos Bairros. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.

Na primeira análise comparativa do local de moradia (FIG. 59-60), foi possível concluir que a presença das crianças dos bairros nos espaços públicos dos arredores da Barragem Santa Lúcia era bem distinta da presença das crianças do Morro. Ao considerar que os tempos livres desses grupos pouco diferem, pois a permanência nos espaços escolares e os horários de entrada e saída das escolas são muito parecidos, percebi que os tempos de circulação e as oportunidades possíveis de usarem os espaços públicos coincidem. Além de um primeiro turno em escolas, tanto as crianças dos bairros quanto as do Morro participavam de atividades complementares no segundo turno, apesar de frequentarem espaços distintos. Enquanto as crianças do Morro permaneciam nas escolas em tempo integral ou participavam, no segundo turno, de programas ofertados por instituições religiosas, não governamentais e de assistência social, as dos bairros frequentavam escolas privadas de línguas, de dança, de futebol, academias ou clubes.

A presença de crianças na Barragem Santa Lúcia se distinguia de maneira clara e recorrente. Enquanto as crianças dos bairros foram observadas em ocasiões espaciotemporais específicas e invariavelmente acompanhadas por adultos, algumas moradoras do Morro foram observadas acompanhadas de adultos, principalmente nos finais de semana, outras foram observadas cotidianamente nos espaços, invariavelmente entre pares e desacompanhadas de jovens e adultos – as crianças da Barragem. É importante observar que a distinção entre crianças do Morro e da Barragem só foi observada na segunda fase da observação de campo, com base nas atividades com o desenho e que, portanto, as crianças do Morro nas legendas que aparecem nos mapas se referem a ambos os grupos.

É possível considerar, então, que, apesar de vivenciarem de maneira muito semelhante a organização de seus tempos (visto que são definidos principalmente pelos tempos escolares) e da coabitação na região do Santa Lúcia, as crianças dos distintos grupos sociais pouco cruzam umas com as outras e, portanto, pouco se conhecem. Em outras palavras, como sujeitos de um único grupo geracional, mas que não participavam do mesmo grupo social, as crianças do Santa Lúcia experimentavam uma segregação do tipo intrageracional e interclasses.



Densidade de cenas com meninas moradoras do morro:



Figura 61 – Densidade de cenas com meninas moradoras do Morro. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.



Densidade de cenas com meninos moradores do morro:



Baixa

Alta

Figura 62 – Densidade de cenas com meninos moradores do Morro. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.

Se comparadas as densidade de cenas com meninos e meninas do Morro por meio dos mapas (FIG. 61 e 62), observa-se que as distinções são pouco visíveis e ocorriam principalmente, no espaço da quadra/parquinho e em frente à padaria. No caso da quadra/parquinho, esse fato se deve, principalmente, aos usos da quadra para a prática do futebol, visivelmente associados aos meninos. No caso do espaço em frente à padaria, as meninas foram observadas com maior intensidade, em atividades de busca pelo recurso ao pedir dinheiro e comida aos adultos que estacionavam nos passeios e compravam.



Densidade de cenas com crianças pequenas dos bairros:



Figura 63 – Densidade de cenas com crianças pequenas dos bairros. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.



Densidade de cenas com crianças maiores dos bairros:



Figura 64 – Densidade de cenas com crianças maiores dos bairros. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.

Como visto, a presença de meninos e meninas moradores dos bairros foi observada pontualmente, em tempos específicos e invariavelmente em companhia de adultos ou idosos. Ao comparar a presença dessas crianças segundo a faixa etária, observamos crianças maiores no Clube de Trocas e as pequenas pelas manhãs entre o coco e a "biquinha" (FIG. 63 e 64). Nesses horários, as crianças maiores dos bairros foram observadas nas escolas de idiomas e na academia, em aulas de natação.

No Clube de Trocas, os meninos eram mais presentes, visto o apelo do jogo a esse grupo e a atração que lhes causava. Nos finais de tarde, mas especialmente aos sábados pela manhã, iam até a "pracinha" de carro com os pais, se encontravam e interagiam com desconhecidos em situações já descritas.



Densidade de cenas com todas as crianças:



Figura 65 – Densidade de cenas com todas as crianças. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.

Ao estabelecer recorte em todas as cenas com crianças na Barragem Santa Lúcia, obtive o mapa acima (FIG. 65). É possível constatar a forte presença de crianças nas diversas cenas observadas. Em alguns desses locais, essa presença era ainda mais evidente e visível: no Clube da Troca da "pracinha", entre o coco e a "biquinha", nos arredores da quadra pequena e do parquinho e em frente à drogaria, à farmácia e ao centro comercial.



Figura 66 - Fluxos de circulação das crianças do Morro nos arredores da Barragem Santa Lúcia.
Mapa realizado pelo autor com a colaboração de João Paulo Fontoura de Souza, através do programa *Google Earth*, acesso em 22 de outubro de 2011.



Figura 67 - Fluxos de circulação das crianças do Morro pela Barragem Santa Lúcia.
 Mapa realizado pelo autor com a colaboração de João Paulo Fontoura de Souza, através do programa *Google Earth*, acesso em 22 de outubro de 2011.

Os mapas de fluxos do movimento das crianças do Morro foram realizados mediante a marcação das diversas cenas em que cada uma dessas crianças foi observada. Esse exercício de mapeamento revelou, portanto, os locais nos arredores frequentados por essas crianças e os caminhos que faziam entre um espaço e outro, principalmente a pé e de bicicleta. Como dito, o recorte espacial adotado assumiu a Barragem Santa Lúcia como centro e as diversas escolas, como os limites da observação realizada para esta pesquisa. O primeiro mapa, numa escala mais ampla, demonstra a circulação das crianças por toda a região pesquisada (FIG. 67) e o segundo estabelece um *zoom* nos arredores da Barragem Santa Lúcia (FIG. 68). Ressalte-se que a moradia dessas crianças, todas localizadas na Vila da Barragem Santa Lúcia, não foram representadas nestes mapas, para não identificá-las.

Ao representar a circulação das crianças pelos espaços como linhas, representei – inspirado em Ingold (2011) – o movimento que realizavam ao longo do tempo e o entrelaçado de suas jornadas de vida. Ao se referir ao emaranhado tecido pelas linhas de movimento das pessoas, animais, plantas e coisas, Ingold (2011) contesta a ideia de ligação entre pontos que o conceito moderno de transporte urbano adota e, portanto, questiona a metáfora das redes (*networks*) que essas linhas formariam. Nesse sentido, prefere e toma emprestado o termo *meshwork*, de Lefebvre (1991 [1974], p. 117-118):

Existe algo em comum, observa Lefebvre, entre o modo como as palavras são inscritas sobre uma página escrita e o modo como os movimentos e ritmos da atividade humana e não-humana são registrados no espaço vivido, mas somente se pensarmos na escrita não como uma composição verbal, mas como um tecido de linhas – não como um *texto*, mas como *textura*. 'Atividade prática escreve na natureza', ele comenta, 'numa mão que rabisca'. Pensa nas trilhas reticulares deixadas pelas pessoas e animais na medida em que caminham por seus negócios em torno da casa, povoado e cidade. Apanhados nestes múltiplos emaranhados, cada monumento ou edifício, visto em seu contexto e entorno, é mais 'archi-textural' do que arquitetural (INGOLD, 2011, p. 84, tradução nossa).



Figura 68 - Presença e circulação das crianças na Barragem Santa Lúcia. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas e João Paulo Fontoura de Souza.

Ao sobrepor as linhas de circulação das crianças nos arredores da Barragem Santa Lúcia aos dados sobre a densidade de *cenar com crianças*, represento – a título de síntese da observação da presença e da circulação das crianças nos arredores da Barragem Santa Lúcia – o mapa etno-gráfico acima (FIG. 69). Essas imagens “dizem por si”, e com base nesse mapeamento é possível iniciar outra conversa com os sujeitos e atores envolvidos nesta pesquisa – por exemplo, com usuários, comerciantes, diretores e educadores das escolas e de projetos locais, agentes de ONGs, associações do Morro e dos bairros, policiais e planejadores urbanos, dentre outros.

Esses *mapas etno-gráficos* são apenas algumas das possibilidades de aplicação de filtros às planilhas e seus resultados na representação gráfica em termos de densidade de *cenar com crianças*. Demonstram o potencial da ferramenta do geoprocessoamento, associada à interface com programas do tipo *Google Earth* (que disponibiliza uma imagem fotográfica de fundo e, portanto, facilita o reconhecimento do local) em uma “etno-grafia”. Outras possibilidades de cruzamento de dados e análise poderiam ser experimentadas a partir desse processo, tais como acrescentar dados demográficos, dados qualitativos associados aos pontos que representam os diversos equipamentos, associação de fotos, textos e cruzar com informações que os diversos atores achassem pertinentes, especialmente as crianças.

Esse instrumento de espacialização, essa *forma etno-gráfica espacializada*, apresenta grande potencialidade que foi explorada apenas experimentalmente e parcialmente nesta pesquisa. O passo seguinte seria a publicação, em meio digital *on line*, de maneira que possibilite a interação e a intervenção dos usuários, o que de fato potencializaria o instrumento. É possível considerar, ainda, que essa *forma etno-gráfica espacializada* poderá ser experimentada por distintos atores e pesquisadores de diversos campos, até mesmo em outros contextos e recortes espaciotemporais distintos do adotado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atenção que as relações entre a cidade e a criança têm recebido nas últimas décadas por parte de pesquisadores e profissionais oriundos de diversos campos expressa a complexidade e a emergência da compreensão de suas dinâmicas na sociedade contemporânea que diferem bastante de um contexto a outro e reitera a condição urbana da criança - um dos grupos que mais sofrem com a segregação socioespacial.

Com base nos dados levantados para esta pesquisa, esta afirmação cabe para os distintos grupos sociais pesquisados. É possível considerar que tais grupos não podem ser analisados em bloco, visto as diferenciações internas observadas, tanto entre os moradores dos bairros quanto entre os moradores do Morro.

Diante dessa consideração, os espaços públicos, em especial as ruas, praças e parques, tornam-se contextos privilegiados de investigação por apresentarem, de modo visível, os distintos modos de viver a infância e o papel dos espaços na formação, na aprendizagem da cidadania, além do potencial de mudança que encerra, em especial nas cidades grandes brasileiras, como Belo Horizonte, caracterizadas pela desigualdade.

É possível constatar que são exíguos os investimentos públicos destinados a esses espaços e grande parte dos recursos disponibilizados parte de uma perspectiva de cunho compensatório ou de controle social, em que pesam a pressão que grupos populares imprimem para que sejam contemplados seus direitos. Isso pode resultar, muitas vezes, na criação de espaços “pobres para pobres”, ou seja, onde a qualidade, o cuidado e a atenção aos distintos usuários ficam em segundo plano. Por outro lado, poucos recursos são destinados a mecanismos e ações que visam à melhoria e à gestão de parques e praças públicos, o que, conseqüentemente, resulta nas precárias condições que se apresentam atualmente, especialmente em Belo Horizonte.

Ao lado de uma perspectiva espacial, cabe destacar que ao estabelecermos a criança como foco de estudos e possíveis investimentos públicos, focamos nossa atenção num tempo de vida – a infância – distinto dos tempos dos demais grupos etários. Com base no conjunto de dados produzidos para esta pesquisa, é possível considerar que esse tempo de vida toma expressão nos espaços da cidade – apesar da percepção de sua inadequação – e que, portanto, requer atenção específica dos estudiosos e planejadores. Essa perspectiva, ao imprimir atenção às especificidades dos sujeitos e não somente das questões macroestruturais (economia, transporte, segurança, etc.), pode constituir uma inversão na lógica do planejamento. Cabe reiterar o direito das crianças ao tempo livre, ao tempo de brincar e o direito de circular pela cidade.

Diante da desigualdade e diversidade presentes nos arredores da Barragem Santa Lúcia, foi possível constatar que esse era um espaço singular e privilegiado nos termos de oferta de espaços públicos abertos e coletivos. Se por um lado a violência no local era multifacetada, multidirecional, interclasses, inter e intrageracional, por outro, os espaços públicos (ruas, parque e praças) suscitavam ou possibilitavam outros usos da cidade – para além do ganho individual; outros espaços – para além dos especializados; outros tipos de interação – entre o jogo e a guerra – com outras pessoas – além de pares e conhecidos. A tensão informava os usos e a interação nos espaços que eram fomentados pela atração que sua organização, suas características e a presença de equipamentos, entre animais e plantas, exerciam nas pessoas. A conjugação entre espaços públicos, privados e coletivos, comerciais, esportivos, escolares, de segurança e de moradia, associados à diversidade dos grupos sociais presentes, ricos e pobres, homens e mulheres, idosos, adultos, jovens e crianças, animais, plantas e coisas formavam um cenário propício à interação que tornava a experiência urbana nesse contexto extremamente rica e poderia dizer educativa. Ou seja, aprendia-se muito ao vivenciá-la e posso considerar que foi o que aconteceu comigo.

Ao me propor a fazer uma pesquisa nesse local, foi possível atravessar a barreira da distância (própria da experiência urbana e própria dos arquitetos e planejadores) e

imprimir uma atenção especial aos distintos atores presentes na cena. Essa proposta exigiu de mim, como pesquisador, um reposicionamento e uma revisão constante dos métodos de produção de dados, situação distinta de muitas das pesquisas etnográficas em que o pesquisador “entra” num determinado campo e se sente seguro em contornos teórico-metodológico-socioespaciais determinados.

Ao circular pela fronteira (urbana e entre disciplinas), assumo ter realizado uma empreitada arriscada e reconheço que se foi possível avançar sob alguns aspectos, em outros considero este trabalho incompleto e inacabado. Esta tese revela, portanto, o exercício de elaboração de uma possível forma de abordar e elaborar o tema do urbano com atenção especial aos espaços *com* os sujeitos.

Durante toda a pesquisa, busquei uma brecha entre meu campo de origem – a arquitetura – e o novo campo que se apresentava para mim – a educação –, que de fato busquei com o objetivo de me aproximar das crianças como sujeitos, visto que já me aproximava delas no meu campo profissional de origem. Esse movimento se iniciou em 2004, quando entrei no mestrado. Naquela ocasião, deparei inesperadamente com a antropologia e com uma abertura para a realização de um estudo etnográfico com crianças no espaço público urbano num programa de pós-graduação em educação. Considero, assim, que encontrei uma brecha nesse campo e atribuo esse encontro à centralidade do espaço na formação das pessoas, à pequena produção focada na categoria espaço oriunda desse campo e, ainda, à potencialidade da contribuição de um arquiteto nessa direção.

Em outras palavras, ao me propor realizar um trabalho pelas fronteiras disciplinares e com todos os riscos que imaginava que poderia correr, encontrei um caminho no campo da educação e, em especial, por meio da etnografia dos espaços *com* crianças. Se por um lado enfrentei o desafio de pesquisar a cidade e a criança em contexto não escolar, compreendendo que os processos de aprendizagem extrapolavam os espaços “especializados”, observei em campo que, em contexto ambíguo como o pesquisado, os caminhos para a escola continuavam sendo ainda os mais seguros, o que pode ser atribuído ao papel mediador que tanto a instituição quanto as crianças desempenhavam nas relações sociais observadas em público.

Com base nos dados produzidos e apresentados nesta tese é possível considerar que a circulação de pessoas em torno de escolas apresenta grande potencialidade ainda pouco explorada pelos planejadores urbanos, especialmente nos horários de entrada e saída das crianças – o tempo das crianças na cidade.

Importante destacar que tanto esta pesquisa quanto a realizada durante o mestrado ajudaram-me a construir outro olhar, distinto daquele que trazia como morador de uma grande cidade, e distinto do olhar do arquiteto-planejador: um olhar antropológico. A escolha por tratar do tema do urbano por meio de uma etnografia refletiu na minha maneira de pensar a cidade e de vivenciá-la, ao estabelecer um olhar atento aos distintos atores e sujeitos de forma aproximada e densa, que, a meu ver, só a etnografia é capaz de revelar. Considero, portanto, que uma pesquisa etnográfica é capaz de preencher algumas lacunas na atuação do arquiteto e do planejador urbano e contribuir de forma singular para a compreensão dos complexos processos contemporâneos de produção do espaço urbano.

Por outro lado, foi importante constatar a distância entre a percepção dos profissionais do planejamento espacial e os usos que as pessoas, incluindo as crianças, fazem dos espaços.

Apesar de não ter me proposto a pensar nas intervenções espaciais que poderiam potencializar os diversos tipos de interação que ocorrem nesse contexto específico, é possível considerar que, ao realizar uma pesquisa dos espaços *com* os sujeitos-usuários através de uma etnografia, minha compreensão sobre esses espaços se alargou consideravelmente, se tornou bastante abrangente e considero ter me aproximado das visões de distintos sujeitos e atores que demandam e que poderiam embasar uma proposta de intervenção espacial. Se por um lado o arquiteto muitas vezes pressupõe a necessidade de uma intervenção espacial mesmo antes de conhecer adequadamente a situação, por outro, considero que, um olhar voltado para as potencialidades dos espaços é quase “natural” para o arquiteto e torna-se quase impossível para este profissional não pensar em intervenções físicas. Portanto, diante da aproximação que uma pesquisa como esta foi capaz de construir, avanço,

ainda que em termos somente de considerações finais, a possibilidade de indicar orientações para possíveis intervenções no espaço. A seguir indico algumas orientações apontadas pela pesquisa, mas que, para serem desenvolvidas e validadas, seria necessário um retorno ao campo para consulta dos diversos sujeitos e atores.

Cabe destacar que mesmo sem buscar sugestões para intervenções, tive acesso a algumas importantes sugestões oriundas dos moradores e usuários, tal como a limpeza da lagoa para fins de natação, sugerida por diversas crianças. Outro exemplo emblemático de proposta oriunda de um morador do Morro foi a apresentada em reunião que discutia o projeto para o programa *Vila Viva*. Considero a proposta emblemática, principalmente, por ter vindo de um morador e não ter sido pensada pelos técnicos: em vez de demolir todas as edificações da Rua São Tomás (ou seja, acabar com o principal centro comercial do Morro), pois essa via localizava-se abaixo de uma linha de transmissão elétrica e, por medidas de segurança, não poderia ter sido edificada, o morador sugeriu passar os cabos pelo subterrâneo da via, proposta que foi acatada pelos técnicos da Prefeitura. Em outras palavras, o “leigo” morador foi o responsável por ganhos qualitativos e financeiros de proporções imensuráveis ao projeto.

Portanto, poderia considerar que aqueles que usavam e, conseqüentemente, conheciam bem os espaços, incluindo as crianças, apresentavam visões importantes, não consideradas pelos técnicos, que muito poderiam colaborar com os projetos de intervenção. Além disso, a participação dos usuários nos processos de intervenção espacial pode alterar qualitativamente os usos dos espaços, e reitero aqui como uma das orientações centrais para projetos de intervenção espacial. Cabe destacar que os processos participativos são bastante utilizados no Brasil e em outros países, no entanto, a participação de crianças necessita de atenção especial, dada a especificidade da relação possível de ser construída entre planejador e criança. É preciso ampliar os instrumentos de participação democrática de distintos atores, em especial das crianças, nos processos de intervenção espacial que considerem as especificidades de cada contexto. Se essa perspectiva pode ainda ser considerada nova, ao estabelecer uma inversão na lógica do planejamento, algumas experiências

estão sendo desenvolvidas em diversas cidades do mundo, como as citadas nesta tese.

Ao retomar o tema dos espaços especializados, é possível considerar que esses só existem abstratamente na cabeça ou na prancheta dos planejadores. As duas pesquisas etnográficas realizadas apontam que por mais que se queira prever ou controlar os usos que as pessoas fazem dos espaços mediante a construção de elementos fomentadores e inibidores de certas atividades, o controle ou a previsão torna-se relativo, pois as pessoas encontram formas próprias e não previstas de usar os espaços e os equipamentos de que dispõem. Ou seja, em espaços considerados escolares, de lazer, esportivos, comerciais, etc., acontecem muito mais coisas que os planejadores imaginam. Suas barreiras são atravessadas e, portanto, poderia considerar que os espaços especializados não existem quando observados de perto e que o que acontece fora dos espaços considerados também acontece, em parte, nesses espaços, apesar de todas as barreiras e de toda ordem e limites colocados. Os usos que as crianças, tanto dos bairros quanto do Morro, faziam dos espaços não planejados para elas é um exemplo que cabe aqui destacar.

Assim, cabe considerar de que forma e quais os desdobramentos que tais observações teriam nos processos de planejamento espaciais. Penso que não é possível nem mesmo desejável prever todos os usos que os espaços podem receber. Os arquitetos e planejadores poderiam considerar a organização dos espaços e dos equipamentos apenas como elementos indutores de certas atividades e usos por diversos sujeitos e que, portanto, torna-se necessário concebê-los não como especializados, mas, sim, flexíveis e/ou permeáveis.

É possível considerar o papel central do espaço público pesquisado, da maneira como se apresentava no momento da investigação, nos diversos tipos de interação observadas. Poderia afirmar que o recorte espacial adotado era privilegiado, visto que a presença de um parque com essas características, além de algumas praças e ruas largas, planas e arborizadas, não era comum na cidade. Pelo contrário, toda a região metropolitana era carente de espaços livres públicos e de investimento em

qualidade e gestão. Na região investigada, a existência desses espaços além do Parque se distinguia claramente se comparados os bairros e o Morro e, portanto, as propostas de intervenção deveriam buscar maior equilíbrio na distribuição deles. Enquanto no Morro seriam necessários investimentos na criação de novos parques e praças, nos bairros seria prioritário o investimento em qualificação e em mecanismos de gestão e manutenção dos espaços existentes, além de investimento em novos equipamentos, que poderiam ser espalhados por toda a região, não só apenas nos parques e praças, visto o considerável papel dos equipamentos (públicos e coletivos) e do mobiliário urbano no fomento às interações, ao atraírem pessoas de grupos distintos e usos diversos.

Quanto ao parque infantil existente, considero fundamental uma revisão geral na sua localização, manutenção e tipo de equipamento instalado. Poderia por exemplo ser mais rico e interessante se os brinquedos em vez de se concentrarem em apenas um local de todo o parque, fossem espalhados por diversos pontos, pelas praças e largos da região, pois dessa forma atrairiam públicos ainda mais diversificados e fomentariam apropriações lúdicas aos espaços. Os brinquedos deveriam ser atrativos, abertos às formas espontâneas de brincar, seguros para todas as faixas etárias, resistentes e organizados em mobiliário que confira conforto e atração também aos jovens, adultos e idosos, em pontos estratégicos que facilitem o descanso, a parada, o encontro e as atividades do comércio, bancos e demais serviços.

Poderiam, ainda, estar associados a uma rede de espaços intersetoriais públicos e privados *com* crianças (parques, escolas, museus, centros culturais, quadras, clubes, bibliotecas, livrarias, bancas de revistas, lojas de brinquedos, etc.), interligados em diversas escalas, que, além de fomentar a circulação das crianças pelos espaços da região e da cidade, permitiriam a preservação, a transmissão e o desenvolvimento de manifestações culturais espontâneas próprias das crianças, tais como são os jogos e brincadeiras.

Como ação estrutural condicionante e complementar, indicaria o fomento à colaboração da vizinhança e da iniciativa privada em redes de proteção às crianças e acompanhantes associadas aos serviços de segurança pública, iluminação, paisagismo e informação. As crianças poderiam colaborar de modo especial na definição desses circuitos, pois é possível considerar que, apesar da atenção à circulação das crianças, nesta pesquisa não foi possível conhecer diversas das opções de caminhos realizados pelas crianças, especialmente no Morro do Papagaio.

Além disso, foi anunciado neste trabalho o papel dos espaços sem obstruções, gramados, pavimentados ou não, nos usos que as pessoas fazem deles. Além das brincadeiras que possibilitam, para as crianças pequenas tornam-se espaços de aprendizagem para o caminhar e para as maiores espaços para a aprendizagem da mobilidade na cidade por meio de bicicletas. Portanto, considero a desobstrução dos espaços urbanos uma das diretrizes centrais para as intervenções, e esse aspecto se desdobra em outras diretrizes, tais como: inverter a prioridade atual dada à circulação de automóveis em detrimento da circulação dos pedestres; aumentar a largura dos passeios e das áreas destinadas a pedestres; impedir o uso dos passeios pelos automóveis; criar de áreas exclusivas para pedestres, rotas de acessibilidade e ciclovias em trajetos utilizados pelas crianças, especialmente nos arredores das escolas; criar de ruas de pedestres e ciclovias temporárias; criar espaços e instalação de equipamentos destinados a estacionamentos de bicicletas, dentro e fora das escolas; investir em transporte público multimodal, incluindo de bicicletas, que funcione de maneira satisfatória, inclusive nos tempos livres

16.

Cabe ainda considerar os avanços obtidos e explorar a potencialidade do instrumento de espacialização experimentado nesta pesquisa. Foi possível avançar, por exemplo, na representação gráfica dos usos que as pessoas faziam dos espaços em escala micro, os arredores da Barragem Santa Lúcia, por meio de programa de geoprocessamento, elaborado para fins outros e em escalas mais amplas. Esse uso

¹⁶ Algumas das diretrizes apresentadas aqui têm eco nas orientações de políticas, programas e projetos propostas no âmbito do PDDI (UFMG, 2010).

do instrumento de geoprocessamento permitiu abrir possibilidades de diálogos e realizar análises interescares. Nesta pesquisa, os dados na escala micro produzidos por meio da etno-grafia foram justapostos a dados na escala macrorregional metropolitana e oriundos de fontes distintas, incluindo sobre a história da produção do espaço.

Foi possível experimentar, ainda, a potencialidade do uso de ferramentas interativas de espacialização, tal como o *Google Earth*, para o registro e análise de dados etnográficos espacializados e/ou espacializáveis. Esse uso possibilitaria, também, a intervenção de diversos outros atores num momento posterior ao desta pesquisa, caso fossem publicados *on line*. Nesse sentido, os registros e análises poderiam ser atualizados durante o tempo mediante a intervenção dos usuários da ferramenta e possibilitariam o desenvolvimento de instâncias de colaboração entre sociedade civil, instituições privadas e os diversos setores da administração pública e poderiam ser incorporadas em metodologias participativas que visam ler, observar e intervir no espaços.

Os resultados desse processo indicam a centralidade do espaço e as potencialidades de um diálogo entre campos, matrizes teóricas e escalas distintas mediante a adoção dessa categoria como objeto de análise.

Por fim, cabe ressaltar o papel que um estudo etnográfico tem e sua potencial contribuição em processos de intervenção espacial. Ao se aproximar dos sujeitos de forma atenta e cuidadosa, é possível conhecer certos aspectos das relações socioespaciais que só uma etnografia é capaz de revelar. Poderia considerar que ao se propor uma intervenção física espacial mediante uma aproximação etnográfica prévia, corre-se menos riscos de tomar atitudes apressadas e sem o “conhecimento de causa” necessário. Em outras palavras, o aparato conceitual e instrumental da antropologia e de seus procedimentos etnográficos, assim como vem acontecendo no campo da educação, pode contribuir muito com a arquitetura e com o planejamento urbano em processos de intervenção espacial.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. T. Estilo de vida nos condomínios residenciais fechados. In: _____; FRÚGOLI JR., H.; PEIXOTO, F. Á. (Org.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas/EDUSP, 2006.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; MARINHO, Marco Antônio Couto. O sobe e desce das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública. *Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social*, v. 4, n. 2, p. 229-259, abr./maio/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.dilemas.ifcs.ufrj.br>>. Acesso em: 26 nov. 2011.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [1973].
- ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Ação Comunitária. *Relatórios dos Prefeitos* anos 1985 e 1991.
- ARREGUY, C. A. Ch.; RIBEIRO, R. R. (Coord.). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul*. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. (Coleção História dos Bairros de Belo Horizonte).
- AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP.: Papyrus, 1994.
- AUGÉ, M. *O sentido dos outros: atualidade da antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BAIRROS São Bento e Santa Lúcia. *Encontro*, Belo Horizonte, maio 2011.
- BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Por uma arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 93-103, 2006.
- BAPTISTA, M. E. *Fronteiras urbanas contemporâneas: espaço público e cidadania*. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- BARROS, J. M. *Cultura e comunicação nas avenidas de contorno em Belo Horizonte e La Plata*. Belo Horizonte: Editora Pucminas, 2005.
- BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BEATO FILHO, C. *et al.* Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte de 1995 a 1999. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1.163-1.171, set./ou., 2001. Disponível em: <www.crisp.ufmg.br/tdbh.htm>. Acesso em: 2 ago. 2008.
- BERGO, R. S. *Reinventando a escola: ideais, práticas e possibilidades de um projeto socioeducativo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BRASIL. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). *Diário Oficial da União*, 11 jul. 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 12 julho 2009.

BRASIL. Lei n. 6.766 de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 19 dez. 1979. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 15 nov 2011.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 16 jul. 1990; retificado no *Diário Oficial da União* de 27 set. 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 18 abr 2010.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2000.

CANUTO, F. *et al.* O terror superposto: uma leitura do conceito lefebvriano de terrorismo na sociedade urbana contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.5, n.1, p. 27-44. Novembro de 2003.

CARVALHO, L. D. *Imagens da infância: brincadeira, brinquedo e cultura*. 2007. Dissertação de mestrado em Educação. UFMG, 2007.

CASTRO, E. V. O nativo relativo. *Mana: estudos de antropologia social*, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002 *apud* GOLDMAN, M. *Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia*. *Revista Ponto Urbe*, ano 2, versão 3.0, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/pontourbe03/Goldman.html>>. Acesso em: 30 maio 2011.

CECCHETTO, F. R. Galeras funk cariocas. In: ZALUAR, A.; MARCOS, A. (Org). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CECCHETTO, F. R.; FARIAS, P. S.; MORAES, D. R. *Distintos enfoques sobre esteróides anabolizantes: riscos à saúde e identidade masculina*. Disponível em: <<http://www.brasa.org>>. Acesso em: 12 set. 2011.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994 [1990].

CHILD in the City 2010. Disponível em: <www.childinthecity.com/5th-Edition-Child-in-the-City-2010/page/1836/>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

CITY OF ROTTERDAM. *Rotterdam, city with a future: How to build a Child Friendly City*. Folder distribuído durante a 5ª Conferência Internacional *Child in the City*, ocorrida em Florença, Itália, em outubro de 2010.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COHN, C. *A antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CONINCK-SMITH, N.; GUTMAN, M. Good to think with: history, space and modern childhood. In: _____. *Designing modern childhood: history, space and the material culture of children*. London: Rutgers University Press, 2008.

CONTI, A. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o 'Plano Global Específico'. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 189-216, dez. 2004.

CORSARO, W. A. A reprodução interpretativa no brincar ao 'faz-de-conta'das crianças. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 17, p. 113-134, 2002.

CRUZ, M. *Morro do Papagaio*. Belo Horizonte: Conceito, 2009.

DAHME, H. J.; RAMMSTEDT O. A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: reflexões sobre a construção de teorias em Émile Durkheim, Ferdinand Tönnies, Max Weber e, especialmente, Georg Simmel. In: ÖELZE, B.; SOUZA, J. *Simmel e a modernidade*. 2. Ed. Brasília: Ed. UnB, 2005.

DAMATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'. In: NUNES, E. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORTOLI, J. A. O. Equilibrando sobre um arame de farpas: infância e indelicadeza no Cotidiano do Alto Vera Cruz. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. *As experiências de infância na metrópole*. In: DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Sérgio (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

FARIA, Ana Lúcia G. *Direito à infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)*. 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

FAVELA é Isso Aí. Disponível em: <www.favelaeissoai.com.br>. Acesso em: junho de 2010.

FARIAS, P. Resenha do livro de Fátima Regina Cecchetto, *Violência e estilos de masculinidade*. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em <<http://antropologia.com.br/res/res17.htm>>. Acesso em: 12 nov 2011.

FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.

FISCHER, M. M. J. *Da antropologia interpretativa à antropologia crítica*. Anuário Antropológico, p. 55-72, 1983.

FOLHA DE S. PAULO. *'Mãetorista' põe 50 mil carros nas ruas no rush*. São Paulo, 13 nov. 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1988.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela carioca*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

FRÚGOLI Jr., Heitor. A arena em torno do futuro Plano Diretor de São Bento do Sapucaí (SP). In: ANDRADE, L. T.; FRÚGOLI JR., H.; PEIXOTO, F. Á. (Org.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas/EDUSP, 2006.

GEERTZ, C. 'Do ponto de vista dos nativos': a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000 [1983].

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 [1973].

GODOY, M. G.; MANOSALVA, A. *Programa de melhoria da mobilidade para moradores de vilas e favelas de Belo Horizonte*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <<http://www.eaesp.fgvsp.br>>. Acesso em: 21 set. 2011.

GOFFMAN, E. *The presentation of self in everyday life*. Nova York, Anchor Books, 1959.

GOLDMAN, M. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. *Revista Ponto Urbe*, ano 2, versão 3.0, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/pontourbe03/Goldman.html>>. Acesso em: 30 maio 2011.

GOMES, A. M. R. Outras crianças, outras infâncias? In: GOUVEA, M. C. S.; SARMENTO, M. *Estudos da infância*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Ana Maria Rabelo; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A cidade e a criança: entre a sedução e o perigo. In: DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, S. (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

GOMES, Juvenal Lima. *Breve história do Morro do Papagaio*. Disponível em: <www.morrodopapagaio.org.br>. Acesso em: 2 dez. 2011b.

GOMES, Juvenal Lima. *Condições de vida do passado, conquistas do presente: a luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, 2011a.

GOMES, L. C. B. *Entre o legal e o ilegal: associativismo e participação em três vilas e favelas de Belo Horizonte: estudo de caso comparativo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GOUVEA, M. C. S. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: _____; SARMENTO, M. *Estudos da infância*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOUVEA, M. C. S. *Anjos sobre a cidade: a criança de favela e seu mundo de cultura*. 1990. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

GOUVEA, M. C. S.; SARMENTO, M. J. (Org.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GUIMARÃES, B. M. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HARRIES, K. Mapeamento do crime e o sistema de informações geográficas. In: *Mapeamento da criminalidade*. Tradução do capítulo 4 do livro *Mapping crime: principle and*

Practice. Washington: U.S. Department of Justice, 1999, realizada pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG. Disponível em: <www.crisp.ufmg.br>. Acesso em: 26 nov. 2011.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1973.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HOLSTON, J. A morte da rua. In: _____. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1989].

HORELLI, L. *Children as urban planners: examples from Finland*. Disponível em: <http://www.eu2001.se/culture/eng/docs/Liisa_Horelli-tal.pdf>. Acesso em: 17 set. 2006.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 5. ed. São Paulo. Perspectiva, 2004 [1938].

INGOLD, T. *Being alive*. Routledge: Oxon, 2011.

INGOLD, T. Introduction to culture. In: _____. (Ed.). *Companion encyclopedia of anthropology: humanity, culture and social life*. Londres: Routledge, 1994.

INGOLD, T. *Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação*. Tradução do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da Universidade de São Paulo (USP) do cap. 13 "To Journey along a way of life: maps, wayfinding and navigation de *The perception of the environment: essays livelihood, dwelling and Skill*. Londres: Routledge, 2000. Disponível em <www.scribd.com/doc/65123879/Tim-Ingold-Religiao-e-Soc-2005>. Acesso em: 01 fev 2012.

INGOLD, T. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

INGOLD, T.; LUCAS, R. *The 4 A's: anthropology, archaeology, art and architecture: reflections on a teaching and learning experience*. In: HARRIS, M. (Ed.). *Ways of knowing: new approaches in the anthropology of experience and learning*. Great Britain: Berghahn Books, 2007.

INTERNATIONAL ASSOCIATION TO EDUCATING CITIES (IAEC). *Education and urban life: 20 years of educating cities*. Arts Gráficas Bobalá, SL, 2008.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1961].

JACQUES, P. B. *Cartografias da Maré*. In: BERTAZZO, I.; J. P. B.; VARELLA, D. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

JOSEPH, I. Entrevista. 2005. Disponível em: <<http://lemetrolemetro.blogspot.com>>. Acesso em: abr. 2011.

KINCHELOE, J. L.; STEINBERG, S. R. Sem segredos: cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna. In: _____.; _____. (Org.). *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOZLOVSKI, R. Adventure playgrounds and postwar reconstruction. In: CONINCK-SMITH, N.; GUTMAN, M. *Designing modern childhood: history, space and the material culture of children*. London: Rutgers University Press, 2008.

LANSKY, S. *Ao ar livre*. 2000. Não publicado,

LANSKY, S. *Praça Jerimum: cultura infantil no espaço público*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAVE, J.; WENGER, E.. *Aprendizaje situado: participación periférica legítima*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003 [1991].

LEFAIVRE, L.; ROODE, I. (Ed.). *Aldo van Eick: the playgrounds and the city*. Rotterdam: Nai Publishers, 2002.

LEFAIVRE, L.; ROODE, I. (Ed.). *Aldo van Eick: the playgrounds and the city*. Rotterdam: Nai Publishers, s/d.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*) 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000 [1974].

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2009 [1968].

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1991 [1974].

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991[1968].

LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA, V. C. S. *Espaço e criminalidade em favelas de Belo Horizonte: um estudo sob a ótica da segregação e do controle socioespaciais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

LOPES, J. T. Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: sociologia*, n. 17/18, p. 69-80, 2007/2008.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1988.

LYNCH, K.; BANERJEE, T. Growing up in cities (1976). In: BANERJEE, T.; SOUTHWORTH, M. *City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch*. Londres: MIT Press, 1991 [1990b].

LYNCH, K.; LUKASHOK, A. K. Some childhood memories of the city (1956). In: BANERJEE, T.; SOUTHWORTH, M. *City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch*. Londres: MIT Press, 1991 [1990a].

- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2. 2005. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 18 out. 2006.
- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____; TORRES, L. L. (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.
- MANNHEIM, K. *Sociologia do conhecimento*. Porto, Portugal: Rés, [s.d.]. (Tradução para o inglês em 1952).
- MARCUS, E. G. O que vem (logo) depois do "pós": o caso da etnografia. *Revista de Antropologia*. v. 37, p. 7-34, 1994.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARICATO, E. *Posfácio*. In: DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, K. *apud HARVEY, D. A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1973.
- MENDONÇA, Jupira Gomes de. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: GODINHO, M. H. L.; MENDONÇA, J. G. (Org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.
- MOCELLIM, A. Simmel e Bauman: modernidade e individualização. *EmTese*, v. 4, n. 1 (1), p. 101-118, ago./dez. 2007.
- MONTE-MÓR, R. L. *A cidade e o urbano*. In: BRANDÃO, C. A. L. (org.) Caderno de textos "Cidades". UFMG / IEAT. Não publicado.
- MONTE-MÓR, R. L. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. 14 p. (texto para discussão). UFMG / Cedeplar, 2006.
- MÜLLER, F. *Retratos da infância na cidade de Porto Alegre*. 2001. Tese Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: www.lume.ufrgs.br. Acesso em: jul. 2011.
- NETO, Carlos. *A criança e o jogo: perspectivas de investigação*. Disponível em: <<http://www.fmh.utl.pt>>. Acesso em: 8 ago. 2006.
- NIEMEYER, C. A. C. *Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.
- PARGA, J. S. *Orfandades infantiles y adolescentes: introducción a uma sociologia de la infancia*. Quito: Abya-Yala, 2004.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO MORRO; QUILOMBO DO PAPAGAIO. *Folder* distribuído em audiência pública, 26 maio de 2011.

PEREIRA, J. A. *Aglomerado Santa Lúcia – para além do horizonte planejado*: representações do trabalho feminino nas histórias de vida de mulheres da periferia. Programa de aprimoramento discente. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Disponível em: <www.favelaeissoai.com.br/.../representacaoestrabalhofeminino.pdf>. Acesso em: maio 2009.

PINTO, M. *A infância como construção social*. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Minho: Universidade do Minho, 1997.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Lei nº 2662. 29 nov. 1976*. Institui normas de uso e ocupação do município de Belo Horizonte. Prefeitura de Belo Horizonte, 1976.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Lei nº 8.137 de 21 de dezembro de 2000a*. Altera as Leis n 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. Disponível em: www.pbh.gov.br/mapas/leiuso/lei-8137. Acesso em: 29 out 2011.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Plano global específico Aglomerado Santa Lúcia*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2003.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Revista Criança Pequena*. PBH/SMAS, 2002.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Diretoria de Políticas para a Criança e o Adolescente. In: SEMINÁRIO POLÍTICA SOCIAL DO MUNICÍPIO PARA CRIANÇA PEQUENA: formulando novas ações. *Anais...*, PBH/SMDS/DPCA/Programa de Creches/Novas Ações, 2000b.

RABINOW, P. Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In : _____. *Antropologia da Razão*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

REVISTA DA LAJE. Belo Horizonte, jun. 2007.

RIZZINI, I. Brasil : *100 años de evolución hacia una nueva legislación sobre la infancia*. In : Infancia y sociedad. N.17. La infancia en América Latina. Madrid : Ministerio de Asuntos Sociales, p.92-36, 1992.

RIZZINI, I. *Do Pátrio Poder ao Pátrio Dever* : um histórico da legislação para a infância no Brasil. In : PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene (orgs). *A arte de governar crianças : a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil [The art of governing children: the history of social policies, legislation and child welfare in Brazil]*.:Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño: Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora, 1995.

RIZZINI, I. *O século perdido*. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil [The lost century : the historical roots of public policies on children in Brazil]. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997.

ROSA, Th. T. Favelas e periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Anais do 2009. Disponível em: <www.scribd.com>. Acesso em: nov. 2011.

- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, C. N. F.; VOGEL, A. (Coord.). *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985.
- SARAIVA, M. R. O. *A fábula da metrópole: a cidade do ponto de vista de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2009.
- SARMENTO, M. J.; VASCONCELOS, V. M. R. (Org.). *Infância (in)visível*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA. (SEDRU). Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano. *Termo de referência para contratação de Serviços técnicos especializados para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI da RMBH)*, Belo Horizonte, 2010 – não publicado.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1974].
- SILVA, R. C. *Circulando com os meninos: infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- SILVA, V. G. *Nos bastidores da pesquisa de campo*. Resenha do livro de MALINOVSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido do termo*. Record, 1997. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/ResenhasUmdiariosentidoestrito.html>>. Acesso em: 29 nov. 2011.
- SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental* (1902). In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito (1955). In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- SIMMEL, G. O estrangeiro (1908). In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura e formal (1955). In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 [1989].
- SOJA, E. W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell, 2000.
- TONUCCI, F. *La ciudad de los niños: um modo nuevo de pensar la ciudad*. Buenos Aires, Losada: UNICEF, 1996.
- TONUCCI, F. *Quando as crianças dizem: agora chega!* Porto Alegre: Artmed, 2005 [2002].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL (CEDEPLAR). *Plano metropolitano de desenvolvimento integrado para a região metropolitana de Belo Horizonte* (PDDI – RMBH). Produtos 1, 2, 3, 4 e 5 – não publicados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL (CEDEPLAR). *Plano metropolitano de desenvolvimento integrado para a região metropolitana de Belo Horizonte* (PDDI – RMBH). Relatório final: propostas de políticas setoriais, projetos e investimentos prioritários, 2011.

VALLADARES, L.; ALVIM, R. *Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura*, in Boletim Informativo e Bibliográfico. No 2, RJ: Vértice, 1988.

VELHO, G. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978a.

VELHO, G. *O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia*. In: VELHO, G. (coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

VELHO, O. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jun. 2007.

WARD, C. *The child in the city*. Nova York: Pantheon Books, 1978.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado de pobreza*. Brasília: Brasiliense, 1985.

ANEXO

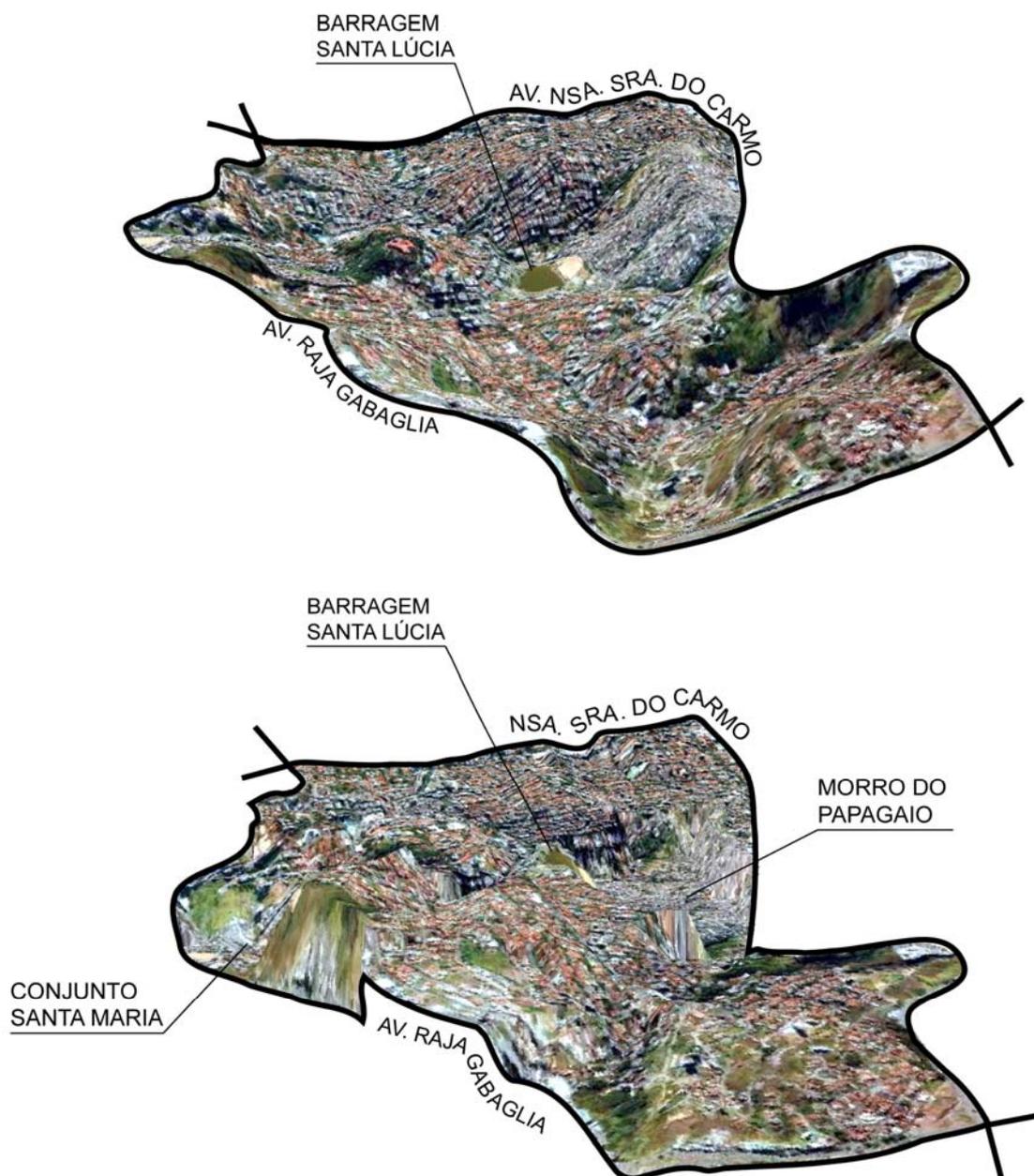


Figura 69 – Topografia da Desigualdade.

Estes croquis apresentam um experimento no sentido de representar a desigualdade presente nos arredores da Barragem Santa Lúcia de forma distinta da usual. Na primeira figura, à imagem de satélite extraída do *Google Earth* foi aplicada à topografia natural do terreno. Na segunda, foram aplicados os dados de renda dos moradores dos arredores sob a mesma imagem – uma topografia da desigualdade. Os abismos sociais ficam ainda mais impactantes.

Realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.